

**ATA DA SESSÃO ORDINÁRIA DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE LAMEGO,  
REALIZADA NO DIA 19 DE DEZEMBRO DE 2025**

Aos dezanove dias do mês de dezembro do ano de dois mil e vinte e cinco, realizou-se no Salão Nobre dos Paços do Concelho, a sessão ordinária da Assembleia Municipal, cuja ordem de trabalhos foi previamente distribuída aos membros da Assembleia, através da convocatória, datada de 11 de dezembro de 2025.-----

**ABERTURA**-----

O senhor **Presidente da Assembleia Municipal**, Fernando Jorge Pereira Lobão, presidiu à sessão que teve início às dez horas, tendo Manuel Monteiro Afonso e Teresa Maria Fernandes Cardoso Fonseca como primeiro e segundo secretários, respetivamente. -----

**PRESENCAS**-----

Fernando Jorge Pereira Lobão, Presidente da Assembleia Municipal, António Manuel Marques Luís, Manuel Monteiro Afonso, Sofia Alexandra Correia Pereira, Maria Liliana dos Santos Monteiro Ribeiro, José Manuel Lourenço Correia, Gonçalo Costa Almeida, Nuno Romeu Cardoso Sequeira, Edgar André Almeida Fernandes, Sara Daniela Pereira Rodrigues, José Alexandre de Carvalho, Maria do Sameiro Morais Rodrigues Gregório em substituição de Alita Maria de Jesus Carvalho, Vasco Paulo Osório Seabra Paiva, Carlos Manuel Almeida Loureiro, Marco Aurélio Fonseca Oliveira, em substituição de Bruno Daniel Pereira de Oliveira, Hugo Alexandre Oliveira da Silva, Vítor Manuel Rodrigues Paulo, Teresa Maria Correia Pina Rodrigues, Vítor Nuno Gomes dos Santos, em substituição de Sónia Maria dos Reis Conceição Exposto, Rosa Maria Pires Monteiro Moutinho, em substituição de João Pedro Morais Pina Adrega, Marta Luísa da Costa Rodrigues dos Santos e os senhores Presidentes de Juntas e de Uniões de Freguesia, de Avões – Joaquim Cardoso Vieira, em substituição do Presidente Hugo Miguel Cardoso Rebelo, de Britiande – Germano Correia Ribeiro, de Ferreirim – Wilson Miguel Lima Teixeira, de Ferreiros de Avões – Augusto Manuel Pereira da Conceição, de Figueira – Teresa Maria Fernandes Cardoso Fonseca, de Lalim – Mário Filipe de Almeida Faustino, de Lamego - Nuno Miguel Lázaro Gonçalves, de Lazarim – Paulo Henrique Almeida Loureiro, da Penajóia – Cláudia Cristina de Almeida Gomes Azevedo, de Penude - Manuel Varanda Pinto Rodrigues, de Samodães – José Miguel Melo Pereira, o Tesoureiro da Junta de Freguesia de Sande - André do Carmo Teixeira, em substituição do Presidente Alexandre Francisco Morais Medeiros, de Várzea de Abrunhais - Carlos Manuel Pereira Rodrigues, de Vila Nova de Souto D’El Rei – Arcílio Jorge de Sousa Lamelas, da União das Freguesias de Bigorne, Magueija e Pretarouca - Sérgio Pedro da Rua Capela, da União das Freguesias de Parada do Bispo e Valdigem - Bernardo Manuel Taveira Xavier, e da União de Freguesias de Cepões, Meijinhos e Melções – João Paulo Alves Seixas.-----

## **AUSÊNCIAS**-----

O senhor **Presidente da Assembleia Municipal** justificou as ausências dos seguintes membros: Alita Maria de Jesus Carvalho, Bruno Daniel Pereira de Oliveira, Sónia Maria dos Reis Conceição Exposto, João Pedro Morais Pina Adrega, Hugo Miguel Cardoso Rebelo, Alexandre Francisco Morais Medeiros e Leandro Baiorte Pinto.-----

## **1. ASSUNTO: 1.º PERÍODO DE INTERVENÇÃO DO PÚBLICO**-----

Dirigindo-se ao público presente, o senhor **Presidente da Assembleia Municipal**, perguntou se alguém pretendia usar da palavra, nos termos e para os desideratos legais, não se tendo verificado qualquer intervenção.-----

## **ALTERAÇÃO À ORDEM DE TRABALHOS**-----

Tomou a palavra a senhor **Presidente da Assembleia Municipal** para proferir o seguinte:-----

*“Bom dia a todos, julgo que estamos em condições de iniciar a sessão.-----*

*Começo por apresentar um pedido de desculpa pela alteração à hora do início da sessão. A mesma deveu-se a motivos de força maior, que se prendem com a visita da senhora Ministra da Saúde, Ana Paula Martins, à nossa Unidade de Saúde.-----*

*O Município presenteou-nos com um miminho de Natal, portanto, este gesto acaba por ajudar, de certa forma, a pedir desculpa pelo atraso.-----*

*De seguida, declaro aberta a sessão ordinária da Assembleia Municipal, do dia 19 de dezembro de 2025.-----*

*Cumprimento os senhores deputados municipais, os membros do Executivo, que estão presentes, os senhores Presidentes de Junta, os demais trabalhadores do Município que estão a prestar apoio à realização desta sessão, todos os cidadãos que decidiram estar presentes, também a eles endereço um pedido de desculpa, e todas as pessoas que nos acompanham através das redes sociais.-----*

*Relembro que esta sessão está a ser transmitida e gravada e alerta para o facto de termos uma extensa ordem de trabalhos, portanto, apelo ao vosso poder de síntese, sem desrespeito pelo que pretendem dizer, mas apelo a que tentemos ser focados e assertivos para podermos levar a bom porto esta ambiciosa ordem de trabalhos.-----*

*Antes de prosseguirmos os trabalhos, tenho um pedido a fazer às bancadas, que é a possibilidade, caso assim autorizem, de alterarmos a ordem dos trabalhos do dia de hoje.-----*

*O Executivo Municipal ainda não está completo, devido, como disse, à visita da senhora Ministra da Saúde, no entanto, na ordem de trabalhos, alguns dos pontos previstos, não carecem da sua presença, pelo que, se estiverem todos de acordo, se não houver oposição da vossa parte, começaríamos pelas eleições que estão previstas.-----*

*Havendo concordância da vossa parte, vamos prosseguir com a sessão dessa forma, dando, de imediato início ao ponto 3.11.*-----

### **3. PERÍODO DA ORDEM DO DIA – 1.ª PARTE**-----

**3.11.-ASSUNTO:** ELEIÇÃO DE UM REPRESENTANTE DOS PRESIDENTES DE JUNTA E SEU SUBSTITUTO (TAMBÉM PRESIDENTE DE JUNTA) NO NÚCLEO LOCAL DE INSERÇÃO, NOS TERMOS N.º 1 DO ARTIGO 6.º DO REGULAMENTO INTERNO DO NÚCLEO LOCAL DE INSERÇÃO DE LAMEGO-----

O Grupo Municipal da Coligação “Todos Juntos por Lamego” – PPD/PSD-CDS/PP apresentou como candidato efetivo e candidato suplente, o Presidente da Junta de Freguesia de Ferreirim, Wilson Miguel Lima Teixeira e o Presidente da Junta de Freguesia de Lalim, Mário Filipe de Almeida Faustino, respetivamente, designada por lista “A”.-----

Foi submetida a candidatura a sufrágio por voto secreto e nominativo. Realizado o ato eleitoral verificaram-se 28 votos favoráveis, 5 votos brancos, 4 votos contra e 1 voto nulo. Tendo sido eleitos o Presidente da Junta de Freguesia de Ferreirim, Wilson Miguel Lima Teixeira e o Presidente da Junta de Freguesia de Lalim, Mário Filipe de Almeida Faustino.-----

**3.12.-ASSUNTO:** ELEIÇÃO DO REPRESENTANTE DAS FREGUESIAS NO CONSELHO CINEGÉTICO MUNICIPAL DE LAMEGO, NOS TERMOS DA ALÍNEA E) DO ARTIGO 157º DO DECRETO-LEI N.º 202/2004, DE 18 DE AGOSTO-----

O Grupo Municipal da Coligação “Todos Juntos por Lamego” – PPD/PSD-CDS/PP apresentou como candidato, o Presidente da Junta de Freguesia de Lazarim, Paulo Henrique Almeida Loureiro. Foi submetida a candidatura a sufrágio por voto secreto e nominativo. Realizado o ato eleitoral verificaram-se 28 votos favoráveis, 4 votos brancos, 4 votos contra e 2 votos nulos. Tendo sido eleito o Presidente da Junta de Freguesia de Lazarim, Paulo Henrique Almeida Loureiro.-----

**3.13.-ASSUNTO:** ELEIÇÃO DE DOIS REPRESENTANTES DOS PRESIDENTES DA JUNTA DE FREGUESIA PARA INTEGRAR O CONSELHO MUNICIPAL DE CULTURA, NOS TERMOS DA ALÍNEA E) DO N.º 2 DO ARTIGO 3º DO REGULAMENTO DO CONSELHO MUNICIPAL DE CULTURA DO MUNICÍPIO DE LAMEGO-----

O Grupo Municipal da Coligação “Todos Juntos por Lamego” – PPD/PSD-CDS/PP apresentou como candidatos, o Presidente da Junta de Freguesia de Lazarim, Paulo Henrique Almeida Loureiro e o Presidente da Junta de Freguesia de Ferreiros de Avões, Augusto Manuel Pereira da Conceição.-----

Foi submetida a candidatura a sufrágio por voto secreto e nominativo. Realizado o ato eleitoral verificaram-se 29 votos favoráveis, 4 votos brancos, 4 votos contra e 1 voto nulo. Tendo sido eleitos o Presidente da Junta de Freguesia de Lazarim, Paulo Henrique Almeida Loureiro e o Presidente da Junta de Freguesia de Ferreiros de Avões, Augusto Manuel Pereira da Conceição.-----

**3.14.-ASSUNTO: ELEIÇÃO DE DOIS MEMBROS DOS ELEITOS DIRETOS, PARA INTEGRAR A ASSEMBLEIA INTERMUNICIPAL DA ASSOCIAÇÃO DOURO ALLIANCE-----**

O Grupo Municipal da Coligação “Todos Juntos por Lamego” – PPD/PSD-CDS/PP apresentou como candidatos os membros dos eleitos diretos Fernando Jorge Pereira Lobão e Manuel Monteiro Afonso.-----

Foi submetida a candidatura a sufrágio por voto secreto e nominativo. Realizado o ato eleitoral verificaram-se 12 votos favoráveis, 5 votos brancos, 1 voto contra e 3 votos nulos. Tendo sido eleitos os membros Fernando Jorge Pereira Lobão e Manuel Monteiro Afonso.-----

**2. ASSUNTO: PERÍODO ANTES DA ORDEM DO DIA-----  
PONTO PRÉVIO-----**

Interveio o senhor **Presidente da Assembleia Municipal** para fazer um ponto prévio relativamente à eleição da Mesa da Assembleia, que decorreu no dia 1 de novembro de 2025:-----

*“Para conhecimento das bancadas, informo que foi solicitado um parecer jurídico independente no sentido de esclarecer as questões que foram levantadas, quer pelos senhores Vereadores do Partido Socialista, em sede de reunião de Câmara, quer através de um requerimento que chegou à Mesa da Assembleia, enviado pela bancada do Partido Socialista, solicitando, também, alguns esclarecimentos sobre o assunto.-----*

*O parecer foi solicitado a ANAM – Associação Nacional das Assembleias Municipais, com o objetivo óbvio de esclarecer de forma rigorosa e independente esta questão relacionada com a eleição da Mesa da Assembleia Municipal, que ocorreu na sessão de instalação.-----*

*O parecer chegou, por coincidência, ontem à noite, e aproveito o momento para vos apresentar um resumo do mesmo, sendo que posteriormente a Mesa fará chegar a todos os membros desta Assembleia, os documentos que estão associados a este assunto, nomeadamente a recomendação apresentada pelos senhores Vereadores do Partido Socialista, o requerimento apresentado pela bancada do Partido Socialista, o nosso pedido de parecer à ANAM, enquanto Mesa, e a resposta da ANAM, que será também enviada brevemente.-----*

*Em primeiro lugar, o parecer esclarece que eventual irregularidade identificada não configura qualquer nulidade do ato. Trata-se, quando muito, de um vício de natureza meramente formal, decorrente do facto de a Presidente de Junta, eleita e legitimada democraticamente, ainda não ter tomado posse formal no respetivo órgão executivo no momento da eleição da Mesa da Assembleia.-----*

*Em segundo lugar, o parecer é igualmente claro ao afirmar que esta situação não afetou, em momento algum, a validade material da eleição da Mesa, desde logo,*

porque a deliberação foi aprovada por uma maioria largamente qualificada, inexistindo qualquer nexos causal, entre a referida irregularidade e o resultado da votação. Mesmo desconsiderando esse voto, a eleição manter-se-ia válida. Acresce que as funções exercidas na Mesa da Assembleia, no caso concreto, são de natureza essencialmente instrumental, não conferindo qualquer poder decisório autónomo.-----

Em terceiro lugar, e este ponto é absolutamente decisivo, o parecer confirma que qualquer irregularidade ficou plenamente sanada através da ratificação posterior da deliberação que fizemos na sessão seguinte e que foi aprovada por unanimidade. Nesse momento, a senhora Presidente de Junta já se encontrava devidamente empossada. E portanto, essa ratificação produz efeitos plenos em termos do Código Administrativo.-----

O parecer recorda, ainda, que a Lei prevê, expressamente, a participação nas sessões da Assembleia Municipal dos cidadãos que encabeçaram as listas mais votadas nas Assembleias de Freguesia, enquanto essas não se encontrem formalmente instaladas, o que reforça a legitimidade da presença e participação em causa.-----

Assim e em síntese, o parecer da ANAM conclui que a eleição da Mesa da Assembleia Municipal é validade e eficaz, juridicamente consolidada, não existindo qualquer fundamento legal para repetir o ato, para anular as deliberações ou para haver extração de responsabilidades.-----

Entendo, por isso, que este esclarecimento deve ser assumido com naturalidade e sentido institucional, permitindo que esta Assembleia prossiga o seu trabalho com estabilidade, serenidade e foco naquilo que realmente importa, o exercício responsável do mandato que os cidadãos nos confiaram. Este é o entendimento que resulta do parecer.-----

Como disse anteriormente, a Mesa fará chegar a todos os membros da Assembleia os respetivos pedidos de esclarecimento, os nossos pedidos à ANAM e o parecer da ANAM, que vem assinado pelo gabinete jurídico ANAM.-----

Entretanto, pergunto se alguém pretende fazer alguma intervenção relativamente a este ponto.-----

Não havendo, vamos dar continuidade à sessão.”-----

Usou da palavra o membro **José Alexandre de Carvalho** para proferir o seguinte:-----

“Começo por cumprimentar o senhor Presidente da Assembleia Municipal, os senhores Secretários, o senhor Presidente da Câmara, os membros da Assembleia Municipal, os senhores Presidentes de Junta, os lamecenses presentes, os colaboradores municipais e todos aqueles que nos acompanham via on-line. Apresento a todos os meus cumprimentos e desejo, desde já, um Bom Natal, Boas Festas e um Bom Ano Novo.-----

Permitam-me a ousadia de propor um momento de reflexão conjunta sobre a nossa cidade. Como a podemos valorizar e tornar mais viva.-----

Quero focar-me especialmente na nossa grandiosa Avenida, que a par do escadório da Nossa Senhora dos Remédios, constitui a imagem mais divulgada internacionalmente do nosso concelho. É essa imagem, que tantos visitantes descobrem nas plataformas digitais, e que desejam experienciar quando nos visitam. Não devemos, por isso, defraudar as suas expectativas. Por outro lado, os lamecenses também têm o direito de viver plenamente este espaço, inclusive nos meses mais desfavoráveis do ano.-----

Acontece porém, que a imagem da Avenida tem sido, sistematicamente, empobrecida. Assistimos, hoje, a uma Avenida vazia no inverno e excessivamente ocupada de verão. Ocupada, infelizmente, não por pessoas, mas por cadeiras de plástico.-----

É legítimo questionar como é possível que antes da renovação, que reconheço desde já, ter sido tecnicamente bem conseguida, a nossa Avenida fosse muito frequentada mesmo nos meses mais frios, e que após esta intervenção se encontre tantas vezes deserta triste e sem vida? Parece ter-lhe sido roubada parte do seu coração.-----

Temos de refletir e corrigir sempre que possível. Não podemos aceitar que as expectativas de quem nos visita sejam defraudadas.-----

As cadeiras brancas de plástico poderão ter os seus lugares nas laterais, mas nunca deverão ocupar o espaço central de uma Avenida com a dimensão e simbolismo da nossa, muito menos acompanhadas de estruturas de apoio, que com franqueza, são esteticamente muito desajustadas.-----

Acresce que estas esplanadas permanecem quase sempre vazias durante o período diurno, devido às altas temperaturas no verão.-----

Nas grandes cidades existem esplanadas nas principais avenidas, mas nunca ocupando o eixo central das mesmas. A imagem da nossa fica gravemente comprometida com esta solução.-----

Por outro lado, devemos ponderar devolver dinamismo à parte superior da Avenida nos meses mais agrestes.-----

A nossa Avenida só voltará a ter vida entre outubro e abril, na minha humilde opinião, se se permitir, como anteriormente, o estacionamento temporário em espinha do lado esquerdo, no sentido ascendente e descendente.-----

Será que com esta simples medida não ficarão a ganhar os lamecenses, o dinamismo da Avenida e até o próprio comércio local?-----

Para concluir, deixo uma proposta adicional, uma experiência piloto na primeira taça com repuxos iluminados e acompanhada de som em horários definidos.-----

Se a ideia resultar, poderá até ser estendida às restantes, o investimento nem será avultado. A nossa Avenida tornar-se-ia magnífica.-----

Assim, impõe-se que reflitamos seriamente sobre três pontos essenciais:-----

1 – Acabar com as esplanadas laterais, até porque a legalidade é francamente discutível;-----

2 – O regresso do estacionamento em espinha da Avenida Dr. Alfredo de Sousa, apenas nos meses com o clima desfavorável;-----

3 – A otimização das taças da Avenida, tornando-as mais atrativas.-----  
Façamos, pois, esta reflexão em conjunto.-----

Para terminar, aproveitar a presença do nosso Presidente da Câmara, uma vez que tivemos também a ilustre visita da senhora Ministra da Saúde, e ouvir as boas-novas que ele nos pode trazer.”-----

Usou da palavra o membro **Hugo Alexandre Oliveira da Silva** para fazer a seguinte intervenção:-----

“Cumprimento o senhor Presidente da Assembleia e restante Mesa, o senhor Presidente de Mesa e os senhores Vereadores, os membros da Assembleia, os serviços de apoio a esta Assembleia e todos os lamecenses que nos acompanham através das redes sociais.-----

Quero deixar uma palavra de concordância, que vai no sentido do trabalho que tem vindo a ser desenvolvido em torno da nossa Feira Semanal.-----

Como liberal, defendo regras claras, transparência e igualdade de condições para todos. Que fique claro, não há feirantes de primeira e feirantes de segunda.-----

Se queremos uma feira moderna, e que as pessoas que nela participam se sintam seguras e que tenham concorrência leal, é importante haver controlo e respeito pelos comerciantes.-----

Não são precisos discursos extremistas para uma fiscalização firme e que dê confiança aos lamecenses. Fiscalização é o que queremos em todas as áreas deste Município.-----

Pergunto ao Presidente da Câmara o motivo da não existência de um lugar fixo para a Feira Semanal, que não condicione o trânsito da cidade. O parque, onde se realiza o 3 de Maio não seria o local adequado para fixar a feira?-----

Queremos também destacar o papel da PSP - Polícia de Segurança Pública e da GNR – Guarda Nacional Republicana, em particular as recentes ações que têm sido desenvolvidas no Município no combate ao tráfico de droga.-----

A fiscalização e a transparência, quando exercidas de forma eficaz, trazem benefícios para todos, para as pessoas, para a economia local e para Lamego.”-----

Tomou a palavra o **Presidente da Junta de Freguesia de Samodães** para fazer a seguinte intervenção:-----

“Bom dia a todos, cumprimento o senhor Presidente da Assembleia e os seus Secretários, o senhor Presidente da Câmara e os senhores Vereadores, os membros da Assembleia Municipal, caros colegas Presidentes de Junta, colaboradores do Município, minhas senhoras e meus senhores aqui presentes e todos aqueles que nos acompanham através das redes sociais.-----

Permitam-me, antes de mais, uma breve nota de introdução. Quem me conhece sabe que tenho um perfil de fazedor e não de comentador e, por uma questão de justiça e

*seriedade institucional, entendo que devo começar sempre por referir aquilo que, no nosso entender, tem sido feito de forma positiva e natural.*-----

*Muito mais há fazer e é, por isso, que valorizo o papel desta Assembleia, pois os assuntos aqui debatidos e deliberados hoje podem impactar as futuras intervenções da nossa Junta de Freguesia, sobretudo a vida concreta dos nossos fregueses.*-----

*Quero, assim, afirmar que as primeiras interações com a Câmara Municipal, têm decorrido de forma exemplar, e deixar um agradecimento público ao senhor Vereador António Patrício Ribeiro Esteves pela rápida e eficaz resolução de um problema que se arrastava algum tempo na Rua Marquês de Pombal.*-----

*É importante reconhecer quando os assuntos são resolvidos com prontidão, sentido de responsabilidade e espírito de colaboração. No entanto, e conforme já tive a oportunidade de referir, informo que será enviado por e-mail um pedido formal para a colaboração em mais intervenções, nomeadamente na colocação de railes de proteção nessa mesma rua, por entendermos que os mesmos são necessários, sobretudo, por razões de segurança para os peões e para os automobilistas.*-----

*Gostaria, ainda, de chamar a atenção para outra situação que considero preocupante, refiro-me à estrada que liga a EN222 à povoação da Curvaceira, onde se verifica a ausência de iluminação pública. Trata-se de uma via com bastante movimento, que conta com vinte e um postes de iluminação localizados na nossa freguesia e três já na freguesia vizinha, na Penajóia, perfazendo um total de vinte e quatro.*-----

*Neste sentido solicito que seja ponderada a colocação de iluminação de forma alternada nesses vinte e quatro postes, solução que permitirá aumentar significativamente a segurança de todos os que ali circulam, quer sejam moradores quer sejam utilizadores ocasionais da via.*-----

*Gostaria de aproveitar, ainda, para desejar a todos um Santo e Feliz Natal junto das vossas famílias e um Bom Ano de 2026, com saúde, paz e sucesso a nível pessoal e profissional.*-----

*Termino, reiterando a total disponibilidade da Junta de Freguesia de Samodães para continuar a colaborar com o Município sempre com o objetivo comum de melhorar as condições de segurança e a qualidade da vida das nossas populações.”*-----

Usou da palavra o membro **António Manuel Marques Luís** para fazer a seguinte intervenção:-----

*“Senhor Presidente da Assembleia Municipal e respetivos Secretários, senhor Presidente da Câmara, Eng.º Francisco Lopes e senhores Vereadores, os meus cumprimentos.*-----

*Os meus cumprimentos também a todos os senhores membros da Assembleia, aos funcionários de apoio a esta Assembleia Municipal e a todos aqueles quantos nos ouvem a partir de casa.*-----

*Gostaria de fazer uma sugestão ao senhor Presidente da Assembleia, no sentido de ser convocada uma Conferência de Líderes para apreciação de eventuais alterações*

do Regimento desta Assembleia e também porque me parece que será extremamente importante para que as sessões da Assembleia possam decorrer de uma forma tão rigorosa e tão adequada quanto possível.-----

Portanto, fazia apenas esta sugestão para que houvesse brevemente uma reunião de líderes parlamentares.-----

Usou da palavra o **Presidente da Assembleia Municipal** para responder o seguinte:

“Tomo a sua sugestão como bem recebida e anotada”.-----

Interveio o membro **Edgar André Almeida Fernandes** para fazer a seguinte intervenção:-----

“Começo por cumprimentar o senhor Presidente da Assembleia Municipal e a respetiva Mesa, o Presidente da Câmara e respetivos Vereadores, os membros da Assembleia, caros lamecenses aqui presentes e que nos acompanham via on-line.-----

Permitam-me que comece por sublinhar um momento político que não podemos ignorar, as eleições realizadas no passado mês de outubro foram claras e inequívocas, os lamecenses votaram e confiaram neste projeto, numa equipa de visão e numa liderança com o Eng.º Francisco Lopes ao leme.-----

Esta vitória traduziu-se, também, na nomeação do nosso Presidente para funções de grande responsabilidade a nível regional e nacional e que muito nos honra e prestigia.

Lamego continua a afirmar-se como uma referência, uma cidade de mérito reconhecido, que assume com naturalidade e competência e com responsabilidades além-fronteiras do nosso Município.-----

A presidência do Conselho Permanente da CCDR, a presidência da Mesa da Assembleia Intermunicipal da AMPV e a participação ativa na ANAMP demonstram bem essa centralidade política e institucional.-----

Celebramos também com orgulho o 24.º aniversário da inscrição do Alto Douro Vinhateiro como Património Mundial da Unesco, uma comemoração que trouxe a Lamego quase duas centenas de jovens e professores da região do Douro, num excelente espetáculo cultural, reforçando a ligação entre património, educação e futuro.-----

A iluminação de Natal é mais um exemplo de uma cidade de Lamego dinâmica, cuidada e viva, valoriza os espaços públicos e cria momentos de encontro e identidade para todos os lamecenses.-----

Lamego continua em grande, continua vivo e não pode parar. Sabemos bem a responsabilidade que temos. Os lamecenses confiaram em nós e saberemos responder a essa confiança com trabalho, seriedade e a visão de futuro, que estamos habituados.-----

Foi com esta confiança que os lamecenses escolheram a Coligação “Todos Juntos Por Lamego”.-----

É com esse sentido de missão que aqui estamos hoje, para continuar a construir, para continuar a afirmar Lamego e honrar a palavra dada os lamecenses.-----

*Em nome do Grupo Municipal da Coligação “Todos Juntos por Lamego PPD/PSD.CDS-PP”, desejamos a todos os lamecenses um Bom Natal.”-----*

Interveio o membro **Sofia Alexandra Correia Pereira** para fazer a seguinte intervenção:-----

*“Bom dia senhor Presidente, senhores Vereadores, senhor Presidente da Assembleia, senhoras e senhores membros desta Assembleia Municipal.-----*

*É uma enorme honra poder voltar a dirigir-me a esta Assembleia e uma honra ainda maior poder contribuir para os seus desígnios, para os desígnios da nossa terra.-----*

*É por isso que hoje, neste Período Antes da Ordem do Dia, não podia deixar de vos falar de um facto que todos conhecemos, de que como muitas das decisões nacionais continuam a ser pensadas a partir dos grandes centros e acabam, sistematicamente, por prejudicar a distância e subsequentemente a interioridade, sobretudo aqui o nosso território, que é Lamego.-----*

*A vida parece ser feita em função das vertigens das grandes cidades, como infelizmente bem sabemos. Mas esta ideologia do indivíduo não é, nem pode ser, o coração da nossa comunidade, da comunidade de Lamego, que é uma comunidade solidária e que pensa em todas as pessoas, independentemente dos seus contextos. Esta corrente, que é adversa e que nós sentimos, é sobretudo agravada no contexto político que hoje em dia é dominante.-----*

*A democracia dá tempo, a democracia dá poder, a democracia dá legitimidade e a verdade que nos dias de hoje o PSD agrupa estes três fatores: venceu duas eleições legislativas consecutivas, governa o país, tem influência institucional plena e governa também este mesmo Município.-----*

*Por isso, senhoras e senhores deputados, este PSD com tempo, com contexto institucional extremamente favorável, e responsabilidade plena, tem infelizmente acumulado, com uma velocidade estonteante, erros políticos que agravam esta crise em que vivemos.-----*

*Quando um partido que governa com estas acumulações de poder, já não pode apenas governar para as partes, não pode escolher os méritos que quer, mas também não pode empurrar os custos que lhes convêm.-----*

*Por isso, permitam-me começar por dizer o que define, no meu entendimento, o nosso futuro coletivo e aí estaremos, certamente, de acordo de que são os jovens.-----*

*A maioria dos jovens de Lamego, que estuda no ensino superior, fá-lo, infelizmente, fora do nosso concelho. Isso é uma realidade do interior, é estrutural, não é uma escolha livre, não é por liberdade de escolha que estes jovens o fazem, é uma escolha forçada de milhares de famílias do nosso concelho.-----*

*Já agora, e acho que é importante para todos os lamecenses, filhos da classe média deste concelho, a Lei consagra um direito, que é por exemplo o complemento de alojamento aos filhos da classe média.-----*

Muitos estudantes deste concelho partem desse pressuposto e o princípio desta Lei é claro, é abranger a classe média que ficou fora da ação social tradicional, mas o que é acontece, neste momento, é que existe na Lei, mas não é pago.-----

Às vezes parece uma coisa distante de nós, mas isto afeta as pessoas que conhecemos, os nossos colegas, os nossos amigos, os filhos dos nossos vizinhos, as pessoas das nossas freguesias.-----

E o que este Governo do PSD faz? Não paga subsequentemente os apoios que lhe é devido, seja neste complemento, seja no prémio salarial.-----

Assim temos, sistematicamente, uma geração que está à mercê deste Governo e das responsabilidades que lhe são imputadas. Isto não de todo admissível, é mesmo regressivo para uma geração. A geração que todos queremos, penso eu, que se fixe no nosso concelho.-----

Sobre políticas de habitação, a forma como este Governo tem tomado este assunto ao longo do tempo, com os instrumentos que agravam esta crise, que inflaciona o mercado, e mais uma vez também se verifica aqui, em Lamego. As dificuldades que vemos todos os dias e que as pessoas nos apresentam.-----

Porque, ao fixar os valores ridículos que apresentam às pessoas que nós conhecemos, sabemos que estão cada vez mais distantes de poderem ter uma casa digna, mesmo aqueles que trabalham. Isso também é uma preocupação e deveria ser também uma preocupação de todos os membros eleitos desta Assembleia.-----

Mais do que isso, também se soma aqui um destaque do que tem sido um ataque concertado aos direitos de quem trabalha.-----

Um Governo, que olha para esta economia da forma que está, que existe, com quase pleno emprego, onde os trabalhadores ganham maior poder negocial, fruto da escassez do mercado e, ainda assim, aquilo que se permite fazer é flexibilizar a favor dos empregadores. Não é negociar melhores salários, não é reforma no que diz respeito a melhorar as suas qualidades de vida, mas sim fragilizar estes vínculos e normalizar a precaridade.-----

Portanto, senhor Presidente, senhoras e senhores deputados, o que une todas estas decisões, não é um acaso, não são erros isolados, é mesmo um padrão político que não conseguimos ver no partido Socialista. E quando isto acontece num contexto de um partido que governa com tempo, com poder e legitimidade plena, já não há desculpas possíveis, seja a nível nacional, seja a nível local.-----

Em Lamego, sentimos essas escolhas de forma muito dura, porque aqui a margem é menor e porque aqui a nossa comunidade continua a ser mesmo o principal motor da nossa ação política.-----

Senhor Presidente, permita-me terminar apenas com uma inquietação, que é minha, mas também é de vários lamecenses, dos nossos vizinhos, dos nossos amigos, das pessoas que conhecemos em Lamego, em cada uma das nossas freguesias.-----

*Todos queremos saber que perante um país que enfrenta um Governo absolutamente desgovernado, onde Luís Montenegro trabalha contra os trabalhadores, e contra a classe média, o que é que pensa o Francisco Lopes.-----*

*O que é o senhor Presidente da Câmara e Presidente da Comissão Permanente do Conselho Regional do Norte pensa sobre isto, concorda com o seu líder? Entende que os trabalhadores lamecenses, os filhos da classe média deste concelho devem ser mais precários? O que é que o senhor Presidente tem a dizer sobre esta precaridade a que quer empurrar esta geração e os cidadãos do nosso concelho, das nossas freguesias? Os filhos dos lamecenses não devem receber o apoio que lhes é devido no complemento de alojamento? Devem ter medo dos contratos precários ou alargados a termo? Devem, estas pessoas, não saber o dia de amanhã? O que é que um responsável, com força reivindicativa junto do poder central, pensa sobre a vida de quem cá vive? Condena ou aplaude?”-----*

Tomou a palavra o membro **Sara Daniela Pereira Rodrigues** para fazer a seguinte intervenção:-----

*“Bom dia senhor Presidente da Assembleia e respetivos elementos da Mesa, senhor Presidente da Câmara Municipal e respetivos Vereadores, senhoras e senhores membros da Assembleia Municipal e público que assiste a esta sessão.-----*

*Mil oitocentos e trinta e cinco, uma data perdida na memória coletiva. Foi o ano em que se votava nos Paços do Concelho, numa sessão camarária muito semelhante a esta, a expropriação do terreno da Cerca do Convento de São Francisco, para aí se estabelecer uma praça em que se vendam hortaliças, frutas e legumes, como é referido em ata.-----*

*Mil oitocentos e oitenta e dois, talvez esta data já nos diga alguma coisa. Está gravada no portão de acesso pela Rua de Almacave e que corresponde à data inaugural do Mercado Príncipe Real D. Carlos ou Dr. Miguel Bombarda, nome dado após a Implantação da República.-----*

*Mil novecentos e oitenta e um, uma data que a maioria dos que aqui se encontram tem, com certeza, na memória. O ano em que é inaugurado, depois da requalificação do centenário edifício, o atual Mercado Municipal de Lamego, intervencionado pelo Arquiteto Alberto Cruz, um nome maior do modernismo português.-----*

*Passados quarenta e quatro anos, o Mercado encontra-se parcialmente sem funcionamento, já não responde plenamente às necessidades da população e apresenta muitas deficiências estruturais e defeitos, que o tempo acumulou.-----*

*É por conhecer a sua história, que reconheço a importância de reabilitar este lugar. Mas é também por isso, que é impossível concordar com a solução que este Executivo propõe: intervencionar o Mercado Municipal para a expansão das instalações da ESTGL – Escola Superior de Tecnologia e Gestão de Lamego.-----*

*Esta é mesmo uma solução não. Não resolve o problema do Mercado Municipal, não respeita o seu valor histórico e arquitetónico e não dá uma solução digna ao ensino*

superior.-----

*Mas importa dizê-lo, isto não é uma posição contra a ESTGL, bem pelo contrário.-----*

*O ensino superior em Lamego merece crescer, afirmar-se e ter condições adequadas, o que não merece é ser empurrado para dentro de um edifício, que não foi pensado para esse fim, como sendo uma solução de recurso ou um remendo urbanístico à falta de visão e planeamento estratégico.-----*

*-O Mercado deve ser reabilitado? Sim. Deve associar-se novos usos ao seu programa? Sim, sempre defendi isso. Mas novos usos que dialoguem com a sua função primordial: a venda de produtos frescos, de carne, de peixe, de frutas, de legumes e de flores.-----*

*A Praça e a sua história cruzam-se com a história de tantas famílias lamecenses. Este foi o lugar onde Lamego comprava os seus alimentos para juntar a família à mesa. Um ponto de encontro de tantas gerações, um espaço de vida em comunidade e partilha. É esta memória coletiva que querem apagar, a possibilidade de construirmos uma nova memória afetiva com este lugar, que nos querem privar.-----*

*O Mercado Municipal não é apenas o edifício, é a história da nossa cidade e das nossas famílias. É por isso que defendemos que o seu processo de transformação, não pode ser insensível e displicente. A sua reabilitação deve ter por princípio conservar vivo o laço com um passado ao qual devemos a nossa identidade e que é constitutivo do nosso ser.-----*

*Queremos um Mercado Municipal que possa ser e deva ser montra da nossa região, refletindo a identidade do Douro e das suas gentes. Um lugar onde se reconheçam os sabores, os aromas, as cores da nossa terra. Um espaço aberto, frequentado por lamecenses e visitantes, onde se reencontrem histórias, tradições e memórias. Um mercado que celebre as nossas tradições e a nossa cultura, a nossa comunidade, e que devolva a centralidade que Lamego deve ter na Região Demarcada do Alto Douro Vinhateiro.-----*

*Não podemos contentar-nos com soluções que não passam de remendos, quando tantas outras cidades souberam fazer diferente e souberam fazer bem.-----*

*É possível reabilitar o Mercado Municipal com ambição e respeito patrimonial, mantendo a venda de produtos e integrando novos usos. É possível apostar seriamente no ensino superior, criando infraestruturas próprias, lançadas de raiz, capazes de afirmar a ESTGL e atrair estudantes, docentes e investimento.-----*

*-Mas, apesar de todas estas possibilidades, este Executivo teima em seguir pelo caminho que escolheu.-----*

*Pese embora esta seja uma decisão política fechada, não deixa de ser uma posição política errada. É um erro, tendo em conta o valor patrimonial do Mercado, é um erro para o futuro do ensino superior de Lamego, é um erro para a cidade e para quem a habita.-----*

*Senhor Presidente da Câmara e senhores Vereadores, aquilo que vocês pretendem é alterar um edifício, cuja função já percorreu três séculos de história e decidiram-no sem abertura de um processo de discussão pública, isto deveria envergonhar-vos!----- Em boa consciência, não poderia deixar de o dizer e fica em aberto se, em consciência terão a coragem política de o reverter.”-----*

Tomou a palavra o senhor **Presidente da Junta de Freguesia de Lamego** para proferir o seguinte:-----

*“Muito bom dia a todos. Cumprimento o senhor Presidente da Câmara e, na sua pessoa, todos os senhores Vereadores, o senhor Presidente da Assembleia e, na sua pessoa, a restante Mesa, caros deputados municipais, caros colegas Presidentes de Junta, todos os lamecenses presentes e todos aqueles que nos acompanham através das redes sociais, bem como todos os funcionários municipais.-----*

*A minha primeira palavra é uma palavra de felicitação. Sem qualquer ironia, felicito o Município pelo que fez nesta época natalícia, a cidade está bonita, está mais agradável. Será sempre mais bonita do que Viana do Castelo ou do que qualquer outra cidade, Lamego é sempre a mais bonita.-----*

*Mas, ainda assim, vou colocar uma questão, a mesma que coloquei há dois anos atrás, e que se prende com a ausência da campanha dos Vouchers de Natal, pois entendo que era uma iniciativa importantíssima para o comércio tradicional.-----*

*Há dois anos atrás também não houve, no ano passado voltou a haver. Estamos a falar da atribuição de 2500 vouchers. Por cada cinquenta euros, gastos em lojas aderentes do comércio tradicional, são 125 mil euros que entram no nosso comércio tradicional, que tão mal está, infelizmente. Depois podemos rebater 10 euros, e só esses 10 euros, em 2500 vouchers, representam mais vinte e cinco mil euros e as pessoas gastam mais. Ou seja, provavelmente estaremos a falar, no mínimo, em 150 mil euros, eventualmente 200 mil euros, ou aquilo que for.-----*

*A minha questão é, foi uma opção política? Foi uma questão de verbas?-----*

*De facto, é importante termos a cidade bonita e com música. Sei também que muitas pessoas têm reclamado pelo facto de não haver iluminação e música na sua rua, mas percebo, melhor do que ninguém, que é impossível haver dinheiro para chegar a todas as ruas, é uma questão de opção, e o Executivo optou e bem, na minha opinião, pelas ruas mais lógicas.-----*

*Enalteço, ainda, a decisão de tentar formar, novamente, uma Associação Comercial. Na minha campanha eleitoral, também e rebati essa ideia, porque acho importante que o Município ou as instituições públicas dêem voz aos comerciantes, e dinamizem mais iniciativas, podem ser vouchers de Natal, vouchers da Páscoa, ou outras.-----*

*Vamos fazer, vamos lutar, porque é importante a revitalização do comércio tradicional.”-----*

Usou da palavra o membro **Nuno Romeu Cardoso Sequeira** para proferir o seguinte:

*“Cumprimento o senhor Presidente da Assembleia Municipal e respetivo secretariado, o senhor Presidente da Câmara, os senhores Vereadores, caros colegas deputados municipais, senhores Presidentes de Junta, toda a equipa de apoio a esta sessão, todos os lamecenses presentes e aqueles que nos acompanham através das redes sociais.-----*

*Gostaria apenas de dizer que, apesar do atraso com que esta Assembleia começou e que poderia ter sido evitado, mas, ainda assim, e aproveitando as palavras do membro do CHEGA, espero que este atraso tenha valido a pena e que nos traga boas-novas.-*

*Aliás, o Centro de Responsabilidade Integrado, que conhecemos como CRI, já começou a trabalhar no final de 2023. Ou seja, dois anos depois temos a inauguração. Espero que o mote da visita da senhora Ministra da Saúde não tenha sido, de facto, este momento, até porque no final de 2023 este Centro, que tem vários serviços, começou a trabalhar de forma bastante estratégica.-----*

*Aliás, este Centro foi implementado através do Governo do Partido Socialista, através do Ministro de então, Manuel Pizarro, e que inclusivamente, corrija-me senhor Presidente da Câmara, na altura até contou com a sua oposição. Recordo-me de ver um vídeo onde o senhor referia que não estava de acordo com esse Centro, nomeadamente através do serviço de hemodiálise.-----*

*Aguardo, por isso também, algumas clarificações da sua parte, relativamente a esta visita.”-----*

Usou da palavra o membro **Teresa Maria Correia Pina Rodrigues** para proferir o seguinte:-----

*“Cumprimento o senhor Presidente da Assembleia Municipal e respetiva Mesa, o senhor Presidente da Câmara e senhores Vereadores, senhores Presidente de Junta, e senhores membros da Assembleia Municipal.-----*

*A propósito da obra do Polo II da Escola Superior de Tecnologia e Gestão de Lamego, no edifício do Mercado Municipal de Lamego, deve ser, em meu entender, considerada uma verdadeira oportunidade estratégica para a nossa cidade, com o devido respeito, claro está, pela nossa história.-----*

*Permitam-me dizer que o Mercado é, à minha pessoa, algo que me toca profundamente, porque fui criada, cresci e desenvolvi-me no Mercado Municipal de Lamego.-----*

*Desde logo, esta solução responde a uma necessidade real e crescente da Escola Superior de Tecnologia: o aumento de número de alunos e conseqüentemente a carência de espaço letivos. -----*

*A proximidade do edifício da sede, permite dar resposta, sem recorrer a meios de transporte, o que é particularmente relevante num contexto de oferta e limitada de transporte e traduz uma utilização mais racional e eficiente dos recursos públicos.-----*

*Acresce, ainda, a existência de uma Residência Universitária, recentemente construída na Praça do Comércio, muito próxima do Mercado Municipal. Esta*

*proximidade cria condições ideais para uma vivência académica integrada, facilitando o quotidiano dos estudantes, promovendo a mobilidade pedonal e reforçando a centralidade do ensino superior no coração da nossa cidade.*-----

*Importa, igualmente, sublinhar que os comerciantes locais defendem a continuidade desta instituição no centro da nossa cidade.*-----

*A presença diária de estudantes, docentes e funcionários é fundamental para a vitalidade económica do comércio local, garantindo um movimento regular, consumo e um maior dinamismo urbano.*-----

*No que diz respeito ao funcionamento do Mercado Municipal, é importante tranquilizar todos. Os tempos mudaram, a área atualmente afeta ao Mercado é suficiente para responder à oferta e à procura existentes, não estando em causa o normal exercício da atividade comercial, nem o apoio aos produtores e vendedores que ali desenvolvem a sua atividade.*-----

*Por outro lado, a zona envolvente ao Mercado Municipal integra diversos estabelecimentos comerciais que atravessam dificuldades e que precisam de ser revitalizados. A instalação de novos espaços académicos permitirá dinamizar esta área da cidade, promovendo maior circulação de pessoas e reforçando a atratividade do centro urbano.*-----

*Finalmente, esta opção contribui para reforçar a presença estudantil no coração da cidade, trazendo mais vida, mais dinamismo social e económico e consolidando Lamego como uma cidade de conhecimento, capaz de reter jovens e de projetar o futuro.*-----

*Em suma, estamos perante uma solução que nos parece equilibrada e inteligente. Responde às necessidades do ensino superior, valoriza um equipamento municipal existente, e contribui para a dinamização do centro urbano. Por tudo isto merece o apoio desta Assembleia.”*-----

Usou da palavra o membro **Gonçalo Costa Almeida** para proferir o seguinte:-----

*“Começo por cumprimentar o senhor Presidente da Assembleia e respetivos Secretários, o senhor Presidente da Câmara e respetivos Vereadores, os membros da Assembleia Municipal, os senhores Presidentes de Junta, o público aqui presente e quem nos acompanha via on-line.*-----

*Pode haver muitas divergências entre a Iniciativa Liberal e o Executivo desta Câmara, mas a construção do Polo Universitário no Mercado Municipal não é uma delas.*-----

*la muitas vezes ao Mercado enquanto criança, porque a minha avó era peixeira e trabalhava lá, e tenho, inclusivamente, uma prima que exerce atualmente a sua atividade profissional no Mercado também como peixeira.*-----

*Todos sabemos as dificuldades que passam os comerciantes daquele espaço e de toda a cidade. Esta proposta, esta medida do Executivo, é certamente uma boa notícia para dinamizar o Mercado Municipal e todo o comércio envolvente.*-----

*Tanto o Polo Universitário, como a Residência de Estudantes, localizada na Praça do Comercio, irão trazer vida à cidade. Vai trazer uma nova vida, uma vida que não existia.*-----

*A Praça do Comércio e o Mercado estavam reduzidos a pequenos grupos de idosos, com todo o respeito, mas não pode ficar por aí, tem que ser uma praça viva, vibrante, com bom comércio tradicional, onde as pessoas gostem de ir e onde consigam estacionar as suas viaturas.*-----

*Por isso, quero deixar nota a esta Assembleia Municipal, a todo o Executivo e principalmente a todos os lamecenses, a Iniciativa Liberal vai apoiar a construção deste Polo Universitário e desta Residência Universitária*”-----

Tomou, novamente, a palavra o membro **Sara Daniela Pereira Rodrigues** para proferir a seguinte intervenção:-----

*“Fico incrédula! Há uma coisa que vos quero dizer, o Mercado Municipal foi o edifício que mais tempo de estudo dediquei, acabei de enumerar um conjunto de características, expliquei a história deste edifício, posso mostrar aquilo que é a sua traça. Isto em nada se opõe à expansão da ESTGL, concordo com a expansão. Discordo, no entanto, da obsessão com o centro da cidade, Lamego também tem que se expandir e esta poderia ser uma boa oportunidade para essa expansão.*-----

*Mas, podendo concordar com a proximidade à sede da ESTGL e à Residência de Estudantes, ainda assim, não percebo como é que a Coligação tem uma obsessão em destruir o Mercado, em destruir este que é o legado e que pode ser o motor de desenvolvimento turístico e cultural de Lamego.*-----

*Porque é que Lamego não pode ambicionar assemelhar-se a cidades como Porto, como Lisboa, como Vila Nova de Foz Côa, que tem uma dimensão mais semelhante à nossa.*-----

*Porque é que não podemos ambicionar associar-nos a uma cidade europeia, que dinamiza os seus mercados municipais? Misturar estudantes com hortaliças não me parece mesmo a melhor solução para Lamego.”*-----

Usou da palavra o membro **Carlos Manuel Almeida Loureiro** para dizer o seguinte:--

*“Os meus cumprimentos ao Presidente da Assembleia Municipal, aos Secretários, ao Presidente da Câmara, aos Vereadores, membros municipais, ao público presente, a quem nos acompanha pelas redes sociais e aos funcionários que prestam assessoria a esta Assembleia.*-----

*Dirijo-me diretamente à senhora deputada Sofia Pereira, pois parece que não tem andado por cá.*-----

*Há alguns anos fez parte desta Assembleia Municipal, que bem me recordo daquela luta que tinha com o Dr. Manuel Afonso sobre a feminidade, mas atualmente anda desfasada da realidade lamecense.*-----

*Se há Executivo que apoiou os estudantes foi este, pois alargou, inclusivamente, o apoio a todos os estudantes lamecenses que estudam fora.*-----

*Em relação aos temas que a senhora Sofia Pereira aqui falou, espero que os debata na Assembleia da República, realmente não sei se o tem feito. Sei é que tem andado um bocado alheada da realidade lamecense. Espero que fique mais atenta.-----*

*Em relação ao investimento relacionado com a ESTGL, quem mais tem contribuído para o ensino superior neste Município é o Executivo do Eng.º Francisco Lopes. Foi com o alargamento da atual escola e o alargamento para o Mercado.-----*

*Quatro anos vossos foram zero para Lamego. Concordo que façam a vossa luta política, mas vejam também os benefícios que este Executivo tem trazido para o Município”.-----*

Tomou, novamente, a palavra o membro **Marco Aurélio da Fonseca Oliveira** para proferir a seguinte intervenção:-----

*“Começo por cumprimentar a Mesa da Assembleia, o senhor Presidente e Secretários, o Presidente da Câmara e Vereadores, os membros da Assembleia Municipal, público presente e quem nos acompanha em casa.-----*

*la começar a minha intervenção dando os parabéns à Sara Rodrigues, porque começou a sua intervenção com “um cheirinho rosinha”, com um texto muito bem escrito. Mas não vou começar por aí, começo pelo fim. O que veio aqui fazer foi uma “salgalhada” de nabos, couves, cebolas e alhos.-----*

*O Partido Socialista, derrotado nestas eleições, tem mantido esta retórica, de manter como bandeira política o problema do Mercado Municipal. Nas redes sociais, o candidato perdedor nas últimas eleições, assumiu, inclusivamente, que ponderava fazer um abaixo-assinado para que esta obra não fosse adiante.-----*

*O PS tem que decidir, de uma vez por todas, ou quer que Lamego ande para a frente ou vai ser o travão deste Executivo durante quatro anos, como é sempre desde 2005.*

*Tiveram uma oportunidade durante quatro anos, e vejam bem, meus senhores, Lamego parou.-----*

*Depois, passados uns anos vinham com a “gasolina”, temos que pôr Lamego a andar. A única coisa que o PS de Lamego faz é chegar aqui, como vai fazer hoje durante o dia todo, dizer que não, que está tudo mal, que se nós fossemos, que se nós estivéssemos, nós é que fazíamos. Mas contribuir para as ideias e para o futuro de Lamego “zero”. Parafrazeando alguém que fez parte da Assembleia no anterior mandato, “bola” é o que o PS faz.-----*

*Depois vêm aqui, contam um bocadinho de história, como a senhora deputada Sara Rodrigues fez, mas preocupar-se diretamente com as pessoas, nada!-----*

*Falou do cheiro das cebolas, não falou dos cheiros dos nabos e das ideias que, às vezes, vocês têm para Lamego. É isso que têm que assumir com toda a clareza, não é andar embandeirar em arco, durante as campanhas eleitorais, que vão fazer, mas depois não fazem nada. Estiveram quatro anos à frente do Executivo e não fizeram nada em Lamego, “zero”.-----*

*Depois vêm aqui dizer que o polo da ESTGL não pode ser feito ali, porque “coitadinhos dos vendedores”. Que vendedores? Infelizmente, o tecido empresarial de Lamego está como está, devido às circunstâncias atuais. Infelizmente, não temos pessoas que possam ir para o Mercado e vender os seus produtos, é isso que vocês têm que dizer verdadeiramente, não é aproveitar o problema político, que é o que vocês fazem, o aproveitamento político da questão.-----*

*Têm que dizer a realidade, infelizmente hoje em dia já não há vendedores para estar no Mercado. Infelizmente, passamos na Rua de Almacave e vemos as lojas fechadas, porque o tecido empresarial, em Lamego, não está bem. É essa a coragem que temos que ter. Não é chegar aqui e vender uma ideia política às pessoas que nos estão a ver, para cativar votos.-----*

*Se fomos eleitos membros municipais temos, muitas vezes, que nos abstrair da cor partidária e ser lamecense, dizer as coisas como devem ser ditas, senhora Sara Rodrigues.-----*

*Faço-lhe uma sugestão, pergunte ao senhor Miguel Mota qual é o posicionamento dele em relação à criação do Polo II da ESTGL no Mercado Municipal.”-----*

Tomou, novamente, a palavra o membro **José Alexandre de Carvalho** para proferir o seguinte:-----

*“Julgo que a opinião do CHEGA também conta. Inicialmente também era contra neste local, atualmente é a favor, porque o importante para os lamecenses é que seja explicada a causa do não dito pelo não dito, isso sim.-----*

*Pronunciem-se os responsáveis, os lamecenses merecem e o CHEGA pede explicações para tal conduta.-----*

*Resumindo, quando dois pais perguntam a um filho se quer e gosta da nova casa que lhe querem oferecer, neste caso o Presidente da Câmara e o Presidente do IPV de Viseu e o filho aprova a causa e o sítio, que razões pode alegar a restante família do filho, neste caso o PS, e vir a público defender tal irresponsabilidade desse filho?-----*

*No CHEGA, por bem menos, até porque no fundo era uma pessoa doente, cleptomaníaca, por umas simples malas, foi de imediato suspenso de todos os cargos e excluído da família.-----*

*O sítio, por cima do Mercado, não será talvez o ideal, nem pouco mais ou menos, mas para o número de alunos que se espera a curto e a médio prazo chegará decerto. Também se deve ter em conta essa situação.-----*

*Mas o responsável mor, neste caso, será sempre o inquilino, que gostou e aprovou e, por arrasto, a família do filho.-----*

*Então, por que razão apenas assistimos, por parte do PS, a uma tentativa de branqueamento de tal comportamento, não responsabilizando o responsável?-----*

*Esta é a opinião do CHEGA à luz dos dados de que dispomos. Não o sendo, pronunciem-se os interessados.-----*

*Aos lamecenses não interessam os jogos partidários, interessa-lhes a verdade dos factos e os culpados que assumam responsabilidades. Por cerca de oitenta mil euros, de um dos seus assessores, o nosso António Costa desertou para Bruxelas.”-----*

Usou, novamente, a palavra o membro **Sofia Alexandra Correia Pereira** para fazer a seguinte intervenção:-----

*“Apenas deixar dois reptos. Ao senhor deputado Carlos Loureiro, dar-lhe nota que há um anúncio muito interessante, de uma livraria muito antiga, que diz “ler prejudica gravemente a ignorância”. Se quiser ter a oportunidade de ler o Projeto de Lei ao qual me referia, vai compreender, de facto, que aquilo que nós falávamos, são coisas absolutamente. Sobre o resto, não vou tecer comentários sobre o nível dos seus argumentos.-----*

*Em relação ao deputado Marco Oliveira só vou deixar uma nota, uma vez que tem tanta confiança nos projetos que apresentam, lancem à discussão pública o vosso entendimento, os vossos projetos, para que os lamecenses se possam pronunciar.----*

*Mais uma vez, não me vou pronunciar também sobre o nível do resto dos seus argumentos.-----*

*Aqui é a casa da democracia e, às vezes, devíamos ser mais comedidos na forma como nos comportamos, pois representamos quem vota em nós.”-----*

Retomou a palavra o membro **Marco Aurélio da Fonseca Oliveira** para responder o seguinte:-----

*“Quando ouvi a sua intervenção, pensei que estava a falar para os deputados da Assembleia Municipal do Porto, o círculo pelo qual foi eleita e não para os deputados da Assembleia Municipal de Lamego.-----*

*Quanto ao meu discurso e à minha maneira de ser, são genuínos, é assim desde 2005, quando fui eleito membro desta Assembleia, pela primeira vez. Sou assim, quem gostar gosta, quem não gostar não gosta.-----*

*Sou lamecense, gosto de falar assim, tenho sangue na guelra. Assumo, sem problema, não me escondo atrás de um cartão político para parecer bem.”-----*

Interveio, novamente, o membro **Sofia Alexandra Correia Pereira** para referir, ainda, o seguinte:-----

*“Senhor Marco Oliveira, sou tão lamecense como o senhor, pois também nasci em Lamego, como de resto, é o caso de algumas pessoas que integram o Executivo que lidera esta Câmara.-----*

*Reitero o que disse. Se tem tanta confiança no projeto que apresentam, lancem-no aos lamecenses, deixem os lamecenses falar sobre este projeto, deixem os lamecenses dizer se, de facto, concordam com a vossa visão.-----*

*Tomar decisões nos gabinetes da Câmara Municipal é muito mais fácil antes de ouvir os lamecenses, antes de ouvir as pessoas. E, independentemente, da prepotência e arrogância com que se diz um conjunto de coisas, tenham noção do que é necessário para o nosso concelho.-----*

*Tenham noção de que é um erro estratégico para os lamecenses, é um erro estratégico para as pessoas que precisam do Mercado Municipal, como um polo de desenvolvimento.*-----

*Portanto, tenham noção das coisas que fazem, antes de virem dizer os disparates que, às vezes, dizem.*”-----

Tomou a palavra o membro **Edgar André Almeida Fernandes** para fazer a seguinte intervenção:-----

*“Indo ao cerne da questão, e respondendo aos membros da oposição, parece-me que não ouviram a deputada Teresa Rodrigues. Ou seja, não apresentamos meios factos ou meias medidas, falamos de coisas concretas.*-----

*Fizemos o nosso trabalho de casa, preparámo-nos. Percebo que, às vezes, andamos muito ocupados com a nossa vida externa e com os nossos trabalhos, o meu também não é em Lamego, mas passo mais tempo aqui do que fora.*-----

*Temos que estar mais concentrados naquilo que dizemos e naquilo que fazemos. Ou seja, mediante o número de estudantes que temos e a realidade existente no nosso Mercado, temos que ser concretos, coesos e eficientes naquilo que temos que fazer. Não estou a ver a deputada Sara Rodrigues e a deputada Sofia Pereira a vender nabos, hortaliças, hortelãs no Mercado Municipal, eu também não me vejo nessa função, tenho outra vida profissional. Nesse sentido, temos que ser reais e concretos.*

*Os nossos pais ainda fazem compras no Mercado, mas não acredito que vocês o façam. Não acredito que a deputada Sara Rodrigues, quando esteve no Porto, fosse ao Mercado do Bolhão, se calhar foi lá em visita médica como eu.*-----

*Mas também não acredito que o nosso turismo perca tempo, salvo seja, infelizmente, com o nosso mercado. Quem dera que o perdesse.*-----

*Por isso, temos que ser coesos concretos e leais ao sentido da nossa realidade e da realidade atual de Lamego.*-----

*Reitero tudo o que foi dito pela Coligação, esta é uma ótima ideia, é a ideia mais eficaz e mais eficiente e que seja realizada com sucesso.*”-----

Tomou a palavra o membro **José Manuel Lourenço Correia** para fazer a seguinte intervenção:-----

*“Bom dia senhor Presidente da Assembleia, senhores Secretários, senhor Presidente da Câmara e respetivos Vereadores, membros municipais, staff de apoio que permite a realização desta Assembleia e caros lamecenses que seguem esta sessão através das redes sociais.*-----

*Estamos a começar com uma sessão da Assembleia Municipal viva, é bom. É bom sentir o pulsar da juventude, este sangue na guelra, que depois com a idade é preciso acalmar.*-----

*Penso que, devemos refletir com alguma calma sobre este assunto.*-----

*É perceptível a preocupação da senhora deputada Sofia Pereira em trazer a esta sessão questões nacionais. Mas essa não é a nossa primeira preocupação, muito*

honestamente, não é a primeira preocupação desta Assembleia e dos lamecenses, não são as preocupações do PS a nível nacional e das políticas nacionais que aqui mais importam.-----

Claro que também são importantes, reconhecemos que sim, mas o nosso foco não é esse. O nosso foco são as pessoas que estão aqui, é por elas que trabalhamos. Portanto, desafio a que nos preocupemos mais com as questões do nosso Município, e deixemos as guerras político-partidárias nacionais para outros espaços políticos.-----  
Afirmar que o PSD ganhou as eleições, mas agravou a crise política é arriscado, porque também é verdade que, quando o PS ganhou estragou tudo ou quase tudo. Estamos em pé de igualdade, mas penso que não é o momento para discutir esse assunto.-----

Claro que nos preocupamos com os jovens, com os estudantes e o senhor Presidente da Câmara vai certamente falar sobre isso. Este Executivo tomou medidas na área das bolsas, na área do alojamento, na área das casas e da habitação.-----

Relembro que o Executivo da Coligação foi o único que construiu habitação social em Lamego. Quantas casas para habitação social construiu o Executivo do Partido Socialista? Portanto, vamos com calma.-----

Em relação à intervenção da senhora deputada Sara Rodrigues também num registo de fulgor juvenil, sendo que o facto de ser jovem não nos dá o direito tudo e dizer que se sente envergonhada...vamos com calma, aqui ninguém tem vergonha de nada, as pessoas tomam as decisões que são necessárias.-----

Ninguém precisa de sentir vergonha alheia, porque não é disso que estamos a falar. Devemos medir as palavras.-----

Este assunto não é novo, fomos acompanhando a vossa posição pelas nas redes sociais. O PS encontrou nas redes sociais um fórum importante para fazer política, não sei se vos vai levar a algum lado, mas aceitemos, são os tempos modernos.-----

Em relação a esta questão do Mercado Municipal, vamos lá ver se nos entendemos. Só podemos falar no Mercado se ao mesmo tempo falarmos no Ecoparque Académico e Tecnológico de Lamego, que é o nome do projeto do PS, mas que ainda não percebi muito bem o que é. Aliás, ainda ninguém percebeu.-----

Ninguém sabe se há algum estudo sobre isto, se alguém conhece exatamente, a pertinência da proposta, se tem algum fundamento legal, técnico, se tem viabilidade futura, se é sustentável.-----

Mas, de qualquer forma, o senhor Vereador do Partido Socialista apresentou este projeto como se fosse a solução milagrosa para o ensino superior de Lamego, só que há um pequeno detalhe e chama-se democracia.-----

Esta solução milagrosa, que foi explicada da melhor forma que o PS conseguiu explicar, quanto a mim mal, não explicou quase nada, foi à campanha eleitoral.-----

A Coligação “Todos Juntos por Lamego PPD/PSD.CDS-PP”, levou um projeto diferente, o alargamento da ESTGL para o Mercado Municipal com o vínculo do seu Presidente, o Dr. Miguel Mota.-----

O que disseram os lamecenses? Disseram que não queriam este Ecoparque Académico e Tecnológico e que preferiam a realização de obras no Mercado Municipal.-----

Pergunto, temos que nos envergonhar de quê? Dos lamecenses que votaram na Coligação? É disso que nos devemos envergonhar?-----

Esta questão fica um bocadinho mal explicada, o alargamento da ESTGL no piso superior do Mercado é, claramente, uma boa solução, é uma solução funcional, realista e é exequível. Ninguém vai acabar com o Mercado. O Mercado vai continuar.

Se lá formos agora, vemos que o Mercado tem espaço que não é aproveitado.-----

As instituições não são imutáveis, este edifício onde nos encontramos, já foi um convento.-----

O Mercado Municipal não será destruído, será ajustado aos tempos modernos. O projeto não é uma demolição, é uma requalificação parcial e o aproveitamento do piso superior, conciliando funções. Ninguém vai mexer na sua traça externa.-----

É um investimento muito menor e mais eficiente do que construir um campo de raiz. Os três milhões de euros que se irão gastar, não chegariam, nem de longe, para construir o Ecoparque Académico e Tecnológico.-----

Aliás, talvez convenha lembrar que há grandes cidades europeias, que também criaram novos polos dentro da própria cidade. Há polos, por exemplo, dentro da cidade do Porto, de Lisboa, de Braga, de Guimarães, de Bilbao, de Barcelona e muitas outras. Esta é uma solução viável, patrocinada, validada pelos lamecenses em eleições. Não há melhor escrutínio de que este.-----

A proposta do Ecoparque Académico e Tecnológico tem problemas sérios, é urbanisticamente incoerente, é tecnicamente dispendiosa e não tem qualquer suporte estratégico.-----

Alguém sabe quantos alunos se inscreveram este ano na ESTGL? Foram muito poucos. Portanto, temos que perspectivar o que nos pode acontecer nos próximos anos e devemos ir com calma.-----

Em conclusão, o Executivo ganhou com uma proposta concreta: reforçar o ensino superior no centro da cidade, aproveitando os recursos existentes e articulando com o Mercado Municipal. O PS apresentou outra proposta, os lamecenses escolheram e a democracia funciona assim, respeitem-se os resultados.

Não há ilegalidade, não há violação da lei, não há danos financeiros, não há vergonha para ninguém, há apenas um mau perdedor a insistir e a impor o que o povo rejeitou.

É disto que estamos a falar e temos a prova nesta Assembleia.-----

*Estamos todos de acordo com o projeto para o Mercado, exceto o Partido Socialista que, como dizia o deputado Marco Oliveira, está mais para destruir do que para construir.*-----

*Talvez valha a pena fazerem mais um, ou mais meia dúzia de requerimentos, sobre o Mercado.*-----

*Se a ideia era assim tão boa, porque é que ninguém a quis?*-----

Usou da palavra o senhor **Presidente da Junta de Freguesia de Lazarim**, para dizer o seguinte:-----

*“Estamos a falar de história e é nisso que o Partido Socialista é bom. Quando está na oposição, olha para trás e só consegue ver para trás mas, felizmente, que não está no poder, porque quando está no poder também não tem capacidade de olhar para a frente, esse é vosso problema. Esse é o vosso dilema, temos pena.*-----

*Meus amigos, estamos em pleno século XXI, o mundo está a mudar constantemente, está aí a Inteligência Artificial. A democracia também se faz com propostas novas arrojadas. Às vezes erramos, mas temos que decidir.*-----

*Muito bem senhor Presidente da Câmara, esta é uma excelente medida, vamos ver se no futuro vai dar provas disso, estou convencido que sim.*-----

*Gostaria de está cá daqui a uns anos para lhe dar uma resposta do que vai ser o Mercado Municipal.”*-----

Tomou a palavra o senhor **Presidente da Câmara**, para proferir o seguinte:

*“Cumprimento o Presidente da Mesa, os Secretários e Vereadores, deputados municipais, um cumprimento também a todos os que nos acompanham através das redes sociais do Município.*-----

*Começo por referir que talvez se deveriam ter efetuado duas rondas de apresentações por parte dos grupos municipais, mas, ainda assim, espero conseguir responder a todas as questões que aqui foram suscitadas.*-----

*Relativamente à questão da organização da Avenida Dr. Alfredo de Sousa, muito especialmente da subcarga que ela tem no verão, com um conjunto de esplanadas que ali são instaladas, com as feiras e eventos que ali decorrem e, felizmente, com a grande procura que tem por parte da população local, dos concelhos vizinhos e dos imensos turistas que nos visitam, nacionais e estrangeiros, é certo que a ela se descaracteriza um pouco, por força dessa intensa procura.*-----

*Temos intenção de proceder a uma reorganização da Avenida e, particularmente, das esplanadas, que são o elemento mais impactante. Sendo certo que esse aspeto também tem impacto nos comércios que ali estão instalados e no investimento que é necessário para ter esplanadas com mais qualidade, mas que são sazonais, e portanto, é um investimento que tem que ser amortizado.*-----

*Relativamente ao período de inverno, discordo do ponto de vista do deputado José Alexandre de Carvalho, pois a Avenida é procurada de verão e de inverno.*-----

Claro que no verão, pelas questões climatéricas e pela sazonalidade turística, é muito mais procurada, mas também tem vida no inverno, está a tê-la neste momento, com as animações natalícias e continuará a tê-la com um conjunto de iniciativas que serão desenvolvidas ao longo do ano.-----

Sobre a questão do estacionamento, a Avenida tem estacionamento junto ao Posto de Turismo e na envolvente à Central de Camionagem, a norte ou no fundo da Avenida, e no cimo da Avenida, no Largo da Feira.-----

Por isso, sou absolutamente contra voltar a permitir o estacionamento de veículos automóveis na plataforma da Avenida Dr. Alfredo de Sousa. Essa situação parece-me que não é de considerar.-----

Quando aos demais aspetos, nomeadamente o de melhorar as taças e beneficiá-las com iluminação, já fizemos várias tentativas, mas poderemos e devemos repensá-lo.--

Em relação à questão colocada pelo deputado Hugo Silva, da Iniciativa Liberal, em relação à organização da Feira Semanal, estamos a fazer um esforço enorme de organização da mesma.-----

A Feira nunca será, obviamente, geometricamente organizada, de forma perfeita. Aliás, o próprio conceito de feira nem é moderno como aqui referiu, é um conceito tradicional e muito antigo e é um conceito de organização algo desorganizada.-----

É bom que a feira não perca essa capacidade, esse elemento plástico, que também é importante, quer na procura, quer no exercício da venda que os feirantes fazem de uma forma diferente do comércio tradicional.-----

Em relação à localização, tem que ser num espaço pavimentado e infra-estruturado, o que não acontece com a parte superior do Parque Urbano, que é uma clareira verde, aberta, polivalente, mas que não teria condições para receber a Feira. E não é pelos feirantes, é mais pelos clientes. Quem frequenta maioritariamente a feira, como sabemos, são as senhoras, que não vão para um espaço enlameado no inverno ou empoeirado no verão. Por isso, a Feira Semanal de Lamego tem um local próprio para se fazer que é o Largo da Feira.-----

É evidente que isso coloca um problema de estacionamento às quintas-feiras de manhã e vai colocar um problema de organização do espaço, pois que neste momento, não é suficiente para o número de feirantes que temos identificado.-----

No caso de haver feirantes incumpridores, que não paguem as taxas do terrado ou outras dívidas para com o Município ou para com o Estado, aí poderemos vir a reduzir o número e conseguir enquadrá-los todos no Largo da Feira.-----

Relativamente ao Congresso da Associação Nacional de Municípios Portugueses, é importante referir que a participação é uma obrigação de todos os municípios associados.-----

Os temas escolhidos para este Congresso foram “A Descentralização”, “As Finanças Locais” e a “Sustentabilidade e Coesão”. No seio o Conselho Diretivo, tocou-me apresentar o tema da “Sustentabilidade e Coesão”, o que fiz com muito gosto.-----

Abordei muitos dos temas que foram discutidos nesta Assembleia e um, eventualmente, mais importante e premente no momento que é a questão da habitação.-----

Relativamente à intervenção do senhor Presidente da Junta de Samodães, agradeço a referência que fez, relativamente ao relacionamento exemplar entre a Junta de Freguesia e os serviços do Município, nomeadamente o Vereador do pelouro dos Serviços Urbanos, bem como à prontidão e ao espírito de colaboração que tem existido. Gostaria que assim fosse com todas as Juntas de Freguesia e que fosse uma realidade permanente ao longo de todo o mandato.-----

No que concerne às questões colocadas pela senhora deputada Sofia Pereira, a senhora disse tudo, o Governo está no poder, tem um mandato para cumprir e tem legitimidade plena para tomar as suas decisões.-----

Como concordo com as decisões que têm sido tomadas e discordo das suas posições, que considero traduzirem um discurso inócuo, demagógico e completamente descontextualizado da realidade desta Assembleia, vou passar à frente e aguardar que nos traga propostas e ideias sobre aquilo que interessa a Lamego e aos Lamecenses.-----

A senhora deputada Sara Rodrigues trouxe-nos a história do Mercado Municipal, que começou em 1835, mas basta olhar para o Mercado, para percebermos que o mesmo, não tem nada que ver com o Mercado ou a Praça de 1835, tampouco com a 1882.-----

Remodelámos o Mercado há cerca de uma década. Temos, eventualmente, posições diversas relativamente à valia histórica e arquitetónica daquele edifício, que com toda a humildade o digo, na minha opinião, não tem.-----

Se o Município tivesse capacidade financeira, demoliria aquele Mercado e faria em um novo espaço com um ou dois pisos, com estacionamento subterrâneo e um novo edifício.-----

Em termos de reabilitação e de preservação de património histórico devia dedicar-se à Igreja e ao Convento de São Francisco, porque esse sim, tem importância histórica e patrimonial, precisa muito de uma reabilitação e de ser integrada no centro histórico da cidade, que tem, para nós, muita importância histórica, simbólica, mas tem também uma importância real no dia-a-dia das atividades económicas, que se desenvolvem entre Rua de Almacave e a Avenida 5 de Outubro.-----

Fala em novos usos, não disse quais, para o Mercado que desde que foi construído, no início dos anos oitenta, nunca funcionou integralmente, isso não pode ser escamoteado.-----

Aquele mercado foi um flop, um fracasso, desde o primeiro dia. O piso superior, que era previsto para instalar a restauração e outras atividades, nunca funcionou adequadamente. Aliás, um Executivo socialista instalou aí a Escola de Hotelaria, quando ela foi criada em 2001.-----

O piso intermédio sempre funcionou intermitentemente, tendo apenas um conjunto de bancas, recebendo às terças, quintas e sábados os vendedores de produtos frutícolas que vêm das freguesias.-----

As câmaras frigoríficas nunca foram utilizadas e acabaram por ser desativadas e demolidas, porque eram um peso para aquela estrutura.-----

Não estamos a falar de destruir o Mercado Municipal, muito pelo contrário, estamos a falar de dinamizar o Mercado Municipal na área que ele ocupa e que é suficiente e utilizar um piso, que está devoluto há uma década, para instalar o Polo II da ESTGL.--

Não é preciso fazer uma consulta pública para isto, como o senhor deputado José Manuel Correia referiu, estava nas nossas propostas eleitorais, fomos perfeitamente claros em relação a isso e os lamecenses sabiam da nossa intenção e sufragaram-na.

Precisaríamos, eventualmente, de fazer uma consulta pública, se pretendêssemos eliminar o Mercado ou deslocalizá-lo, mas não é isso que está em causa.-----

O Mercado vai continuar a estar ali e vamos continuar a investir do Mercado, criar condições para que os comerciantes, lá instalados, façam negócio e mantenham as suas atividades.-----

Mas, na proposta do Partido Socialista teríamos que deslocalizar a Escola Superior de Tecnologia e Gestão e levá-la para fora da cidade. Isso sim, precisaria uma consulta pública. No entanto, não é será necessário fazê-la, porque a população da cidade é contra e nós também somos.-----

A Escola Superior de Tecnologia e Gestão vai crescer, mas vai crescer entre o edifício sede, o Polo II, a Residência Universitária da Praça do Comércio e, futuramente, assim espero, também entre a Residência Universitária, da Rua de Fafel, no atual Centro de Saúde.-----

Será neste centro da cidade que gravitarão as poucas centenas de alunos que a nossa escola tem. Disse poucas centenas de alunos de forma propositada, primeiro porque é verdade, segundo porque é um risco com que nos confrontamos. E o Partido Socialista está a colocar-se numa situação de poder vir a ser o coveiro da ESTGL.----

A ESTGL recebeu menos trinta alunos na primeira fase do concurso nacional de acesso. A ESTGL tem vindo a reduzir, ano após ano, o número de licenciaturas. A ETGL tem crescido, de facto, nos Cursos Técnicos Superior Profissionais (CTeSPs) e nos Mestrados. A ESTGL tem recrutado nos maiores de 23 e noutros modelos de acessos alternativos, que não o concurso nacional de acesso.-----

E não é apenas a ESTGL que padece desta situação, é todo o ensino superior do interior que está confrontado com essa dificuldade, a de captar alunos.-----

Quando falamos numa Escola que tem estas limitações, que precisa de ser robustecida e ser robustecida, desde logo com o apoio da comunidade e com um consenso político em torno da mesma, a posição do Partido Socialista é, absolutamente, errada e muito arriscada.-----

*A ESTGL terá, sensivelmente, o dobro da área que tem hoje e isso dá-lhe capacidade para crescer. Se houver necessidade, outras soluções se hão-de encontrar, para que a mesma continue a crescer. Retirar a ESTGL do centro da cidade não é solução.-----*

*Nem falo da questão financeira, porque no rateio que nos coube das verbas do Portugal 2030, apenas temos uma pequena parte da valor que vamos afetar à obra que será efetuada no piso 2 do Mercado e que seria, absolutamente insignificante, se fôssemos pensar na construção de uma escola nova, que de resto, como disse, não seria claramente justificada pelo número de alunos que são recrutados anualmente.---*

*Relativamente às questões suscitadas pelo senhor Presidente da Junta de Freguesia de Lamego, agradeço as referências que fez sobre o trabalho que estamos a desenvolver para animar esta época natalícia e procurar levar ao comércio tradicional alguma dinâmica económica, de que este carece.-----*

*Em relação à questão dos vouchers, efetivamente, é uma medida que não é consensual dentro da estrutura técnica do Município, Vereação e Gabinete de Apoio às Atividades Económicas.-----*

*Pessoalmente, sou defensor dos vouchers, embora reconheça que o modelo tem algumas limitações, mesmo do ponto de vista da legalidade e da legitimidade por se tratar de um apoio direto a entidades privadas.-----*

*Contudo, o grande óbice que se coloca em relação aos vouchers é que esgotam, normalmente, na primeira semana de atribuição, quando eram para uma época natalícia bastante mais alargada, não abrangem mais do que duas dezenas de comerciantes da cidade e concentram-se, essencialmente, em cinco ou seis unidades comerciais, que são mais dinâmicas e que acabam por beneficiar largamente da medida em detrimento de muitos outros.-----*

*Ou seja, para mantermos uma campanha com vouchers, devíamos encontrar um modelo que permitisse uma dispersão deste benefício por um número mais abrangente de comerciantes.-----*

*O senhor deputado Romeu Sequeira desafiou-me a falar do Centro de Responsabilidade Integrado (CRI) e recordou a minha oposição a este modelo para a gestão de uma unidade de hemodiálise no Hospital de Lamego.-----*

*Senhor deputado, não mudo de opinião, porque muda o Governo. Posso mudar de opinião por muitos motivos, porque estudei melhor o assunto, porque ouço as pessoas e me convenceram de que a minha posição não era a mais rigorosa, mas relação ao Governo, como sabe já trabalhei com vários, incluindo socialistas, e tive sempre a minha opinião e vou dizer-lhe o que disse hoje sobre o assunto.-----*

*Acreditamos que o Hospital de Lamego tem condições clínicas, organizativas e territoriais para fazer mais. Se falta capacidade local, reforce-se, se falta decisão política, tome-se, incluindo a necessária para reverter as opções erráticas do passado. É neste contexto que devemos falar na Unidade de Hemodiálise, que hoje inauguramos. Esta Unidade está integrada num Centro de Responsabilidade*

*Integrada. Não partilho da narrativa que apresenta os CRI, como soluções milagrosas, nem entendo que devam ser tratados como entidades à margem do debate político, pelo contrário, são opções políticas e devem ser avaliadas como tal.-----*

*Não excluo nenhum modelo de organização de prestação de serviços de saúde público, privado ou social, desde que cumpra dois critérios essenciais: a qualidade do serviço prestado e a eficiência no uso do dinheiro público.-----*

*Estou convicto que esta unidade cumpre apenas o primeiro desses critérios e isso deve-se, exclusivamente, à competência e dedicação dos profissionais que aqui trabalham e não às virtudes do modelo adotado.-----*

*Quanto à eficiência, entendo ter sido cometido um erro político e de gestão. Num concelho onde existem duas unidades privadas de hemodiálise, com capacidade instalada, prontas a funcionar, convencionadas ou passíveis de o ser, optou-se por investir recursos públicos escassos, numa estrutura que duplica respostas já existentes, enquanto faltam respostas básicas noutras áreas essenciais, que não estão acauteladas que já tinha referido anteriormente.-----*

*A apenas 300 metros do Hospital de Lamego, existe uma Clínica de Hemodiálise pronta a funcionar, impedida de o fazer apenas por decisões administrativas.-----*

*Autorizar a sua atividade permitiria tratar doentes com qualidade, libertar recursos públicos e investir esses recursos onde eles fazem realmente falta: na urgência, na hospitalização domiciliária, na quimioterapia, nos cuidados paliativos, na reabilitação, nos cuidados continuados, nas camas de internamento social para os doentes com alta que não têm para onde ir, entre outros.-----*

*Cada euro aqui gasto é um euro que não foi investido nessas prioridades e é meu entendimento e, ninguém se esforçou ou teve argumentos para me convencer do contrário, que isto é a realidade.-----*

*Esta é uma discussão política legítima, que não posso deixar de suscitar, porque a organização dos cuidados de saúde não é um exercício técnico neutro, é uma escolha política, com impactos diretos na equidade, na eficiência e na dignidade com que tratamos os nossos cidadãos.-----*

*Os municípios não podem continuar a ser vistos, apenas, como parceiros financeiros, como empreiteiros de obras de saúde, ou como entidades chamadas a resolver problemas depois das decisões tomadas. Devem ser parceiros estratégicos na definição dos modelos de organização da saúde, porque conhecem o território, conhecem as pessoas e as consequências reais das opções, que foram adotadas. Esta foi sempre a minha opinião, o anterior Ministro da Saúde não me ouviu, tomou um erro político, o anterior Conselho de Administração do Centro Hospitalar não me ouviu e cometeu, a meu ver, um erro técnico.-----*

*Esta é a minha opinião sobre o tema e espero que algum tipo de consenso possa ser encontrado relativamente à conjugação de uma oferta abrangente de cuidados de hemodiálise que abranja o CRI da Unidade de Lamego e outras entidades privadas,*

que podem prestar o mesmo serviço, com a mesma qualidade e, eventualmente, com menor custo para os contribuintes.-----

Relativamente à questão suscitada pela senhora deputada Teresa Pina, esclareceu de uma forma muito clara e direta quais são as justificações para que, o nosso investimento no Mercado Municipal e na ESTGL, em simultâneo, façam sentido e estejam em linha com aquilo que são as necessidades essenciais, quer da ESTGL, quer de uma dinamização, que queremos fazer, no comércio tradicional e que passa também, por uma organização dos nossos empresários em torno de uma associação. Uma associação que possa defender os seus interesses e que possa ser parceiro do Município, nomeadamente num conjunto de projetos financiados por fundos comunitários, pois temos tido necessidade de recorrer a outras associações, seja à DECO – Defesa do Consumidor ou à NERVIR, que é nosso parceiro no projeto dos Bairros Comerciais Digitais.-----

Penso que, de forma simples, respondi a todas as questões que aqui foram suscitadas, sem deixar de clarificar que, efetivamente, em relação àquilo que é o projeto base da ESTGL, estamos a atacá-lo.-----

Em relação àquilo que são as necessidades e as perspetivas futuras da ESTGL, a instalação dos CTeSPs, Cursos Técnicos Superior Profissionais, como aconteceu com o Curso de Cibersegurança da Deloitte ou a Residência de Estudantes, essas são, efetivamente, as nossas prioridades. Dar respostas eficazes e simples a problemas que são imediatos e que não podem ficar dependentes de soluções delirantes que nunca verão a realidade.-----

Muito obrigado.”-----

## **2.1-ASSUNTO:** APRECIACÃO E VOTAÇÃO DA ATA DA SESSÃO ORDINÁRIA DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL, REALIZADA NO DIA 19 DE SETEMBRO 2025-----

Presente para aprovação a ata da sessão ordinária da Assembleia Municipal de 19 de setembro de 2025, cuja leitura foi dispensada, por unanimidade, em virtude do texto ter sido distribuído previamente a todos os deputados.-----

Interveio o senhor **Presidente da Assembleia Municipal** para esclarecer que esta ata será votada apenas pelos membros que estiveram na referida sessão da Assembleia Municipal e que continuam em exercício de funções.-----

Assim, pediu a quem esteve, efetivamente, na sessão da Assembleia Municipal que se realizou no dia 19 de setembro de 2025 que levante o braço, informando os restantes que será uma situação de não voto, na qual também se inclui. Feita a contagem, verificou-se que estiveram quinze membros presentes.-----

**Deliberação:** Aprovada, por unanimidade, dos presentes naquela sessão, com quinze votos a favor, dos seguintes membros da Assembleia Municipal:-----

Do grupo Municipal da Coligação “Todos Juntos por Lamego PPD/PSD.CDS-PP”, José Manuel Lourenço Correia, Carlos Manuel Almeida Loureiro, Maria Liliana Santos Monteiro Ribeiro, Germano Correia Ribeiro, Wilson Miguel Lima Teixeira, Teresa Maria

Fernandes Cardoso Fonseca, Sérgio Pedro da Rua Capela, Carlos Manuel Ferreira Rodrigues e Arcílio Jorge de Sousa Lamelas;-----

Do grupo Municipal do Partido Socialista: Nuno Romeu Cardoso Sequeira, Vítor Nuno Gomes dos Santos, Nuno Miguel Lázaro Gonçalves, Cláudia Cristina Almeida Gomes Azevedo, Manuel Varanda Pinto Rodrigues e Bernardo Manuel Taveira Xavier.-----

**2.2-ASSUNTO:** APRECIACÃO E DELIBERAÇÃO DA ATA DA SESSÃO DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL, REALIZADA NO DIA 1 DE NOVEMBRO DE 2025-----

Presente para aprovação a ata da sessão da Assembleia Municipal, realizada no dia 1 de novembro de 2025, cuja leitura foi dispensada, por unanimidade, em virtude de o texto ter sido distribuído previamente a todos os membros da Assembleia.-----

**Deliberação:** Aprovada, por unanimidade, com trinta votos a favor, dos seguintes membros da Assembleia Municipal:-----

Do Grupo Municipal da Coligação “Todos Juntos por Lamego PPD/PSD.CDS-PP”, Fernando Jorge Pereira Lobão, Presidente da Assembleia, Manuel Monteiro Afonso, Maria Liliana dos Santos Monteiro Ribeiro, José Manuel Lourenço Correia, Edgar André Almeida Fernandes, Carlos Manuel Almeida Loureiro, Teresa Maria Correia Pina Rodrigues, Germano Correia Ribeiro, Wilson Miguel Lima Teixeira, Augusto Manuel Pereira da Conceição, Teresa Maria Fernandes Cardoso Fonseca, Mário Filipe de Almeida Faustino, Paulo Henrique Almeida Loureiro, Carlos Manuel Pereira Rodrigues, Arcílio Jorge de Sousa Lamelas e Sérgio Pedro da Rua Capela.-----

Do Grupo Municipal do Partido Socialista, António Manuel Marques Luís, Sofia Alexandra Correia Pereira, Sara Daniela Pereira Rodrigues, Vasco Paulo Osório Seabra Paiva, Vítor Manuel Rodrigues Paulo, Marta Luísa da Costa Rodrigues dos Santos, Nuno Miguel Lázaro Gonçalves, Cláudia Cristina de Almeida Gomes Azevedo, Manuel Varanda Pinto Rodrigues, Bernardo Manuel Taveira Xavier e João Paulo Alves Seixas;-----

Do Grupo Municipal da Iniciativa Liberal, Gonçalo Costa Almeida.-----

Do Grupo Municipal do CHEGA, José Alexandre de Carvalho.-----

Do Presidente da Junta de Freguesia de Samodães, José Miguel Melo Pereira.-----

Havendo oito não votos, dos membros Nuno Romeu Cardoso Sequeira, Vítor Nuno Gomes dos Santos, Rosa Maria Pires Monteiro Moutinho, Maria do Sameiro Morais Rodrigues Gregório, Marco Aurélio da Fonseca Oliveira, Joaquim Cardoso Vieira, André do Carmo Teixeira e Hugo Alexandre Oliveira da Silva, uma vez que não participaram na referida sessão.-----

Ausente na sessão o membro Leandro Baiorte Pinto.-----

**2.3-ASSUNTO:** INFORMAÇÃO DOS REPRESENTANTES DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL NOS DIVERSOS ÓRGÃOS-----

Tomou a palavra o senhor **Presidente da Assembleia Municipal** para dizer o seguinte:-----

*“Antes de perguntar os representantes inscritos e na qualidade de representante da Assembleia Municipal, gostaria de começar este período.-----*

*Caras e Caros deputados municipais, gostaria de dar conhecimento a esta Assembleia da realização do V Congresso da ANAM - Associação Nacional de Assembleias Municipais, que teve lugar em Lamego, no passado 6 de dezembro de 2025, sublinhando, desde já, que se tratou de um evento de natureza institucional.-----*

*O Congresso teve como objetivos centrais a eleição de novos órgãos sociais da ANAM e a aprovação da estratégia da Associação para os próximos quatro anos.-----*

*Num contexto nacional da profunda renovação das Assembleias Municipais, resultante das últimas eleições autárquicas, a ANAM é a entidade que representa a nível nacional as Assembleias Municipais, enquanto órgãos deliberativos e fiscalizadores do poder local democrático, assumindo-se como um espaço plural, transversal a todas as forças políticas, orientado exclusivamente para a valorização institucional das Assembleias e na defesa da democracia local.-----*

*A realização deste Congresso de Lamego, constitui uma honra institucional para o Município e especial para esta Assembleia Municipal. Tendo o acolhimento do invento resultado de um trabalho conjunto entre a ANAM e o Município, no quadro normal institucional entre as entidades públicas.-----*

*Importa ainda referir, por uma questão de total transparência que todos os membros desta Assembleia Municipal foram convidados a estar presentes, ainda que alguns convites tenham sido formalizados já em cima da data, em função do calendário e da logística do próprio Congresso, pelo que, agradeço especialmente a quem teve a possibilidade de estar presente.-----*

*No que respeita à minha participação pessoal, importa esclarecer que a integração das listas candidatas aos órgãos da ANAM e a conseqüente eleição para a Mesa do Congresso, decorreram de um processo autónomo da Associação, votado pelos seus membros e não resultam de qualquer deliberação desta Assembleia Municipal nem implicam qualquer encargo, compromisso político-partidário para o Município de Lamego.-----*

*Tive igualmente oportunidade de usar da palavra no encerramento do Congresso, numa intervenção de carácter institucional em representação de todos nós, onde sublinhei o papel das Assembleias Municipais num espaço de pluralidade, equilíbrio e escrutínio democrático, num registo coerente com aquilo que deve ser o exercício responsável do poder local.-----*

*Aproveitei, ainda, para endereçar o convite a todos os presentes para regressarem a Lamego, não apenas pelo território ou pelo património, mas sobretudo, pelas suas gentes.-----*

*O Congresso, aberto pelo senhor Presidente da Câmara, contou com a presença do Secretário de Estado da Administração Local e de Ordenamento do Território, Silvério Regalado e foi encerrado pelo Ministro dos Assuntos Parlamentares, Carlos Abreu*

*Amorim, o que reforça a relevância institucional do evento e o reconhecimento do papel das Assembleias Municipais no quadro democrático nacional.*-----

*Por fim, registo que a ANAM deixou um agradecimento formal ao Município de Lamego pelo apoio prestado à realização do Congresso, um reconhecimento que é coletivo e que pertence ao concelho, às suas instituições e não a qualquer pessoa ou força política em particular.*-----

*Entendo, por isso, que este Congresso deve ser livre, como um momento de afirmação institucional da democracia local, do qual Lamego participou com dignidade, elevação e sentido de serviço público”.*-----

Tomou a palavra o senhor **Presidente da Junta de Freguesia de Lazarim** para prestar a seguinte informação:-----

*“Começo por cumprimentar o senhor Presidente da Assembleia, a quem desejo um bom mandato, a restante Mesa, o senhor Presidente da Câmara e o restante Executivo, caros Presidentes de Junta, caros membros municipais, público em geral, staff e comunicação social.*-----

*Estou no Conselho Cinegético, fui, aliás, reconduzido, e informo que se realizou recentemente uma reunião do Concelho Cinegético, presidida pelo senhor Vereador António Patrício Ribeiro Esteves.*-----

*Na referida reunião falámos de caça, porque é aqui que se fala de caça. Sei que, quando se fala de caça, tirando o PAN, a maioria entende que é um problema exclusivo dos caçadores, mas não.*-----

*Não é um problema só dos caçadores, é também é um problema vosso. Porque ao tratarmos de caça, tratamos do ambiente e dos próprios sistemas da natureza, portanto, estamos a tratar de natureza, é um problema que nos diz respeito a todos.*----

*Neste ponto queria aconselhar ao senhor Vereador António Patrício Ribeiro Esteves que na próxima reunião do Conselho Cinegético não permita tantos pedidos de subsídios. Julgo que o Conselho Cinegético não serve para isso, serve para debatermos os problemas da caça. Não sei se vai o Conselho vai emitir algum parecer nesse sentido, mas penso que sim.*-----

*Eu próprio apresentei algumas ideias que deviam ser debatidas e não foram, por isso agradeço que nos próximos Conselhos se possam focar mais naquilo que é essencial.*

*É claro que estou no cargo porque sou caçador, também sou daqueles que acerto na corda e não no javali, mas isso não é um problema!*-----

*O essencial é que tenhamos consciência que todos temos obrigação de tratar destes problemas, cada um na sua freguesia.*-----

*Passando para outro tema, também participei, no fim-de-semana passado, como representante dos Presidentes de Junta, no XXVII Congresso da Associação Nacional de Municípios Portugueses (ANMP), onde o nosso Presidente da Câmara foi eleito para o Conselho Diretivo, se não estou em erro, a quem dou os meus parabéns.*-----

*Além disso, apresentou um dos temas do Congresso, Sustentabilidade e Coesão, bem defendido, bem argumentado.*-----

*Não foram dois dias de passeio, foram dois dias de trabalho, ouvi todos os oradores, ouvi-os todos muito bem, participei em todas as eleições na companhia do senhor Presidente da Câmara e do senhor Vice-Presidente, Dr. Hugo Maravilha.*-----

*Vim satisfeito com o que ouvi, a luta dos municípios em questões essenciais, que, se forem a bom porto, as freguesias acabarão também por ser beneficiadas, não tenho a mínima dúvida.*-----

*Por isso, senhor Presidente da Câmara, espero que, neste mandato, consigam alcançar as vossas reivindicações que são mais do que justas.*-----

*O senhor Primeiro-Ministro, também esteve presente e demonstrou, pelo menos, a intenção de dialogar com os municípios.*-----

*Realmente há vontade, de ambas as partes, numa aproximação como tal, pode ser que as reivindicações dos municípios sejam ouvidas.*-----

*Porque se falou muito de proximidade, os Presidentes de Junta também são os mais próximos das pessoas, por isso, aqueles tema também tem muito a ver connosco, Presidentes de Juntas.*-----

*Não sabia que os Presidentes de Junta podiam fazer intervenções no Congresso, pois provavelmente também teria feito uma intervenção, nomeadamente, no que respeita ao financiamento local e muito teria a dizer.*-----

*Era isto que tinha para vos dizer sobre o que fazemos enquanto representantes da Assembleia nos diversos órgãos, é para isso que estamos lá. Há quem não goste, por isso não apresenta listas, mas são problemas vossos. Estamos lá com muito gosto.*----

*Aproveito para desejar um Bom Natal a todos.*-----

*Para terminar, não tenham ciúmes da iluminação de Viana do Castelo, já que a de Lamego é muito mais bonita.”*-----

### **3. PERÍODO DA ORDEM DO DIA - 2.ª PARTE**-----

**3.1-ASSUNTO:** APRECIAÇÃO DA INFORMAÇÃO ESCRITA DO SENHOR PRESIDENTE DA CÂMARA, NOS TERMOS DA ALÍNEA C) DO N.º 2, DO ARTIGO 25.º DA LEI N.º 75/2013 E ARTIGOS 3.º, N.º 1, ALÍNEA C) E 17.º DO REGIMENTO---

Tomou a palavra o senhor **Presidente da Câmara** para apresentar a seguinte informação acerca da atividade da Câmara e da situação financeira do Município:-----

*“Tinha uma nota para fazer uma referência à visita da senhora Ministra da Saúde à nossa Unidade Hospitalar, que ocorreu hoje, o que já o fiz no Período Antes da Ordem do Dia, em todo o caso é um assunto que continua atual, se assim entenderem a ele referir-se.*-----

*Quero também fazer referência a uma reunião importantíssima, que decorreu na passada semana, a primeira reunião da Comissão de Acompanhamento da Revisão do PDM – Plano Diretor Municipal de Lamego.*-----

*Como é sabido, temos o processo de revisão do PDM a decorrer há praticamente dois mandatos, não tendo sido possível, como não é possível a nenhum Município do país rever o PDM de uma forma célere e consistente. Célere, conseguindo obter rapidamente os pareceres das entidades envolvidas, e são mais de duas dezenas e, consistente, integrando no PDM aquilo que são as linhas de orientação política do Município e não as imposições das instituições da Administração Central, mormente da CCDR, da Agência Portuguesa do Ambiente, da Reserva Agrícola Nacional e, pontualmente, das instituições ligadas à cultura, naquilo que tem a ver com recursos arqueológicos e monumentos.*-----

*Temos, neste momento, a proposta de alteração ao PDM submetida. Temos, de facto, pareceres negativos ou pareceres positivos condicionados de algumas entidades.*-----

*No entanto, no início do mês de janeiro, iremos desenvolver reuniões bilaterais com cada uma dessas entidades, no sentido de tentar ultrapassar as reservas levantadas e termos uma proposta de PDM para aprovar.*-----

*Discutiremos publicamente e discutiremos nesta Assembleia Municipal a aprovação desse documento, e espero que no fim do dia este documento possa refletir aquilo que são as necessidades do concelho de Lamego, os anseios da nossa população, das pessoas e empresas que querem investir, nomeadamente que querem construir, criar emprego e riqueza no nosso território.*-----

*Preocupam-nos alguns aspetos, em termos do desenvolvimento urbano, em termos da instalação de unidades industriais ou empresariais no concelho, pois precisamos de uma nova zona industrial e esse é um dos aspetos que está condicionado pelo atual PDM.*-----

*Precisamos também de continuar a desenvolver as nossas atividades turísticas e, curiosamente, temos um parecer negativo do Instituto do Turismo, não porque as nossas propostas, em termos estratégicos para essa atividade, sejam erradas, mas porque entendem que o Plano de Ordenamento de Albufeira não está a ser devidamente enquadrado, ou seja, o Instituto do Turismo está a acomodar o seu parecer naquilo que são competências da Agência Portuguesa do Ambiente, o que, do nosso ponto de vista, é uma situação um bocadinho excessiva.*-----

*No entanto, estamos confiantes de que iremos encontrar uma solução de consenso.*---

*Em relação ao desenvolvimento turístico, temos uma outra, que está, aliás, a colocar-se em todos os PDM's em revisão no país, que é a imposição da Reserva Agrícola Nacional, de condicionar e classificar como Reserva Agrícola todos os terrenos que têm, por exemplo, vinha ou pomar, ou no caso do Município se opor, que é o que vai acontecer com o Município de Lamego, serão classificados todos aqueles que tiveram investimento apoiado por fundos comunitários.*-----

*Não nos interessa quais foram os critérios desse investimento, interessa-nos é saber se os terrenos em causa são, ou não, estratégicos para a sustentabilidade alimentar do país.*-----

*Toda a gente percebe que, uma vinha em socacos, escavada no xisto, só pode ter vinha ou outra cultura mediterrânica, como por exemplo um olival. Nunca será um terreno propício para uma cultura agrícola ou hortícola e, portanto, há um excesso nítido por parte das entidades, de imporem condicionantes aos municípios, que não favorecem o PDM, antes o prejudicam.*-----

*Alguns têm-me dito que esta terceira geração do PDM é muito pior que as anteriores, e que, portanto, o esforço que estamos a fazer em aprovar uma revisão vai voltar-se contra nós.*-----

*Quero acreditar que não será assim, mas teremos oportunidade, nesta Assembleia, de discutir esse importante documento, e espero que tal aconteça até ao final do primeiro semestre de 2026.*-----

*Candidatei-me a Presidente do Conselho Regional do Norte e fui eleito. Este Conselho é, digamos assim, a Assembleia Municipal ou intermunicipal, englobando todos os municípios da região Norte e um conjunto de cerca de duas dezenas de entidades que refletem o tecido económico e social da região, relativamente à CCDR.*-----

*Pronuncia-se sobre os planos de atividade e orçamentos da CCDR, sobre os planos de ordenamento do território a nível regional, sobre a gestão de fundos comunitários, sobre a descentralização, desconcentração ou outras matérias de interesse regional que caiba ali discutir.*-----

*Procurarei desenvolver essas funções em defesa dos interesses da região e também, obviamente, de cada um dos seus municípios.*-----

*Fui reeleito para Presidente da Assembleia Intermunicipal da Associação de Municípios Portugueses do Vinho (AMPV).*-----

*A celebração do Alto Douro Património da Humanidade, também aqui já foi referida. Acolhemos as celebrações do 20º aniversário, há quatro anos, e acolhemos agora as celebrações do 24.º aniversário.*-----

*Deixo um agradecimento a todos os municípios presentes e muito especialmente a todas as escolas que trouxeram apresentações alusivas à nossa região e que apresentaram um belíssimo espetáculo, no Teatro Ribeiro Conceição.*-----

*Quero também fazer uma referência à realização do V Congresso da ANAM, a Associação Nacional das Assembleias Municipais. É uma associação relativamente recente, que está a fazer o seu caminho. É uma associação que nunca poderá substituir, nos seus objetivos, a Associação Nacional de Municípios Portugueses, porque são associações com carácter diferente.*-----

*A Associação Nacional dos Municípios Portugueses inclui todos os municípios que são instituições, a Associação Nacional das Assembleias Municipais representa o conjunto dos Presidentes, ou antigos Presidentes, de um órgão importante dos municípios, que são as Assembleias Municipais, mas é a representação do órgão, não das instituições. Está a decorrer, como sabem, o processo de reorganização da feira semanal. Relativamente ao PRR, quero salientar que o Município de Lamego é, na região do*

*Douro, a terceira entidade maior beneficiada, a seguir à Universidade de Trás-os-Montes e ao Município de Vila Real e ao nível da região Norte, nos oitenta e seis municípios, estamos em 12.º lugar.*-----

*Uma referência, porque é justa, a um conjunto de empresas do Município que foram distinguidas com o prémio de PME Excelência 2024. Não temos muitas, mas temos boas empresas no concelho e é objetivo do Município continuar a acarinhar o tecido empresarial.*-----

*Também já foi referida a decoração de Natal e toda a animação que está a decorrer neste período.*-----

*Saliento o aniversário de duas escolas muito importantes do nosso concelho, a Escola de Hotelaria e Turismo do Douro e a Escola Superior de Tecnologia e Gestão de Lamego, que assinalam em 2025, vinte e cinco anos de existência.*-----

*Têm decorrido reuniões regulares da Associação Nacional de Municípios Portugueses e de outras entidades onde estamos presentes.*-----

*Assinalo a realização de uma obra, que é pequena, mas que é muito relevante, do ponto de visto do serviço à comunidade. Trata-se da requalificação do Pavilhão Álvaro Magalhães, que é um pavilhão super ocupado, super requisitado, quer em contexto escolar, durante o dia, quer pelos clubes e coletividades do concelho, como tal os seus vinte anos de atividade já traziam um conjunto de deficiências que tinham que ser corrigidas.*-----

*Foram concluídas as obras com um investimento financiado por fundos comunitários na ordem dos quatrocentos mil euros.*-----

*Refiro, ainda, alguns investimentos menores, mas muito importantes: a requalificação de um dos campos de ténis do Complexo Desportivo de Lamego, promovido pelo Clube de Ténis de Lamego e a recolha de biorresíduos. Temos, a nível dos resíduos, metas ambientalmente muito e exigentes e a recolha seletiva de biorresíduos contribui decisivamente para essa meta e impede que os Municípios sejam penalizados com a taxa de gestão de resíduos, que é uma espécie de imposto injusto, que o Governo nos tem imputado, e que pesa cada vez mais no nosso orçamento.*-----

*Algumas referências ao bem-estar animal, com o conjunto de iniciativas que temos permanentemente em curso e também na área da educação, diversas iniciativas têm decorrido, nomeadamente a distribuição de livros de fichas e material escolar pela comunidade educativa do concelho, que decorreu no início do ano letivo.*-----

*Este é um resumo da informação escrita, fico à disposição dos membros da Assembleia Municipal para qualquer informação complementar que queiram solicitar.”*

### **3.2.-ASSUNTO:** APRECIACÃO E VOTAÇÃO DA PROPOSTA DO MAPA DE PESSOAL PARA O ANO DE 2026-----

Presente à sessão da Assembleia Municipal a proposta de deliberação da Câmara Municipal, com o seguinte teor: “De acordo com o previsto no artigo 28º da Lei Geral de Trabalho em Funções Públicas, aprovada em anexo à Lei n.º 35/2014, de 20 de

junho, na sua redação atual, “O empregador público deve planejar para cada exercício orçamental as atividades de natureza permanente ou temporária, tendo em consideração a missão, as atribuições, a estratégia, os objetivos fixados, as competências das unidades orgânicas e os recursos financeiros disponíveis”.-----

No âmbito deste planeamento, os órgãos e serviços prevêem anualmente o respetivo mapa de pessoal, tendo em conta as atividades, de natureza permanente ou temporária, a desenvolver durante a sua execução, conforme estipulado no artigo 29º do referido diploma.-----

O Mapa de Pessoal constitui, assim, um instrumento de gestão fundamental de planeamento e gestão estratégica de recursos humanos, de elaboração anual, que contém a indicação do número de postos de trabalho de que o órgão ou serviço carece para o desenvolvimento das suas atividades (permanentes ou temporárias), caracterizados em função:-----

a) Da atribuição, competência ou atividade que o seu ocupante se destina a cumprir ou a executar;-----

b) Do cargo ou da carreira e categoria que lhes correspondam;-----

c) Dentro de cada carreira e, ou, categoria, quando imprescindível, da área de formação académica ou profissional de que o seu ocupante deva ser titular.-----

Desta forma, o Mapa de Pessoal do Município de Lamego encontra-se estruturado por unidades orgânicas, contemplando, em cada uma destas unidades, os recursos humanos existentes, nas diversas modalidades de relação jurídica de emprego público, nomeadamente, os contratos de trabalho em funções públicas por tempo indeterminado e as comissões de serviço, bem como os postos de trabalho, que se prevêem necessários, para o desenvolvimento das respetivas atividades, numa perspetiva de aumentar a capacidade de resposta aos crescentes desafios e exigências que são colocadas à autarquia e manter o funcionamento eficaz dos serviços.-----

No Mapa de Pessoal de 2025, a Câmara Municipal tinha 15 trabalhadores em Comissão de Serviço, 423 trabalhadores com contrato por tempo indeterminado e 30 trabalhadores com contrato a termo resolutivo certo/incerto, num total de 468 trabalhadores.-----

A presente proposta de Mapa de Pessoal reflete a política de gestão de recursos humanos definida pelo Município de Lamego e pressupõe a avaliação dos impactos das saídas registadas nos últimos anos, bem como o estudo feito às futuras saídas, (v.g. mobilidades, aposentações, óbitos, cessações da relação jurídica de emprego público, etc.) e, conseqüentemente, a continuidade e a assunção de novas competências assumidas pela Câmara Municipal, bem como a necessidade de supressão gradual de carências de recursos humanos.-----

Após um diagnóstico das necessidades verificadas nos diferentes serviços e unidades orgânicas e tendo como fundamento razões de economia, eficácia e eficiência dos

serviços, verifica-se que as áreas com maior carência de recursos humanos circunscrevem-se a áreas como a cultura, o turismo, a educação, as obras, havendo outras mais residuais, pelo que para fazer face a estas necessidades prevê-se, de igual forma, criar novas vagas.-----

Assim, o somatório de novos postos de trabalho previstos para o próximo ano é de 140 e estão distribuídos da seguinte forma:-----

UNIDADE ORGÂNICA	CARGO/CARREIRAS/CATEGORIA										TOTAL
	Dirigente 2.º Grau	Dirigente 3.º Grau	Técnico Superior	Especialista de STI	Técnico de STI	Fiscal	Coordenador Técnico	Assistente Técnico	Encarregado Operacional	Assistente Operacional	
Gabinete de Comunicação e Imagem			1								1
Serviço Municipal de Proteção Civil			1					1			2
Gabinete de Fiscalização						2					2
Gabinete de Desenvolvimento Económico e Turismo			3								3
Unidade de Auditoria Interna, Qualidade e Proteção de Dados		1	1								2
Divisão Administrativa e de Coordenação			2	1	1			3		2	9
Divisão de Finanças e Património			1					1			2
Divisão da Juventude, Educação e Desporto							1	4		69	74
Unidade de Ação Social			2					1			3
Divisão da Cultura e Património			5					12			17
Divisão de Estratégia e Fundos Estruturais			2								2
Divisão de Sustentabilidade e Serviços Urbanos							1	2	1	17	21
Divisão de Investimentos Municipais			1					1			2
<b>TOTAIS</b>	<b>0</b>	<b>1</b>	<b>19</b>	<b>1</b>	<b>1</b>	<b>2</b>	<b>2</b>	<b>25</b>	<b>1</b>	<b>88</b>	<b>140</b>

- Postos de trabalho em Comissão de Serviço: 1 posto;-----

- Postos de trabalho em regime de Contrato de Trabalho em Funções Públicas por Tempo Indeterminado: 128 postos de trabalho;-----

- Postos de trabalho em regime de Contrato de Trabalho em Funções Públicas por Tempo Determinado: 11 postos de trabalho.-----

A adoção do preenchimento dos postos de trabalho por via do recurso, maioritariamente, ao vínculo jurídico de contrato de trabalho em funções públicas por tempo indeterminado, permite atribuir, desse modo, prioridade aos vínculos de natureza permanente, com evidente redução dos vínculos laborais de natureza precária, conforme vem acontecendo nos últimos anos.-----

Sublinha-se, ainda, que o presente Mapa de Pessoal, foi elaborado tendo em conta a adequação da estrutura orgânica do Município de Lamego, às regras e critérios estabelecidos na Lei n.º 49/2012, de 22 de agosto, contemplando um total de 482 postos de trabalho ocupados e 140 postos de trabalho por ocupar.-----

Considerando que, nos termos do disposto na alínea o), do n.º 1, do artigo 25º, conjugada com a alínea c), do n.º 1, do artigo 33º, ambos da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, e da alínea a), do n.º 2, do artigo 3.º, do Decreto-Lei n.º 209/2009, de 3 de setembro, compete à Assembleia Municipal, sob proposta da Câmara Municipal,

aprovar o Mapa de Pessoal do Município, submeto, para deliberação, o Mapa de Pessoal para 2026.”-----

Tomou a palavra o senhor **Presidente da Câmara** para apresentar este ponto:-----

“O principal aspeto que saliento neste Mapa de Pessoal, é uma situação recorrente, que é sempre difícil de clarificar e que se prende com a criação de vagas a prover no próximo ano económico.-----

Olhando para o Mapa de Pessoal, resulta que o Município se propõe, no próximo ano, a admitir cento e quarenta pessoas.-----

Isto necessita, efetivamente, de uma clarificação, posto que, não se trata de criação líquida de emprego, de mais cento e quarenta lugares, mas apenas de encontrar um equilíbrio entre a consolidação de situações precárias, de situações de mobilidade, de situações de contrato a termo certo, de avenças, de situações de precaridade, que já se verificam e estão a decorrer em diversos serviços, e a criação de novas vagas, sendo que, a parte mais expressiva, quarenta e cinco vagas, diz respeito às nossas escolas, onde o conjunto de colaboradores que temos ao serviço, especialmente os que foram transferidos do Ministério da Educação, têm já uma idade avançada e irão reformar-se nos próximos anos, 2026 e 2027.-----

Nesse sentido, o Mapa de Pessoal contém um conjunto de propostas, sendo que exemplificava algumas das situações que estou a referir, por exemplo, estamos a propor a abertura de sete vagas para assistentes operacionais para as cozinhas escolares e não vamos contratar sete novas pessoas, vamos abrir vagas para consolidar contratos a termo certo, que estão neste momento a prestar serviço nas cozinhas.-----

O mesmo acontece, por exemplo, na área da Cultura ou na área do Turismo. Serão abertos concursos para consolidar vagas no Posto de Turismo e nos equipamentos culturais, nomeadamente no Castelo, na Cisterna e no CIMI – Centro Interpretativo da Máscara Ibérica. Portanto, tal não se traduz em criação de novas vagas, mas em consolidação de situações precárias, que temos em curso há algum tempo.-----

Há, no entanto, algumas situações novas, que correspondem, efetivamente, a novas vagas.-----

Há um contrato de dez vagas para uma bolsa de recrutamento para as escolas, que serve para a substituição de funcionários em situação de baixa médica prolongada.----

Ou seja, há uma bolsa de dez pessoas, que estão selecionadas, para que, quando um funcionário da escola falte por trinta dias, por exemplo, é substituído. Se faltar durante seis meses, essa pessoa tem um contrato a termo resolutivo incerto, ou seja, só termina quando a pessoa que está a ser substituída voltar, ou no caso de se reformar, haverá a abertura de uma vaga a tempo indeterminado.-----

Também essas dez vagas estão contabilizadas nestas cento e quarenta que são abertas.-----

*Em resumo, as situações novas que são propostas são muito poucas, um terço destas vagas são numa área que é fundamental para o desenvolvimento do concelho, que é a Educação.*-----

*E, nesse sentido, ficando ao dispor para outros esclarecimentos de maior pormenor, proponho à Assembleia que o Mapa de Pessoal seja aprovado.*”-----

Interveio o membro **Teresa Maria Correia Pina Rodrigues** para proferir o seguinte:---

*“Renovo os meus cumprimentos.*-----

*Uso a palavra para manifestar uma apreciação favorável à proposta de Mapa de Pessoal do Município para o ano que se avizinha, por entender que a mesma reflete de forma responsável e consistente a política de gestão de recursos humanos, que o Município de Lamego tem vindo a desenvolver.*-----

*O documento que hoje analisamos, resulta de uma avaliação diagnóstica, que consideramos rigorosa, tendo em consideração as saídas que ocorreram nos últimos anos, quer pela situação de óbito, baixa médica, aposentação e por cessão jurídica de emprego, bem como da previsão das possíveis saídas, assegurando a continuidade e regular funcionamento dos serviços municipais.*-----

*Importa salientar que esta proposta tem em linha de conta, a assunção de novas competências por parte da autarquia, e refiro-me, nomeadamente, ao caso do processo de descentralização, que procura responder, de forma concreta, às carências de recursos humanos identificadas, como é o caso das situações de ATL que temos.*-----

*Da análise efetuada, constata-se que as efetuadas, com maiores necessidade de reforço, o Turismo, a educação e as obras, existindo ainda outras áreas com necessidades mais residuais, mas que justificam, igualmente, a criação de vagas.*-----

*Esta identificação mostra conhecimento da realidade dos serviços e da sua adequação às respostas.*-----

*É também de sublinhar a aposta clara e coerente do Município em áreas estratégicas, como é o caso da educação, da sustentabilidade e da cultura, bem patentes na orgânica e no número de postos de trabalho previstos, nomeadamente na Divisão da Juventude, Educação e Desporto, com setenta e quatro vagas por ocupar; na Divisão de Sustentabilidade e Serviços Urbanos, com vinte postos de trabalho por ocupar; e na Divisão de Cultura e Património com dezassete vagas previstas.*-----

*De salientar também a prioridade que se está a dar ao vínculo de natureza permanente. Das cento e quarenta vagas, cento e vinte e oito serão por tempo indeterminado e onze para um período determinado.*-----

*Estamos, assim, perante um Mapa de Pessoal que consideramos equilibrado, realista e articulado com as Grandes Opções do Plano, que traduzem uma clara opção política de investimento nas pessoas e na qualidade dos serviços prestados à população.*-----

*Por estas razões, consideramos que esta proposta em apreciação, reúne as condições necessárias para merecer uma avaliação favorável por parte desta Assembleia Municipal”.*-----

Tomou a palavra o membro **Nuno Romeu Cardoso Sequeira** para fazer a seguinte intervenção:-----

*“O Mapa de Pessoal é um instrumento central, no que diz respeito à gestão pública local. É através dele que o Município de Lamego planeia os seus recursos humanos, organiza os seus serviços e também procura garantir a capacidade de resposta às necessidades dos cidadãos.*-----

*Deste modo, a sua aprovação não pode ser encarada como mero exercício administrativo, mas sim como uma decisão estrutural, com impacto direto na organização interna, nas finanças municipais e também na qualidade dos serviços públicos.*-----

*A proposta hoje aqui apresentada cumpre, do ponto de vista formal, os requisitos legais, identifica os diplomas aplicáveis e apresenta seguidamente enquadrada do ponto de vista jurídico.*-----

*Contudo, cumprir a forma não é o mesmo que cumprir a substância. E é, precisamente, neste plano que residem as principais reservas do Partido Socialista.*----

*O documento propõe a criação de cento e quarenta novos postos de trabalho, o que corresponde a um aumento de cerca de 30% do total de funcionários do Município. Um acréscimo desta dimensão, não pode ser tratado como uma simples atualização técnica, exige planeamento, diagnóstico organizacional e também fundamentação clara.*-----

*No entanto, a proposta limita-se a apresentar números globais, sem explicar onde serão criados os postos de trabalho, quais as funções a desempenhar, que serviços apresentam carências concretas, ou de que forma que cada novo posto de trabalho possa contribuir, efetivamente, para melhorar a capacidade de resposta do Município.*

*Acresce que não é apresentada qualquer informação relativa ao impacto financeiro da criação destes novos postos de trabalho.*-----

*Não existe uma nota que quantifique os custos salariais, os encargos sociais e as restantes despesas associadas aos novos funcionários, nem é demonstrada a compatibilidade desta opção com o Orçamento Municipal para 2026, que discutiremos mais à frente.*-----

*Ou seja, o Mapa de Pessoal deve elaborado com base na realidade financeira do Município, essa informação é essencial para uma decisão responsável e informada.*----

*Da mesma forma, cada posto de trabalho deveria ser individualmente justificado, com a indicação clara da sua necessidade operacional, das funções a desempenhar e do contributo concreto para o funcionamento dos serviços municipais.*-----

*Um instrumento de planeamento sério, não pode limitar-se a listar apenas vagas, deve explicar porque é que cada contratação é necessária e que problemas específicos irá, de facto, resolver.*-----

*Acresce, ainda, que a proposta não faz qualquer referência à audição dos dirigentes dos serviços nem à consulta das estruturas sindicais, momentos que seriam necessários para assegurar um processo mais participado, transparente e também tecnicamente sustentado.*-----

*A ausência desta auscultação, fragiliza o método seguido e empobrece a própria decisão, num processo que, pela sua relevância, deveria contar com a participação dos responsáveis do serviços e com o contributo, como disse há pouco, das estruturas representativas dos trabalhadores.*-----

*Importa também sublinhar que o Partido Socialista não se opõe ao reforço dos serviços municipais, pelo contrário, defendemos uma Câmara com meios adequados, com técnicos qualificados e com estabilidade laboral. O que não podemos aceitar é que um reforço desta dimensão seja apresentado sem critérios objetivos, sem justificação individual dos postos de trabalho e sem informação financeira clara e rigorosa.*-----

*Por isso, entendemos que esta proposta deveria ter sido apresentada de forma diferente, incorporando uma informação detalhada sobre o impacto financeiro dos novos trabalhadores, devidamente compatibilizada com o Orçamento Municipal, bem como também com uma fundamentação concreta para cada novo posto de trabalho previsto neste Mapa de Pessoal, que nos é apresentado.*-----

*Em suma, o que está em causa não bloquear a ação do Município, mas exigir rigor, transparência e responsabilidade.*-----

*O Mapa de Pessoal deve ser um verdadeiro instrumento de planeamento estratégico e não apenas uma autorização genérica para contratações sem critério e sem enquadramento financeiro.*-----

*Em nome da boa administração, da transparência e da boa governação, o Partido Socialista assume esta posição*”-----

Tomou a palavra o membro **José Alexandre de Carvalho** para dizer o seguinte:-----

*“Como não senhor Presidente da Câmara, boas notícias!*-----

*Quanto mais e bons, melhor para o concelho. Tudo o que seja para diminuir a taxa de desemprego é bem-vindo, mas atenção, para o Partido CHEGA, nem pensar em por em causa a viabilidade orçamental.*-----

*Apenas algumas considerações: isenção nos concursos, não basta parecê-lo, é necessário sê-lo. Temos que transmitir aos candidatos que a sua formação e competência será devidamente valorizada. Os candidatos devem sentir que os lugares serão para os mais habilitados e não para o amiguismo, para o clientelismo ou para os boys do partido. Haja nos concursos seriedade, rigor e isenção. Os candidatos deverão reconhecer que o Executivo premeia o talento.*-----

Que a famosa entrevista, que faz parte destes processos, tenha apenas um valor residual, e que, definitivamente, não sirva para justificar uma injustificável falta de capacidade para a vaga a concurso.-----

Senhor Presidente, rodeie-se dos melhores, bem precisa!-----

No nosso entender há exemplos de má acessória. O PRR das escolas foi aprovado, mas fora de tempo viável para a sua execução.-----

Os empréstimos bancários foram desadequados, vamos daqui a pouco avaliar mais um.-----

Já a curto prazo se adivinha uma exigência enorme para o seu Executivo.-----

Senhor Presidente da Câmara, vêm aí cerca de mil e quinhentos mil milhões da nova bazuca europeia, são mil e quinhentos mil milhões, exclusivamente para habitação. Preparem-se, então, os dossiês atempadamente. O concelho precisa de tirar o máximo partido desta nova oportunidade. A revisão do PDM – Plano Diretor Municipal já devia, por isso, estar concluída.-----

Por último, a motivação dos colaboradores é um dos segredos do sucesso do trabalho em equipa. Os ordenados da função pública não são os melhores, normalmente, com a inflação anual, que não se reflete na subida anual dos mesmos.-----

Definitivamente não ao entrave da progressão nas carreiras da função pública. Sempre que possível, este Executivo deve facilitar tal progressão aos colaboradores do Município”.-----

Tomou a palavra o membro **José Manuel Lourenço Correia** para proferir o seguinte:

“Esta questão do Mapa de Pessoal requer, todos os anos, análises diferentes e posições diferentes. Se falássemos primeiro do Regulamento de Organização dos Serviços Municipais (ROSM), perceberíamos melhor o Mapa de Pessoal.-----

O senhor deputado Romeu Sequeira começou essa confusão e trocou o cerne da questão da gestão, diz ele, que o Mapa de Pessoal é central, aí estamos de acordo, e que é através dele que se organizam os serviços. Não, é precisamente ao contrário, como você afirmou é à maneira socialista. Primeiro coloca o recurso e depois dá-lhe o que fazer. Não, é exatamente ao contrário.-----

Primeiro, definimos as funções, desenhamos o modelo da casa, e depois aferimos quantas pessoas precisamos para construir a casa. Não é ao contrário. Estamos claros e acho que sobre isto estamos os dois de acordo. Provavelmente foi só um vício de forma, de tradição e de hábito.-----

Se definirmos o Regulamento de Organização dos Serviços Municipais, como está definido, a seguir sabemos quais são os recursos necessários. E foi isso que aconteceu.-----

O Partido Socialista não percebeu que já não estamos há dois mandatos atrás, onde não havia nada para fazer. Não se faziam obras, não se fazia nada. Não, hoje faz-se, hoje trabalha-se, hoje há obras, hoje há coisas para fazer.-----

*Portanto, são precisas mais pessoas para fazer essas coisas. E ainda bem que é preciso. Como disse o deputado José Alexandre de Carvalho, ainda bem que são necessárias mais pessoas para trabalhar e já agora que sejam as melhores que Lamego tem, porque precisamos de bons funcionários, de bons colaboradores no Município, não temos dúvidas sobre isso.*-----

*O primeiro ponto é que o Mapa de Pessoal é para ser entendido assim e não ao contrário, não podemos perverter a ordem dos fatores.*-----

*Já a deputada Teresa Pina Rodrigues referiu, o foco deste Mapa de Pessoal está em satisfazer as necessidades das pessoas. E as pessoas são estas, são as pessoas que estão na cultura, que estão na ação social, que estão na educação e que estão no turismo e os lamecenses que precisam de utilizar estes serviços.*-----

*Por isso, precisamos de pessoas, porque felizmente a Câmara Municipal cada vez presta mais serviços à população.*-----

*Vá lá, esqueceram-se do empreguismo e do amiguismo, parabéns! Desta vez, não recorreram a esse argumento, porque realmente o Mapa de Pessoal nem serve para isso, serve para definir um quadro, não tem que ser todo preenchido e estabelece também um conjunto de regras. As pessoas entram por concurso e os concursos têm regras e critérios. Julgo que o Partido Socialista também abriu concursos quando esteve no Executivo.*-----

*Portanto, esta situação implica mais técnicos, mais operacionais, implica mais capacidade humana e o Partido Socialista tem que perceber que a Câmara tem mais necessidades.*-----

*Quanto ao controlo financeiro, está claro e vamos ver no Orçamento que está, perfeitamente integrado e temos um bom Plano e Orçamento.*-----

*O valor estimado de onze milhões, salvo erro, é um valor que está perfeitamente integrado no orçamento e, de certeza, que esta questão foi tomada em conta.*-----

*Uma Câmara que quer transformar o concelho, não pode funcionar com uma estrutura mínima de uma Câmara que apenas gere o dia-a-dia e devemos estar todos muito contentes, devemos congratularmo-nos com esta postura, de quereremos profissionais que dêem a resposta necessária.*-----

*Os trabalhadores são imprescindíveis para dar resposta a funções nas escolas, nas freguesias, na ação social, na cultura. Há algum serviço que o PS queira retirar para poupar funcionários ou colaboradores da Câmara? Provavelmente não.*-----

*Portanto, sejamos politicamente honestos e reconheçamos que estamos numa fase de crescimento.*-----

*Como veremos, este Executivo apresentará o maior Orçamento que Lamego alguma vez teve e isso tem consequências, consequências boas, uma delas é esta, precisamos de mais pessoas para trabalhar, quando forem precisas e no lugar em que fazem falta, não é ao contrário.”*-----

Tomou a palavra o senhor **Presidente da Câmara** para proferir, ainda, o seguinte:-----

“Quería referir-me às intervenções da senhora deputada Teresa Pina Rodrigues e do senhor deputado José Manuel Correia e dizer que fizeram, de facto, a apreciação que se justifica deste documento.-----

Já em relação à intervenção do deputado Romeu Sequeira, tenho, obviamente, que a contestar, pois dá impressão que nem leu o documento e que nem ouviu a minha explicação.-----

Não estamos a falar de mais 30% de vagas, pois nestas estão as vagas que já faziam parte do Mapa de Pessoal anterior e que não foram colocadas em concurso e as vagas correspondentes a situações de precaridade, nomeadamente o contrato a termo certo, avenças, contratos de emprego-inserção e mobilidades, que estão previstas para serem providas em concurso.-----

Sendo certo que, eventualmente, como aconteceu no ano passado, pelo facto dos concursos se arrastarem no tempo, porque têm três provas, não é apenas a entrevista, é também a prova de conhecimentos ou a avaliação curricular, é a avaliação psicológica e é a entrevista.-----

De referir também, que nenhum membro do Executivo Municipal integra os júris dos concursos. Os júris são compostos por um representante da Divisão ou serviço que está a recrutar, um representante dos Recursos Humanos e um terceiro elemento do Município ou eventualmente de uma entidade externa, para garantir, de facto, que o recrutamento cumpre todas as regras legais e se rege por critérios de total isenção e imparcialidade.-----

Relativamente às vagas propostas, não me parece que o senhor deputado Romeu Sequeira perceba como é que isto se faz, pois se soubesse, não faria essa observação.-----

Para haver cento e quarenta vagas, significa que os serviços pediram a contratação de duzentos ou mais pessoas. Obviamente que foram filtrados, atendendo à necessidade e justificação apresentada.-----

Relativamente à auscultação dos sindicatos, não me parece que os sindicatos se fossem opor à consolidação de vagas precárias, seja de contratos a termo, de avenças, de mobilidades ou de preenchimento de vagas de pessoas que foram para a reforma.-----

Portanto, nesse sentido, reitero que este Mapa de Pessoal está de acordo com as necessidades do Município, com a legislação em vigor e está previsto, em termos de despesa no orçamento que apresentaremos também à apreciação da Assembleia, nesta sessão.-----

Pelo exposto, solicito que o mesmo seja aprovado”.-----

O senhor **Presidente da Assembleia** colocou o ponto a votação, informando que estavam trinta e seis membros presentes no salão.-----

**Deliberação:** Aprovada, por maioria, com vinte e oito votos a favor dos seguintes membros da Assembleia Municipal:-----

Do Grupo Municipal da Coligação “Todos Juntos por Lamego PPD/PSD.CDS-PP”, Fernando Jorge Pereira Lobão, Presidente da Assembleia, Manuel Monteiro Afonso, Maria Liliana dos Santos Monteiro Ribeiro, José Manuel Lourenço Correia, Edgar André Almeida Fernandes, Maria do Sameiro Morais Rodrigues Gregório, Carlos Manuel Almeida Loureiro, Marco Aurélio da Fonseca Oliveira, Teresa Maria Correia Pina Rodrigues, Joaquim Cardoso Vieira, Germano Correia Ribeiro, Wilson Miguel Lima Teixeira, Augusto Manuel Pereira da Conceição, Teresa Maria Fernandes Cardoso Fonseca, Mário Filipe de Almeida Faustino, Paulo Henrique Almeida Loureiro, André do Carmo Teixeira, Carlos Manuel Pereira Rodrigues, Arcílio Jorge de Sousa Lamelas;-----

Do Grupo Municipal do Partido Socialista, Nuno Miguel Lázaro Gonçalves, Cláudia Cristina de Almeida Gomes Azevedo, Manuel Varanda Pinto Rodrigues, Bernardo Manuel Taveira Xavier e João Paulo Alves Seixas;-----

Do Presidente da Junta de Freguesia de Samodães, José Miguel Melo Pereira.-----

Com sete votos contra, dos membros do Grupo Municipal do Partido Socialista, António Manuel Marques Luís, Sofia Alexandra Correia Pereira, Nuno Romeu Cardoso Sequeira, Sara Daniela Pereira Rodrigues, Vasco Paulo Osório Seabra Paiva, Vítor Manuel Rodrigues Paulo e Marta Luísa da Costa Rodrigues dos Santos;-----

E com quatro abstenções dos membros:-----

Do Grupo Municipal do Partido Socialista, Vítor Nuno Gomes dos Santos;-----

Do Grupo Municipal da Iniciativa Liberal, Gonçalo Costa Almeida e Hugo Alexandre Oliveira da Silva;-----

Do Grupo Municipal do CHEGA, José Alexandre de Carvalho.-----

Ausentes os seguintes membros: Rosa Maria Pires Monteiro Moutinho, Leandro Baiorte Pinto e Sérgio Pedro da Rua Capela.-----

### **3.3.-ASSUNTO:** APRECIACÃO E VOTAÇÃO DA PROPOSTA DE ALTERAÇÃO AO REGULAMENTO DE ORGANIZAÇÃO DOS SERVIÇOS MUNICIPAIS DE LAMEGO---

Presente à sessão da Assembleia Municipal a proposta de deliberação da Câmara Municipal, com o seguinte teor: *“A organização dos serviços municipais tem por princípios, entre outros, a aproximação dos serviços aos cidadãos, a desburocratização, a racionalização de meios e da eficiência na afetação dos recursos públicos, a melhoria quantitativa e qualitativa do serviço prestado e a garantia da participação dos cidadãos.*-----

*Na sequência de proposta da Câmara Municipal de Lamego, aprovada na sua reunião extraordinária de 15 de dezembro de 2021, a Assembleia Municipal de Lamego, no exercício das competências que lhe estão reconhecidas pelo disposto no artigo 25º no 1 alínea m) do regime Jurídico das Autarquias Locais (constante do Anexo I à Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro) e pelo Decreto-Lei n.º 305/2009, de 23 de outubro, deliberou, na sessão de 26 de dezembro de 2021, aprovar, de entre outros aspetos, o Regulamento de Organização dos Serviços Municipais do Município de Lamego, o*

*Organograma e o Regulamento dos Cargos de Direção Intermédias de 3.º grau do Município de Lamego.*-----

*Por seu turno, e sob condição de deliberação favorável da Assembleia Municipal, nos termos e no que respeita ao anteriormente exposto, a qual se veio a verificar, na mesma reunião de 15 de dezembro de 2021 e sob a mesma proposta, a Câmara Municipal aprovou a respetiva Estrutura Flexível dos Serviços Municipais, quer quanto à criação das suas unidades orgânicas, quer quanto às atribuições e competências a afetar às mesmas, publicado sob Despacho n.º 910/2022, no Diário da República n.º 15, II Série, de 21 de janeiro de 2022.*-----

*Na sequência de propostas da Câmara Municipal de Lamego, a Assembleia Municipal aprovou, até à presente data, 3 alterações ao Regulamento de Organização dos Serviços Municipais de Lamego: 1ª Alteração ao Regulamento de Organização dos Serviços Municipais de Lamego, publicada sob Despacho n.º 1396/2023, no Diário da República n.º 20, II Série, de 27 de janeiro de 2023; 2ª Alteração ao Regulamento de Organização dos Serviços Municipais de Lamego, publicada sob Despacho n.º 5427/2023, no Diário da República n.º 90, II Série, de 10 de maio de 2023 e 3ª Alteração ao Regulamento de Organização dos Serviços Municipais de Lamego (ROSM), publicada sob Despacho n.º 1016/2024, no Diário da República n.º 18, II Série, de 25 de janeiro de 2024.*-----

*Nesta medida, a avaliação dos resultados obtidos até à presente data e a respetiva ponderação dos mesmos demonstram a necessidade de proceder a algumas alterações ao ROSM, designadamente com a reorganização e criação de algumas unidades orgânicas flexíveis de forma a adequar os serviços às necessidades de resposta no que concerne a simplificação, eficácia e eficiência na prossecução dos objetivos preconizados nos termos estatuídos no referido diploma legal.*-----

*Verifica-se também, a necessidade de proceder a pontuais reajustamentos do modelo anteriormente aprovado, com vista a dotar o Município de Lamego de uma maior operacionalidade do seu funcionamento interno.*-----

*Por conseguinte, de harmonia com o disposto no artigo 3º do Regime Jurídico da Organização dos Serviços das Autarquias Locais, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 305/2009, de 23 de outubro, na sua atual redação, abreviadamente designado por RJOSAL, considerando que a organização, a estrutura e o funcionamento dos serviços da administração autárquica devem orientar-se pelos princípios da unidade e eficácia da ação, da aproximação dos serviços aos cidadãos, da desburocratização, da racionalização de meios e da eficiência na afetação de recursos públicos, da melhoria quantitativa e qualitativa do serviço prestado e da garantia de participação dos cidadãos, bem como pelos demais princípios constitucionais aplicáveis à atividade administrativa e acolhidos no Código do Procedimento Administrativo.*-----

*Assim e considerando que:*-----

1. Ao abrigo do artigo 6º do RJOSAL, compete à Assembleia Municipal, sob proposta da Câmara Municipal, aprovar o modelo de estrutura orgânica; definir o número máximo de unidades orgânicas flexíveis; definir o número máximo total de subunidades orgânicas e definir o número máximo de equipas multidisciplinares, bem como o estatuto remuneratório dos chefes de equipa.-----

2. Compete à Assembleia Municipal, sob proposta da Câmara Municipal, aprovar a criação ou reorganização dos serviços municipais, conforme estabelece a alínea m) do n.º 1 do artigo 25º do Anexo I da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, na sua atual redação.-----

3. Por força do artigo 7º do RJOSAL, à Câmara Municipal, sob proposta do Presidente da Câmara Municipal, compete, criar unidades orgânicas flexíveis e definir as respetivas atribuições e competências, dentro dos limites fixados pela assembleia municipal. E que por força do n.º 2 e 3 do artigo 4º da Lei n.º 49/2012, de 29 de Agosto, na sua atual redação, cabe à Assembleia Municipal, sob proposta da Câmara Municipal, no caso de previsão de cargos de direção intermédia de 3º grau, a definição das competências, da área, dos requisitos do recrutamento, bem como da respetiva remuneração.-----

Pelo exposto, propõe-se que a Câmara Municipal de Lamego delibere propor à Assembleia Municipal de Lamego por ser da sua competência:-----

1. No modelo de Estrutura Hierarquizada, sem estrutura nuclear, propõe-se nos termos da alínea c) do artigo 6º e alínea c) do artigo 7º ambos do RJOSAL e nos termos do n.º 2 e 3 do artigo 4º da Lei n.º 42/2012, de 29 de agosto, a criação de unidades orgânicas flexíveis de direção intermédia de 4.º grau, até ao máximo de sete, lideradas por pessoal dirigente a prover.-----

2. Que cada um dos cargos de direção intermédia de 4.º grau a criar, terão as funções de direção, gestão, coordenação e controlo individual, com níveis de autonomia, responsabilidade e dimensão apropriada, competindo a estes coadjuvar o titular do cargo dirigente de que dependam diretamente (quando existente), bem como coordenar as atividades e gerir os recursos para a qual se revele adequada a existência deste nível de direção, das atuais unidades orgânicas flexíveis;-----

3. As alterações efetuadas ao ROSM em vigor, conforme o Anexo I;-----

4. A alteração do Organograma, no Anexo II do ROSM;-----

5. O Regulamento dos Cargos de Direção Intermédia de 3.º e 4.º Grau do Município de Lamego.”-----

Interveio o senhor **Presidente da Câmara** para apresentar o ponto:-----

“Propomos algumas alterações ao Regulamento de Organização dos Serviços Municipais, no sentido de o tornar mais consentâneo com algumas necessidades identificadas, com algumas exigências legais e, essencialmente, com uma necessidade de eficácia com que estamos confrontados.-----

*Por falar em eficácia, aproveito responder a uma questão que foi suscitada no último ponto e que se prende com o aproveitamento dos fundos PRR - Plano de Recuperação e Resiliência.-----*

*Somos, como referi, a terceira entidade da região do Douro com maior PRR aprovado e a décima segunda na região Norte. Não temos nenhum problema em apresentar candidaturas válidas e viáveis e obter o respetivo financiamento.-----*

*Em relação ao aproveitamento e concretização, em obra, desse financiamento aprovado temos tido, efetivamente, algumas dificuldades por força do período económico que vivemos, com concursos desertos e dificuldade em contratar. Mas, tal não significa que tivéssemos falhado o nosso compromisso, ou seja, de fazer projeto, de candidatar e de lançar a concurso. O facto de não termos mercado para responder à nossa solicitação já extravasa as competências do Município.-----*

*Posto este esclarecimento, gostaria de mencionar de forma simples, algumas alterações que estamos a propor, relativamente ao ROSM - Regulamento de Organização dos Serviços Municipais que está em vigor, as quais podem ser facilmente apreciadas, analisando o organograma anexo ao mesmo.-----*

*Estamos a criar uma Unidade de Modernização Administrativa e Sistemas de Informação (UMASI), trata-se de uma área que está em franco crescimento e à qual nos queremos dar um impulso com a renovação de todos os sistemas de gestão do Município e também da nossa relação com o munícipe.-----*

*Iremos digitalizar áreas, que ainda têm um processo de digitalização incipiente, nomeadamente o urbanismo e robustecer as demais, estando para isso, a preparar a reformulação de todos os sistemas de informação, com novas aplicações, que ficarão ao dispor de todos os utilizadores à escala municipal, mas também dos munícipes em geral, com particular relevância para todos aqueles que se relacionam profissionalmente com o Município.-----*

*Nesta decisão pesa, também, a incorporação de algumas medidas que são muito específicas e de exigência legal elevada, como seja a Cibersegurança e a proteção de dados pessoais.-----*

*Haverá outra alteração na Divisão de Educação, Juventude e Desporto, com a criação de duas Unidades Orgânicas. Uma Unidade, que vem dar mais consistência ao serviço que criámos no mandato anterior, relativo à Unidade de Alojamento, Catering e Alimentação, ou seja, a gestão das cantinas escolares e das cerca de trezentas mil refeições, que servimos todos os anos, o Catering dos eventos municipais, ou a sua gestão, como acontecerá hoje com o jantar de Natal da Câmara e que alguém tem que tramitar e controlar essa despesa, e também a Unidade de Alojamento com o Complexo Desportivo e as duas Residências Artísticas do Castelo do CIMI.-----*

*Será criada uma segunda Unidade com a denominação de Unidade de Desporto e Associativismo (UDA).-----*

*A área da Juventude e Desporto tem muitos equipamentos, muitos eventos e tem um conjunto elevado de clubes e coletividades que dependem da sua ação e da sua gestão. Integrada na Divisão de Educação, Juventude e Desporto, fica muito diluída na componente de Educação, que tem à sua responsabilidade todos os estabelecimentos de ensino e, praticamente, metade dos assistentes operacionais e assistentes técnicos, que estão ao serviço do Município.-----*

*Esta decisão vai permitir que tenhamos uma Unidade dedicada exclusivamente à gestão dos equipamentos desportivos e ao associativismo no Município.-----*

*Vamos propor, igualmente, a criação de uma Unidade de Bibliotecas e Arquivo Histórico (UBAH), por um motivo muito simples. A gestão fundamental da Cultura no Município prende-se com os eventos e a animação cultural, com o apoio às associações culturais e à criação e com a gestão de equipamentos culturais de maior peso e de maior relevo, como sejam o Teatro Ribeiro Conceição, o Núcleo do Castelo e o CIMI.-----*

*A Biblioteca e o Arquivo Histórico têm uma gestão separada desta dinâmica, que necessita de ser robustecida e estamos a propor a criação de uma Unidade, que possa promover, sobretudo em termos do Arquivo Histórico, mas também, da ligação da nossa Biblioteca às Bibliotecas Escolares e à rede de Bibliotecas, que integra outra dinâmica.-----*

*Propomos também que o Gabinete de Desenvolvimento Económico e Turismo seja, de novo, integrado na Divisão de Financiamento e Fundos Estruturais, já foi assim no passado, quando este gabinete foi criado. Entretanto foi autonomizado, mas essa experiência de autonomização não resultou, uma vez que é uma área muito transversal, precisa de meios, de recursos humanos, de dinâmica, de ligação as outras entidades, quer internas, quer externas ao Município e, portanto, vamos fazer a sua integração com a Divisão de Financiamento e Fundos Estruturais, no sentido de lhe dar essa robustez e essa dinâmica.-----*

*Finalmente, na Divisão de Sustentabilidade e Serviços Urbanos, propomos criar duas Unidades, uma relativa ao Bem-Estar Animal (UBEA), que vai ocupar-se da gestão do Parque Biológico, do Canil e do Gatil Municipal, mas também de todas as iniciativas, que são imensas, relativas à área do bem-estar animal, à relação com as associações do setor, ao apoio aos cuidadores informais e ao desenvolvimento de um conjunto de iniciativas, nomeadamente, campanhas de adoção animal, que mantemos em permanência.-----*

*Vamos dividir a Unidade de Serviços Urbanos em duas, no sentido de criar uma nova unidade que se vai ocupar de três áreas distintas, mas todas elas muito relevantes.-----*

*Chamar-se-á Unidade de Manutenção de Edifícios e Equipamentos (UMEE). Existem cerca de quarenta e cinco edifícios ao serviço do Município e muitos outros que estão cedidos a entidades externas, associações ou Juntas de Freguesia.-----*

Esses quarenta e cinco edifícios precisam de manutenção permanente, precisam de um olhar atento, basta olhar para o edifício dos Paços dos Concelho onde não raramente, chove. É certo que um edifício com dois séculos de existência e que não tem tido obras de fundo, mas esta é uma preocupação transversal a todos os edifícios municipais e, por isso, queremos criar uma unidade que se dedique à manutenção dos mesmos.-----

O outro aspeto prende-se com o Parque de Máquinas e Viaturas Municipais, que precisa também de alguma atenção. Por um lado, porque há equipamentos obsoletos que precisávamos de substituir, mas enquanto não substituimos, temos que os gerir da melhor forma. Por outro lado, temos novos equipamentos, nomeadamente a máquina de rastos, que adquirimos para a manutenção de caminhos agrícolas e florestais e para a abertura de faixas corta-fogo e um novo trator, cedido pelo Instituto da Conservação da Natureza e das Florestas, que irá chegar no próximo ano, o que também se prende com o Mapa de Pessoal e a previsão de recrutamento de mais um tratorista.-----

Finalmente, uma área muitíssimo importante, à qual temos dedicado algum tempo, mas não o necessário, a área da Eficiência Energética, da Auto Produção da Descarbonização. É uma área em que temos recursos para gerir, de forma adequada, uma expectativa e uma ambição que o Município tem, que os lamecenses têm e que não queremos deixar ficar para trás.-----

Este conjunto de alterações reorganiza os serviços municipais de uma forma, que entendemos ser mais adequada para cumprir esses desafios e responder também, internamente, às expectativas dos nossos colaboradores, que receberão novas e reforçadas missões e, por isso também, um incentivo para continuarem a prestar o seu serviço público com dedicação e competência.-----

Peço que este Regulamento de Organização dos Serviços Municipais (ROSM) seja, por isso, aprovado.”-----

Tomou a palavra o membro **Nuno Romeu Cardoso Sequeira** para fazer a seguinte intervenção:-----

“A propósito da alteração ao Regulamento da Organização dos Serviços Municipais, gostaria de dizer ao deputado José Manuel Correia, que este é o regulamento que reorganiza, mas que está relacionado com o planeamento que é feito dos Recursos Humanos e esse é feito com o Mapa de Pessoal. Por isso, por uma ordem cronológica, deve ser primeiramente analisado o Mapa de Pessoal e depois a reorganização dos serviços.-----

Dizer também, senhor Presidente da Câmara, em relação à percentagem, que ela está feita. Aliás, naquela proposta são apresentados cento e quarenta novos postos de trabalho. Julgo que não há dúvidas em relação a isso.-----

Prosseguindo, esta proposta que nos é agora apresentada, não pode ser encarada como um simples ajuste técnico. Trata-se, sim, de uma decisão que vai organizar os

*serviços de uma forma diferente. Isto, tendo em conta aquilo que deveriam ser as necessidades concretas e reais do nosso concelho.-----*

*Depois de uma análise aprofundada a este documento, o Partido Socialista considera que esta proposta fica muito aquém daquilo que poderia ser o possível, daquilo que Lamego necessita.-----*

*Em vez de representar uma verdadeira reorganização, porque é assim que nos é apresentada, como uma reorganização dos serviços, aquilo que vemos é que é uma proposta apenas orientada para a não eficiência, daquilo que devem ser os serviços para os lamecenses.-----*

*Ou seja, aquilo que nos é apresentado é um modelo que vai criar ainda mais burocracia. Vai acrescentar mais complexidade interna e vai multiplicar os níveis hierárquicos, sem garantir aquilo que devia ser a melhor organização dos serviços e sem dar uma resposta mais eficaz aos problemas do território concelhio.-----*

*O Regulamento afirma princípios como a modernização administrativa, a racionalização dos meios e até a melhoria dos serviços públicos. Contudo, a estrutura que nos é apresentada vai, exatamente, no sentido contrário. Em vez de simplificar, complica, em vez de clarificar competências, dispersa-as, em vez de aproximar os serviços das pessoas, reforça uma lógica mais interna, mais excessivamente administrativa. Ou seja, estamos perante uma organização pensada para gerir processos e não para resolver os problemas, que tanto necessitamos.-----*

*Um exemplo claro desta falta de visão estratégica, é ausência de uma Divisão de Desenvolvimento Económico. Num concelho como o nosso, que enfrenta dificuldades em atrair investimento, em criar emprego qualificado e fixar a população, não existe qualquer estrutura orgânica dedicada àquilo que deveria ser o principal mote, a captação de empresas, o apoio ao tecido empresarial, ou até à própria promoção económica do nosso território.-----*

*Esta ausência não é apenas um detalhe técnico, é uma opção política do senhor Presidente da Câmara, que revela a falta de prioridade, tendo em conta aquilo que deveria ser o desenvolvimento económico de Lamego.-----*

*Outro exemplo da falta de coerência desta proposta, é o chamado Gabinete de Apoio ao Investidor e Empreendedorismo, sobre o qual, aliás, já falei em várias Assembleias, até já sei qual vai ser a resposta do senhor Presidente da Câmara, porque já a repetiu várias vezes, sendo que sempre foi uma resposta superficial, sem ser aprofundada e sem ser concreta, não sei se desta vez vai ser diferente, espero ansiosamente pela resposta.-----*

*Apesar deste Gabinete ter sido mencionado, de forma frequente, em diversos concursos e protocolos, não vejo qualquer correspondência clara nesta estrutura orgânica, do Município. Isto que lhe confira suporte efetivo, visibilidade ou até capacidade de intervenção. Não há uma Divisão que enquadre, de forma consistente,*

a tal captação do investimento, o apoio ao empreendedorismo, ou até a tal dinamização do tecido empresarial.-----

Tal como acontece noutras áreas, cria-se uma designação, mas depois falta a criação da estrutura, da estrutura funcional. O que revela, uma vez mais, a ausência de uma estratégia integrada para o desenvolvimento económico do nosso concelho.-----

Outro aspeto particularmente preocupante, prende-se com a área social. Apesar das delegações de competências na área da saúde, da ação social e da educação terem sido estabelecidas pelo Governo, liderado pelo Partido Socialista, até à data, ainda foi criada uma Divisão Integrada, que agregue estes âmbitos, capaz de assegurar uma resposta articulada, coordenada e até eficaz às necessidades da população.-----

A pergunta impõe-se de forma legítima, num momento em que estas áreas, nomeadamente a área social e a saúde, ganham cada vez mais relevância, por que razão não se avança para uma estrutura integrada, entre a saúde e o social, no nosso concelho? É uma questão que deixo ao senhor Presidente da Câmara.-----

Gostaria realmente de saber qual é a sua opinião sobre este tema, porque, a meu ver trata-se de uma opção política. A não ser que exista falta de confiança na capacidade da vereação que detém esses pelouros.-----

Seja qual for a resposta, o resultado será o mesmo. O Município continua sem uma estrutura adequada para responder aos desafios sociais que enfrentamos e, em vez de reorganizarmos os serviços, em função das prioridades do concelho, esta proposta limita-se a preservar o modelo existente, reforçando chefias intermédias e aprofundando a burocracia interna.-----

Ou seja, mais níveis hierárquicos, não significam necessariamente a prestação de melhores serviços. Por vezes, significa exatamente o contrário, pois há mais lentidão, mais dependência de circuitos internos e menos capacidade de resposta aos cidadãos. Não há, na nossa perspetiva, uma visão integrada no que diz respeito a esta matéria.-----

Em síntese, esta proposta não moderniza a Câmara Municipal, não responde aos desafios do concelho, não melhora a prestação dos seus serviços e não prepara Lamego para o futuro.-----

É uma reorganização sem ambição, permitam-me adjetivar desta forma, e sem uma ligação às reais necessidades da nossa população.-----

Por razões de coerência política, de responsabilidade institucional e de defesa do interesse público dos lamecenses, o Partido Socialista irá votar contra esta proposta de alteração do Regulamento de Organização dos Serviços Municipais.”-----

Interveio o membro **José Manuel Lourenço Correia** para dizer o seguinte:-----

“Era capaz lançar um desafio e pedir a um destes jovens presentes, da bancada do Partido Socialista ou da Coligação, que fizessem um ficheiro, em excel, para registar durante este mandato, quantas vezes o PS se vai abster ou votar favoravelmente alguma coisa. Julgo que era um desafio interessante.-----

*Em relação ao ponto anterior, aprovação do Mapa de Pessoal, ainda tive dúvidas, porque que o Partido Socialista afirmou que concordava com o aumento do número de colaboradores, mas depois votou contra. Concordam, mas votam contra.-----*

*Como disse há pouco, fazia sentido que a alteração do Regulamento de Organização dos Serviços Municipais (ROSM) fosse analisada antes do Mapa de Pessoal e, nesse sentido, discordo do senhor deputado Romeu Sequeira. Sou gestor há muitos anos, primeiro tenho que perceber o que é preciso fazer e depois é que arranjo as pessoas para o fazer, não é ao contrário.-----*

*O ROSM claramente não cria um modelo novo, de raiz, foi uma readaptação de 2021, ponto final. Mas foi certamente elaborado por alguém que conhece a máquina, que conhece a sociedade, que conhece as pessoas pelo nome, que conhece as freguesias e que conhece todos os departamentos do Município, portanto, não foi nenhum paraquedista que fez esta alteração ao ROSM.-----*

*Estamos a falar de alguém que conhece intrinsecamente, provavelmente melhor do qualquer um de nós, estas questões do Município.-----*

*Já agora, só uma nota de rodapé. Há pouco, o senhor deputado José Alexandre de Carvalho estava preocupado com os mil e quinhentos mil milhões para a habitação. Podemos olhar para esta sala, e até para Lamego, e não encontramos ninguém que saiba lidar melhor com esse tema, do que o Presidente da Câmara, o Engenheiro Francisco Lopes. Sobre isto não tenho dúvidas. Todos sabemos da sua capacidade de ser ágil na execução destes procedimentos e de conseguir trazer para Lamego, atempadamente, um conjunto de recursos, que bem precisamos, para desenvolver o Município.-----*

*Mas este ROSM resulta da avaliação do funcionamento real dos serviços ao longo do mandato e introduz reorganização das Unidades, como bem explicou o senhor Presidente da Câmara, mas parece o senhor deputado Romeu Sequeira não ouviu bem. Há um conjunto de Unidades, que fazem muito sentido e que são reestruturadas, faz uma reorganização de Unidades Orgânicas, um ajustamento no organograma e uma clarificação de competências e de responsabilidades.-----*

*Haverá mais operacionalidade, mais eficácia e eficiência, mais capacidade de coordenação, menos burocracia, porque os fluxos e as ligações entre cada um dos departamentos, ficam muito melhor definidos, assim como fica bem definido o que é que cada tem que fazer, qual é a resposta a dar às pessoas que precisam de resposta.-----*

*Portanto, é um instrumento de organização interna indispensável, quando há mais competências transferidas, há mais projetos em execução, como é o caso, e há maior exigência técnica e legal.-----*

*Se analisarmos, as alterações que o senhor Presidente enumerou são as necessárias para dar resposta a estas novas exigências, não é burocracia.-----*

*Para quem se lembra, a burocracia foi uma teoria criada para a ajudar a resolver problemas. Neste caso, é mesmo para clarificar os fluxos e as responsabilidades das pessoas.*-----

*Portanto, esta alteração ao ROSM assume, explicitamente, que a Câmara faz mais, gere mais áreas e executa mais políticas públicas.*-----

*O Partido Socialista confunde tudo isto, este Regulamento reforça este controlo, não o contrário. É um Regulamento que melhora o controlo dos procedimentos, que define as competências, os deveres, as avaliações, os relatórios e submete tudo a regras legais e de fiscalização, ou seja, menos arbitrariedade e nada mais do que isso, como o Partido Socialista deu a entender.*-----

*E claro, depois vem o famigerado voto contra, mas também já estamos habituados, “primeiro estranha-se, depois entranha-se”, já dizia o poeta.*-----

*É, essencialmente, um voto por reflexo político, por uma questão de estratégia política, de votar contra tudo e contra todos, até contra os lamecenses, provavelmente. Mas é decisão deles.*-----

*Estamos a adaptar a máquina à realidade atual do concelho e às responsabilidades que assumimos.*-----

*Não se governa com a estrutura de há quinze anos, não se executam milhões (cerca de oitenta e três milhões de euros) de investimento sem organização, não se exige qualidade aos serviços sem liderança intermédia clara e foi isso que se tentou melhorar, não foi fazer de novo, foi melhorar, através de alguém que sabe melhor do que qualquer um de nós, como é que os serviços municipais estão organizados.*-----

*Naturalmente a Coligação votará a favor. Parece-nos uma boa decisão de gestão, uma decisão política de gestão, assumida por este Município.*-----

*Ao fim do dia, a responsabilidade será do Município e do senhor Presidente da Câmara, porque tem a responsabilidade de liderar toda a equipa, e porque sabe exatamente o que faz. Por isso, será responsabilizado daqui a quatro anos, como certamente acontecerá.*-----

*Entretanto, ficamos à espera do próximo sentido de voto do Partido Socialista.”*-----

O senhor **Presidente da Assembleia** colocou o ponto a votação, informando que estavam trinta e seis membros presentes no salão.

Usou da palavra o membro **José Alexandre de Carvalho** para fazer a seguinte intervenção:

*“Não disse que o senhor Presidente da Câmara Municipal e o Executivo Camarário não sabiam lidar com milhões, e a prova é que está em terceiro lugar na CIM Douro, não é por acaso. Apenas chamei a atenção, pois vêm aí mil e quinhentos mil milhões e, como tal, aos dossiês devem começar a ser preparados.*-----

*Mas quero dar razão ao senhor deputado Romeu Sequeira, na realidade Lamego também precisa de um departamento altamente diferenciado na área social e na área*

da saúde. Ainda hoje tivemos mais uma prova de que, ou vamos lá por nós ou se estamos à espera do Governo Central não vamos a lado nenhum.-----

A senhora Ministra da Saúde não veio anunciar a autorização para a abertura da Unidade de hemodiálise, não veio anunciar que ia abrir mais camas de internamento no setor da medicina interna, só temos trinta, Chaves tem setenta e três. Precísávamos, pelo menos, de sessenta.-----

A senhora Ministra da Saúde não veio dizer para onde é que ia o dinheiro da ULS - Unidade Local de Saúde, do programa da CIM Douro que ficou no top cinco. Não veio dizer que Lamego ia ter uma Unidade Robótica Cirúrgica, porque Lamego é o grande centro de Cirurgia Ambulatória, seria essencial.-----

A senhora Ministra da Saúde não veio dizer que íamos ter Diretores na Unidade de Saúde. Todos os diretores de serviço estão localizados na estrutura central e precisamos de diretores na área da medicina, na área materno-infantil. Precisamos, urgentemente, de ter diretores locais. O diretor da área materno-infantil, por exemplo, e outro diretores da ULS central, são pessoas reformadas é um amiguismo inqualificável, não são substituídos. Dão-se ao luxo de renovar o cargo de seis em seis meses, porque é obrigatório por lei. Renovar para manter o clientelismo.-----

Na área social, tenham atenção, os seniores já são maiores em número, do que as pessoas que nascem. Na área social e na medicina, temos que ser competentes.”-----

Tomou a palavra o **Presidente da Câmara** para explicar o seguinte:-----

“Pegando na questão da habitação, gostaria de clarificar que deste reforço, no âmbito do Programa Portugal 2030, para a habitação, cabem ao norte do país duzentos milhões de euros e à Comunidade Intermunicipal do Douro, vinte e cinco milhões de euros.-----

Parte deste dinheiro foi subtraído da componente 5.1, que é Regeneração Urbana, o que não ajuda alguns municípios, nomeadamente o Município de Lamego.-----

Vamos ter um corte de oitocentos mil euros na Regeneração Urbana, para ter um reforço ainda indeterminado, mas que sairá desse bolo, de vinte e cinco milhões de euros na habitação.-----

Isto significa que teremos que fazer opções, vamos reabilitar a Rua de Fafel, temos vários projetos na calha, dois mais prioritários, que serão a reabilitação da Praça do Comércio e da Rua Cardoso Avelino e Rua Macário de Castro e zona envolvente à Sé. Provavelmente, já teremos que fazer opções ou então teremos que fazer as obras com uma taxa muito baixa de financiamento comunitário e talvez tenhamos que recorrer a um empréstimo bancário muito elevado.-----

São opções necessárias em prol de uma medida política nacional, que é urgente, que é a habitação.-----

Em relação a esta componente, habitação, estão incluídas apenas duas medidas: a habitação social e o arrendamento acessível.-----

*Inicialmente ainda se falou da possibilidade de haver também habitação estudantil, isto é, mais residências para estudantes. Já referi a nossa intenção em relação a essa área.-----*

*Quando fizemos o projeto, que está atualmente a decorrer, no âmbito do PRR e do Programa 1.º Direito, para a construção de cento e vinte habitações, já deixámos previsto, nomeadamente em termos de planeamento urbano urbanístico, a construção de mais três lotes que nos permitirão construir, de imediato, cerca de uma centena de casas e a possibilidade, ainda, fazer um loteamento urbano na Freguesia de Britiande, para a mesma poder ter também habitação para arrendamento acessível, para captação de casais jovens e para fixação de novas famílias, que vêm trabalhar e viver para o nosso concelho.-----*

*Portanto, é uma área em que estamos preparados e capacitados e, até final de janeiro, iremos apresentar intenções de candidatura a estas medidas, embora como disse, e repito, nos preocupe que seja feito este reforço da área da habitação à custa da regeneração urbana.-----*

*Como comentei na reunião da Comunidade Intermunicipal com o senhor Presidente da Comissão de Coordenação, vamos ter casas novas, de excelente qualidade, mas vamos ter que chegar lá, atravessando ruas esburacadas e enlameadas. Enfim, é um compromisso que iremos, conseguir, seguramente, atingir.-----*

*Relativamente à alteração do ROSM e às referências feitas pelo senhor deputado Romeu Sequeira, esta proposta que fazemos, tem toda a coerência e ambição. Não tem para o senhor deputado, porque ele passou quatro anos a falar do Gabinete de Apoio ao Empreendedorismo e Turismo.-----*

*Também lhe poderia perguntar pela Incubadora de Empresas de Lamego, que está há dez anos entregue à ESTGL, onde o senhor deputado colabora e à qual devemos pedir contas. Aliás, se lesse o programa eleitoral da minha candidatura autárquica, veria que está lá escrito, pela minha mão, “resgatar a Incubadora de Empresas de Lamego”.-----*

*Portanto, das duas uma, ou encontramos soluções articuladas ou cada um terá que assumir as suas responsabilidades.-----*

*Temos feito o que nos compete, acolhemos todas as pretensões de investimento, apoiamos todos os empreendedores, ao contrário do Partido Socialista que, como veremos nesta sessão da Assembleia, certamente votarão contra uma proposta de Declaração de Interesse Municipal relativa a um projeto turístico de elevada importância. Portanto, estamos perfeitamente à vontade para discutir aquilo que fazemos com quem nada faz e apenas critica.-----*

*A reivindicação da criação de uma Divisão para um serviço que não existe e que não tem sequer interlocutores, não faz sentido. Ainda hoje falamos da necessidade de criar uma associação empresarial, para termos, da parte das nossas atividades económicas, um interlocutor com o Município.-----*

*Relativamente à criação da Divisão de Ação Social, fala das elevadas competências transferidas pelo Governo na área da Acção Social e da Saúde. Já desmistifiquei essa afirmação. Não há transferências de competências relevantes. Há competências menores, que são assumidas por um encarregado operacional e por uma técnica superior que fazem essa gestão.*-----

*Quando pretenderem transferir competências, não nos vão transferir a manutenção dos edifícios, o pagamento das contas da luz e água, a manutenção das viaturas e o pessoal auxiliar. Isso não são competências, isso é sermos tarefeiros do Estado e só aceitamos desempenhar essas tarefas, porque, ainda assim, as fazemos melhor do que fazia o Governo e a Administração Central.*-----

*Mas essas não são as competências que queremos e quando quiser discutir comigo as questões relevantes da descentralização da Administração Central no território, da ou da regionalização, cá estaremos para o fazer.*-----

*Em relação a esta situação, quem recebeu, há vinte e cinco anos, uma Câmara Municipal que tinha apenas uma Assistente Social e hoje tem um Serviço de Ação Social, coordenado por uma Chefe de Unidade, que tem vinte e cinco colaboradores, a esmagadora maioria licenciados, numa equipa pluridisciplinar, que dá resposta a todas as funções que nos são cometidas na área de Ação Social, estou completamente à vontade para discutir mapas de pessoal ou a organização de serviços municipais com o senhor deputado Romeu Sequeira.*-----

*Nesse sentido, peço que não haja qualquer hesitação em aprovar esta nova orgânica, que cria, de facto, novas Unidades, mas que vão ter autonomia, vão ter competências delegadas e vão ser responsabilizadas pelo seu desempenho, como acontece sempre na estrutura do Município".*-----

Usou, novamente, a palavra o membro **Nuno Romeu Cardoso Sequeira** para fazer a seguinte intervenção:-----

*“Senhor Presidente da Câmara, a sua opção é uma opção política, e não sou obrigado a concordar com ela. O senhor tem uma visão política, tem esse direito, mas o Partido Socialista também tem direito a ter a sua própria posição.*-----

*Aquilo que lhe peço, com todo o respeito, é que não me responsabilize de algo que não corresponde às minhas funções, na minha entidade patronal. Aliás, numa das três entidades patronais do ensino superior onde trabalho.*-----

*Agradeço respeito nesse âmbito, porque a minha função profissional nessa ou noutras instituições não tem a ver com as minhas responsabilidades, enquanto membro desta Assembleia Municipal.*-----

*Agradeço respeito, relativamente a isso, sendo que até pela sua experiência, pelos anos que tem nesta casa, isso não devia ter acontecido”.*-----

Tomou a palavra o senhor **Presidente da Câmara** para responder o seguinte:

*“Quero apenas dizer ao senhor deputado Romeu Sequeira que, na discussão política tem que ver o desenho todo e tem que incluir todas as entidades, com todas as*

*responsabilidades e ter, obviamente, um tratamento de isenção e de rigor relativamente a todas, incluindo a sua entidade patronal.*-----

*Portanto, nesse sentido, excluir desta discussão, apenas porque é a sua entidade patronal, uma entidade que gere há dez anos uma Incubadora de Empresas de Lamego, não faz qualquer sentido e foi apenas isso que eu referi, sem qualquer questão de natureza pessoal ou profissional relativamente ao senhor deputado Romeu Sequeira.*-----

*De resto fi-lo e faço-o, conhecem-me bem, apenas entusiasmo e não zangado ou enervado”.*-----

O senhor **Presidente da Assembleia** colocou o ponto a votação, informando que estavam trinta e seis membros presentes no salão.-----

**Deliberação:** Aprovada, por maioria, com vinte e oito votos a favor dos seguintes membros da Assembleia Municipal:-----

Do Grupo Municipal da Coligação “Todos Juntos por Lamego PPD/PSD.CDS-PP”, Fernando Jorge Pereira Lobão, Presidente da Assembleia, Manuel Monteiro Afonso, Maria Liliana dos Santos Monteiro Ribeiro, José Manuel Lourenço Correia, Edgar André Almeida Fernandes, Maria do Sameiro Morais Rodrigues Gregório, Carlos Manuel Almeida Loureiro, Marco Aurélio Fonseca Oliveira, Teresa Maria Correia Pina Rodrigues, Joaquim Cardoso Vieira, Germano Correia Ribeiro, Wilson Miguel Lima Teixeira, Augusto Manuel Pereira da Conceição, Teresa Maria Fernandes Cardoso Fonseca, Mário Filipe de Almeida Faustino, Paulo Henrique Almeida Loureiro, André do Carmo Teixeira, Carlos Manuel Pereira Rodrigues, Arcílio Jorge de Sousa Lamelas; Do Grupo Municipal do Partido Socialista, Nuno Miguel Lázaro Gonçalves, Cláudia Cristina de Almeida Gomes Azevedo, Manuel Varanda Pinto Rodrigues, Bernardo Manuel Taveira Xavier e João Paulo Alves Seixas;-----

Do Grupo Municipal da Iniciativa Liberal, Gonçalo Costa Almeida e Hugo Alexandre Oliveira da Silva;-----

Do Grupo Municipal do CHEGA, José Alexandre de Carvalho.-----

Do Presidente da Junta de Freguesia de Samodães, José Miguel Melo Pereira.-----

Com oito votos contra, dos membros do Grupo Municipal do Partido Socialista, António Manuel Marques Luís, Sofia Alexandra Correia Pereira, Nuno Romeu Cardoso Sequeira, Sara Daniela Pereira Rodrigues, Vasco Paulo Osório Seabra Paiva, Vítor Manuel Rodrigues Paulo, Vítor Nuno Gomes dos Santos e Marta Luísa da Costa Rodrigues dos Santos;-----

Ausentes os seguintes membros: Rosa Maria Pires Monteiro Moutinho, Leandro Baiorte Pinto e Sérgio Pedro da Rua Capela.-----

**3.4.-ASSUNTO:** APRECIACÃO E VOTAÇÃO DA ADENDA AO PROTOCOLO CELEBRADO COM A FREGUESIA DE FERREIRIM-----

Presente à sessão da Assembleia Municipal a proposta de deliberação da Câmara Municipal, propondo à Assembleia Municipal a aprovação de uma adenda ao

Protocolo de Cooperação Técnica e Financeira celebrado em maio de 2025, destinada ao apoio ao desenvolvimento da freguesia de Ferreirim, no âmbito da reconstrução de muros de sustentação na Rua Central.-----

A alteração ao Protocolo decorre da impossibilidade de execução de uma das obras inicialmente previstas, devido à incorreta presunção de domínio público do terreno e à recusa do proprietário em ceder a área necessária. Em contrapartida, a reconstrução de outro muro teve de ser ampliada por razões de segurança, aumentando significativamente a sua área, tendo ainda sido necessária a colocação de barreiras de proteção e a pavimentação da zona adjacente.-----

Mantém-se o valor do apoio financeiro inicialmente aprovado, propondo-se apenas a redefinição das obras a executar pela Junta de Freguesia.-----

Interveio o **Presidente da Câmara** para apresentar o assunto:-----

*“Trata-se de uma adenda que consigna uma alteração de pormenor, mas por uma questão de rigor e transparência, trazemos à consideração da Assembleia Municipal.*

*A Junta de Freguesia de Ferreirim estabeleceu com o Município um protocolo para a realização de um conjunto de trabalhos.-----*

*Alguns trabalhos, nomeadamente a construção de um muro, não pôde ser feita, por indisponibilidade do terreno, que tinha sido cedido, inicialmente, pelo proprietário, mas que entretanto, repensou a situação e a Junta de Freguesia propôs substituir esse trabalho, por uma obra, de valor equivalente, noutra local.-----*

*E é essa proposta de substituição de trabalhos que trazemos à consideração da Assembleia, a qual julgo não merecer qualquer reparo.”-----*

O senhor **Presidente da Assembleia** colocou o ponto a votação, informando que estavam trinta e seis membros presentes na sala.-----

**Deliberação:** A proposta foi aprovada por unanimidade, com trinta e seis votos a favor dos seguintes membros da Assembleia Municipal:-----

Do Grupo Municipal da Coligação “Todos Juntos por Lamego PPD/PSD.CDS-PP”, Fernando Jorge Pereira Lobão, Presidente da Assembleia, Manuel Monteiro Afonso, Maria Liliana dos Santos Monteiro Ribeiro, José Manuel Lourenço Correia, Edgar André Almeida Fernandes, Maria do Sameiro Morais Rodrigues Gregório, Carlos Manuel Almeida Loureiro, Marco Aurélio Fonseca Oliveira, Teresa Maria Correia Pina Rodrigues, Joaquim Cardoso Vieira, Germano Correia Ribeiro, Wilson Miguel Lima Teixeira, Augusto Manuel Pereira da Conceição, Teresa Maria Fernandes Cardoso Fonseca, Mário Filipe de Almeida Faustino, André do Carmo Teixeira, Carlos Manuel Pereira Rodrigues, Arcílio Jorge de Sousa Lamelas e Sérgio Pedro da Rua Capela;-----

Do Grupo Municipal do Partido Socialista, António Manuel Marques Luís, Sofia Alexandra Correia Pereira, Nuno Romeu Cardoso Sequeira, Sara Daniela Pereira Rodrigues, Vasco Paulo Osório Seabra Paiva, Vítor Manuel Rodrigues Paulo, Vítor Nuno Gomes dos Santos, Marta Luísa da Costa Rodrigues dos Santos, Nuno Miguel

Lázaro Gonçalves, Cláudia Cristina de Almeida Gomes Azevedo, Manuel Varanda Pinto Rodrigues, Bernardo Manuel Taveira Xavier e João Paulo Alves Seixas;-----

Do Grupo Municipal da Iniciativa Liberal, Gonçalo Costa Almeida e Hugo Alexandre Oliveira da Silva;-----

Do Grupo Municipal do CHEGA, José Alexandre de Carvalho.-----

Do Presidente da Junta de Freguesia de Samodães, José Miguel Melo Pereira.-----

Ausentes os seguintes membros: Rosa Maria Pires Monteiro Moutinho, Leandro Baiorte Pinto e Paulo Henrique Almeida Loureiro.-----

### **3.5.-ASSUNTO: APRECIÇÃO E VOTAÇÃO DA ADENDA AO CONTRATO DE EMPRÉSTIMO PARA FINANCIAMENTO DA REQUALIFICAÇÃO DA ESCOLA EB 2, 3 DE LAMEGO-----**

Presente a proposta de deliberação da Câmara Municipal, que submete à apreciação da Assembleia Municipal a aprovação da adenda ao contrato de empréstimo destinado ao financiamento da requalificação da Escola Básica 2/3 de Lamego, na sequência dos esclarecimentos solicitados pelo Tribunal de Contas, no âmbito da fiscalização prévia. A referida adenda visa dar cumprimento às recomendações constantes: da alínea b) do ponto 3 do ofício n.º 50978/2025, de 10 de novembro de 2025; e das alíneas a), b) e c) do ponto 8 do ofício n.º 47464/2025, de 16 de outubro de 2025.-----

Tomou a palavra o senhor **Presidente da Câmara** para apresentar o assunto:-----

*“Vamos reapreciar o pedido de empréstimo para o financiamento da empreitada de reconstrução da Escola EB 2,3 de Lamego.-----*

*Trata-se de uma redução do valor inicialmente proposto, tendo em consideração que o Tribunal de Contas entendeu que não estavam reunidos os pressupostos invocados pelo Município para contrair este empréstimo.-----*

*Repetindo o que já informei em sessões anteriores da Assembleia Municipal, o antepenúltimo Governo, do Partido Socialista, comprometeu-se com os municípios, num protocolo estabelecido com a Associação Nacional de Municípios, a reabilitar cerca de quatrocentas e cinquenta escolas, hoje já são cerca de quinhentas e vinte, que foram transferidas do Estado para Administração Local e que precisavam de obras.-----*

*Esse compromisso foi assumido e não foram definidas as condições de financiamento, apenas que a responsabilidade de financiamento era da Administração Central e não das autarquias.-----*

*Parte dessas obras estão a ser financiadas pelo PRR, outras são financiadas pelas estratégias regionais, no âmbito do Portugal 2030. As que não beneficiarem de nenhuma dessas medidas, serão financiadas por um empréstimo do Banco Europeu de Investimento e está neste momento, a decorrer o aviso para as respetivas candidaturas e que nós iremos candidatar. No próximo mês de janeiro, iremos submeter a candidatura da EB/2,3 e da requalificação da Escola da Sé.-----*

O atual Governo assumiu dar continuidade e cumprir aquilo que estava acordado entre a Administração Central e a Administração Local, no entanto, o empréstimo BEI só deverá ser contratado no próximo verão, pois o término do prazo de candidatura é de 30 de junho e a apreciação das candidaturas está agendada para agosto de 2026, não havendo atrasos, provavelmente haverá.-----

A Associação Nacional de Municípios propôs fazer datas de corte, e apreciar já as candidaturas que fossem submetidas até 31 de dezembro, as que fossem submetidas até 31 de março apreciadas de imediato, e as restantes apreciadas, então, depois de 30 de junho.-----

Significa isto que, se não encontrarmos fontes de financiamento próprias, só poderemos avançar com as escolas que estão contratadas, há praticamente um ano, depois do verão do próximo ano. Essa é uma situação, de facto, não nos agrada. Fizemos projetos, lançámos concursos, os concursos ficaram desertos, lançámos novos concursos, adjudicámos as obras, assinámos os contratos, mandámos ao Tribunal de Contas e confrontamo-nos com esta impossibilidade de financiamento, que não é responsabilidade do Município nem dos outros municípios que estão na mesma situação, é responsabilidade do Governo da Administração Central.-----

O que alegámos, junto do Tribunal de Contas, é que sendo uma responsabilidade da Administração Central pagar esta obra, essa era uma dívida que iríamos assumir e que se integrava num conjunto de responsabilidades transferidas pelo Estado e que estariam isentas, que não contariam nem para os limites de endividamento nem tão pouco precisariam de outras autorizações.-----

O Tribunal de Contas, como já é normal, teve entendimento diverso, entende que este empréstimo, apesar de ser transitório até à celebração do empréstimo do banco Europeu de Investimentos, é um empréstimo que a Câmara tem que fazer, tem que se enquadrar nos limites do endividamento municipal e seguir todas as regras procedimentais que estão impostas à Administração Local nessa componente.-----

E é, nesse sentido, que vimos propor a redução do valor do empréstimo já contratado e aprovado nesta Assembleia, dando, assim, cumprimento à recomendação do Tribunal de Contas, e esperando que, este montante seja suficiente para que, até agosto do próximo ano consigamos dar início e executar grande da obra de reabilitação da Escola E/B 2,3.-----

Ficamos, ainda assim, com o mesmo problema pendente relativamente à Escola da Sé, situação que não nos agrada, mas para a qual já não temos solução, posto este entendimento do Tribunal de Contas.-----

Era justo que estes empréstimos fossem excecionados, que não fossem considerados na capacidade do endividamento do Município, uma vez que é uma responsabilidade assumida pelo Governo e é uma responsabilidade transitória até à celebração dos contratos de empréstimo com o Banco Europeu de Investimento.-----

*Esta Assembleia Municipal já aprovou um empréstimo de montante superior, o que estamos a propor é que aprove o mesmo empréstimo, agora de montante inferior, nos termos da recomendação do Tribunal de Contas.*-----

Tomou a palavra o membro **Gonçalo Costa Almeida** para fazer a seguinte intervenção:-----

*“Felicitó o senhor Presidente da Câmara pela sua reeleição como Vogal da Direção da Associação Nacional de Municípios e felicito também o senhor Presidente da Assembleia pela excelente receção, no âmbito da realização do V Congresso da Associação Nacional de Assembleias Municipais, no qual estive presente. É bom ter vozes lamecenses nestas associações, é bom para Lamego e tenho a certeza que ambos continuarão a fazer um bom trabalho.*-----

*Mas, vamos descer à dura realidade de Lamego. É embaraçoso ler o ofício do Tribunal de Contas sobre este processo.*-----

*O Tribunal de Contas diz, claramente, que o Executivo tentou aprovar um empréstimo de 9,4 milhões de euros, tentando ultrapassar o limite legal dos empréstimos municipais e sabendo, ou devendo saber, que não tinham margem legal para isso. Tentaram passar o limite e o Tribunal de Contas fechou a porta.*-----

*Nós (Iniciativa Liberal) vamos votar a favor desta proposta.*-----

*Não que concordemos com forma como geriram este processo, mas porque a educação é o motor do elevador social e os alunos não têm culpa desta situação.*-----

*No entanto, exigimos saber três coisas. Pediram nove milhões e quatrocentos mil euros, agora temos um empréstimo de cinco milhões e quinhentos mil euros, pergunto onde é que vão buscar os três milhões quinhentos mil euros? A obra vai ficar a meio? Vai faltar o telhado? Onde é que vão cortar para ir buscar esse dinheiro que falta? Julgo que estas são perguntas que todos os membros municipais devem estar a fazer, bem como os alunos daquela escola e os contribuintes que pagam os impostos e querem ver os seus filhos com melhores condições da escola, com um edifício da Escola EB/2,3 renovado.*-----

*Este documento é a prova de que o Município atingiu o limite do cartão de crédito e, a partir de hoje, qualquer imprevisto não tem cobertura.*-----

*Isto não é gestão, isto é risco e é um risco que todos os lamecenses estão a correr e que este Executivo está a correr.*-----

Tomou, novamente, a palavra o membro **António Manuel Marques Luís** para fazer a seguinte intervenção:-----

*“A proposta que hoje nos é apresentada resulta de um processo marcado, desde o início, por falhas de planeamento, erros de enquadramento jurídico e por um desrespeito, uma falta de rigor evidente pelas exigências legais que regulam o endividamento municipal.*-----

*Acresce que não leva em conta o princípio elementar da prudência financeira indispensável a qualquer decisão responsável da gestão pública.*-----

*O Município que esgota toda a sua margem de endividamento, conhecendo a existência de processos judiciais pendentes com um potencial impacto financeiro elevado e com provisões elevadas para esse efeito, coloca em risco a sua estabilidade e compromete a capacidade de resposta a imprevistos e oportunidades futuras.-----*

*Recordamos que este processo foi devolvido duas vezes pelo Tribunal de Contas, tal como o senhor Presidente da Câmara referiu, através dos ofícios, datados de 16 de outubro e 10 de novembro, com advertências claras e incisivas, incompatíveis com o procedimento que estivesse adequadamente instruído.-----*

*O Município fundamentou o empréstimo no artigo 80º-D, da Lei das Finanças Locais, uma norma aplicável apenas à dívida transferida do Estado para os municípios. E o Tribunal foi claro ao afirmar e passo citar: “Insiste-se para que o Município de Lamego fundamente como entende legalmente admissível à aplicação do artigo 80º - D”, quando a previsão desta norma restringe o seu âmbito à dívida resultante de decisões contratuais transferidas do Estado. Não existe qualquer dívida transferida do Estado para o Município de Lamego neste processo.-----*

*A evocação desta norma revela falta de rigor jurídico e ausência de correspondência com a realidade dos factos. Não estamos perante um qualquer detalhe técnico, trata-se de uma fundamentação incorrecta, que fragiliza a legalidade de todo o procedimento e levanta sérias dúvidas quanto à qualidade da instrução do processo.-*

*A proposta inicial ascendia a nove milhões e quatrocentos e trinta mil euros, ultrapassando, de forma evidente, o limite legal aplicável.-----*

*O próprio Tribunal quantificou a margem efetivamente disponível em cinco milhões, novecentos e dezasseis mil euros, ou seja, o Município tentou contrair um empréstimo, quase o dobro da sua capacidade legal. Só após intervenção do Tribunal é que se reduziu o montante.-----*

*Este comportamento revela falta de rigor financeiro, inadequável leitura da legislação e dos mapas legais de endividamento e, acima de tudo, um processo induzido num regime de tentativa em erro, manifestamente inadequado. Decisões desta natureza fragilizam a credibilidade da autarquia.-----*

*O Tribunal de Contas assinala expressamente que não foi concluída a candidatura a financiamento europeu, o que aliás o senhor Presidente já explicou, o que impossibilita que este contrato se destinasse à contrapartida nacional do projeto.-----*

*Apesar disso, o Município evocou, precisamente, esse enquadramento, tendo mesmo anunciado publicamente, que o financiamento seria assegurado pelo PRR. Quanto ao que parece, tal candidatura não estava ainda concluída.-----*

*Esta divergência, entre o que foi publicamente afirmado e a realidade administrativa, traduz falta de rigor e levanta sérias dúvidas quanto à instrução deste processo.-----*

*Quando o Tribunal de Contas pergunta expressamente se o Município deseja avançar com o procedimento, é porque identifica desconformidades de grande relevância*

*jurídica. Situações deste tipo não ocorrem em processos sólidos, bem instruídos e legalmente sustentados.*-----

*O Município anunciou publicamente, no seu site oficial, que a obra teria um custo de 8 milhões e 990 mil euros, com IVA ascenderá para 11.057.700,00 euros e que o Executivo estava a aproveitar, exemplarmente, com fundos dos PRR e do Programa Portugal 2030.*-----

*Contudo, chegámos à conclusão que a candidatura não estava concluída, o financiamento não estava garantido, o empréstimo inicialmente proposto, foi considerado ilegal por excesso de endividamento e o valor agora apresentado é, clara e manifestamente insuficiente para financiar a totalidade da obra.*-----

*Com esta adenda o Município utiliza toda a margem disponível do limite de endividamento, ficando sem capacidade de resposta em imprevistos financeiros, sem margem para aproveitar oportunidades de financiamento futuras e sem qualquer flexibilidade orçamental durante um largo período. É uma opção arriscada financeiramente e contrária ao princípio da prudência.*-----

*A situação agrava-se, ainda, com a existência de muitos processos judiciais pendentes, que podem levar, e levam, a provisões de milhões de euros e cujo desfecho não é ainda conhecido.*-----

*Nestes termos, esgotar totalmente a capacidade de endividamento é imprudente e é financeiramente temerário.*-----

*Esta adenda não resolve os problemas estruturais do processo. Limita-se a ajustá-lo para o fazer caber dentro do limite legal, mas não corrige a fragilidade do enquadramento jurídico utilizado, a existência da candidatura europeia concluída, o erro inicial de propor um empréstimo, de legalidade claramente duvidosa, a falta de planeamento financeiro e a ausência, até ao momento, de uma estratégia que consiga assegurar com consistência o financiamento integral da obra.*-----

*Aprovar esta adenda seria validar um procedimento mal preparado e financeiramente perigoso para o Município e por estas razões vemo-nos obrigados a votar contra”.-----*

*Usou da palavra o membro **José Alexandre de Carvalho** para dizer o seguinte:-----*

*“Senhor Presidente, afinal as tarjas não deviam ter sido colocadas. Aquilo era mesmo fogueatório. Nem precisava de tal argumento para ganhar as eleições.*-----

*As eleições foram ganhas de forma limpinha!-----*

*O CHEGA não gosta de dar razão ao Partido Socialista, mas às vezes tem que a dar, e neste caso, tinham toda a razão em relação a esse pormenor.*-----

*Vamos na terceira sessão da Assembleia Municipal para resolução do empréstimo desta escola e da Escola Secundária da Sé.*-----

*Na sessão de julho de 2025 eram vinte e dois milhões para as duas escolas. Na sessão de setembro de 2025, foi prometido que as obras iniciariam antes do fim do ano, e que dinheiro prometido pelo nosso Primeiro Ministro, Luís Montenegro, já cá estaria. Foi aprovado em setembro, um milhão e setenta e cinco mil euros para tal.*-----

*Agora, nova sessão com a trapalhada dos 60%. Reforço a pergunta do colega da Iniciativa Liberal e os outros três milhões e quinhentos mil euros?-----*

*Por outro lado, o Tribunal de Contas refere na alínea b) do ponto n.º 1 que “o empréstimo em análise titula a transmissão de uma dívida do Estado para o Município de Lamego”. Está claro, clarinho. Só falta estar sublinhado.-----*

*Então, vinte anos de experiência e não sabiam da percentagem possível do empréstimo?-----*

*Parece-me que o maior problema e que ainda ninguém focou, é que, se o Estado paga qual é a pressa? Quem foram os grandes prejudicados? Deviam estar hoje a reclamar, porque não tiveram as mesmas condições que todas as outras crianças do concelho e talvez do país inteiro.-----*

*Portanto, os grandes prejudicados, que não tiveram as mesmas condições de aprendizagem, foram as nossas crianças e os nossos jovens. Mas eles demonstraram que são fortes, que são competentes, não foi por isso que deixaram de entrar nos cursos superiores. Eles sim, tinham o direito de reclamar.-----*

*Então se as nossas crianças, as grandes prejudicadas, esperaram vinte anos, qual é a pressa? Vamos hipotecar o Município por um ano, um ano e meio?-----*

*As crianças aguentam bem, já nos disseram que sim. O que este Executivo tinha que prejudicar, já prejudicou. Portanto, não vamos agora prejudicar o concelho com uma taxa tão elevada de financiamento.-----*

*O problema é apenas este. Já não vamos estar a disputar a camisola amarela, nem o segundo lugar, vamos atrás do carro da vassoura, logo, não é prudente hipotecar o concelho por um ano, ou ano e meio, sem necessidade. Vamos esperar!-----*

*O CHEGA é a favor das escolas, das melhores condições para as nossas crianças, mas entende que o concelho não irá ter possibilidades a curto prazo, porque a nossa taxa de capacidade de endividamento vai ser necessária para o que aí vem, e não temos obrigação nenhuma de substituir o Estado.-----*

*O senhor Luís Montenegro é pessoa de bem, ele vai dar-nos o dinheiro, que não demore tanto tempo como demorou a apresentação dos documentos no caso Spinumviva, mas ele vai chegar.-----*

*O grande problema é este, esperar quinze anos ou esperar dezasseis.-----*

*O CHEGA é a favor das escolas, mas prefere esperar dezasseis anos, do que hipotecar o concelho, por um ano. Porque, como disse, o nosso Primeiro Ministro é pessoa de bem, mas se faltar à palavra, os habitantes de Lamego vão, certamente, reformular o voto nas próximas eleições”.-----*

**Interveio o membro José Manuel Lourenço Correia para dizer o seguinte:-----**

*“É verdade, este é um assunto difícil que só as pessoas com capacidade vão conseguir resolver. Acredito nisso. Já foi assim com o Pavilhão Multiusos e vai ser agora também.-----*

Como já foi bem explicado, este é um processo que nasce, primeiro de um compromisso do Governo do Partido Socialista com a Associação Nacional dos Municípios Portugueses. Depois, com a possibilidade de ser financiado pelo PRR.-----  
A vida continuou, mudaram-se alguns pressupostos. Entretanto, surgiu a informação credível de que haveria também uma compensação do empréstimo BEI.-----  
No entanto, nada disto se verificou, e obriga-nos a reajustar e a reorganizar, é isso que fazem os instrutores. Reorganizam-se e seguem em frente.-----  
Foi preciso fazer um ajustamento, é para isso que serve o Tribunal de Contas, não há desmérito absolutamente nenhum.-----  
Tínhamos três pressupostos de partida, Governo do Partido Socialista, PRR e BEI. Nenhum correspondeu à legítima expectativa inicial, então há que reajustar. Reajustámos e o Tribunal de Contas disse que era preciso reajustar também o valor. Portanto, nada de anormal num processo democrático e num processo de construção de projetos difíceis.-----  
É fácil reconhecer e concordar que o futuro são as nossas crianças, que a comunidade escolar é muito bem vista. Todos gostamos muito dos professores e das crianças. Mas não gostamos que a água caia nos corredores e nas salas de aula.-----  
Portanto, não é uma questão de mais um ano ou menos de um ano, é que já cai água dentro dos edifícios escolares. Nesse sentido, parabênizo a Iniciativa Liberal pela sua visão do problema.-----  
Há, realmente, um conjunto de explicações e de reajustamentos que será necessário fazer, mas há um bem maior para o qual estamos a obrigados a contribuir.-----  
Não temos que ter medo do Tribunal de Contas, temos que respeitar o Tribunal de Contas e vai ser respeitado.-----  
A realização da obra não está em causa, temos apenas que cumprir a ordem do Tribunal de Contas.-----  
Portanto, o Executivo corrigiu o processo, respeitou integralmente o controlo do Tribunal de Contas, ajustou os montantes para não ultrapassar os limites legais e manteve o objetivo estratégico da obra. É o processo de criação das coisas difíceis.----  
Apesar destas dificuldades, o importante é acreditarmos que o processo vai chegar a bom porto.-----  
Acreditarmos que este Executivo será capaz de fazer os reajustamentos necessários, será capaz de realizar os procedimentos necessários, de acordo com o que é necessário fazer, nomeadamente o enquadramento orçamental e, por isso, votaremos, naturalmente, a favor, porque também somos a favor das crianças, dos professores, da comunidade escolar e do futuro de Lamego”.-----  
Tomou a palavra o senhor **Presidente da Câmara** para prestar mais alguns esclarecimentos:-----  
“Impõe-se clarificar algumas questões.-----

*Relativamente ao planeamento, ou à falta dele, é muito fácil de perceber, tivesse o Governo Socialista cumprido a sua palavra, quando afirmou que as obras das escolas que não fossem financiadas pelo PRR ou por fundos comunitários do Portugal 2030, seriam financiados pelo empréstimo BEI e tivesse colocado o empréstimo BEI a concurso, em abril de 2023, quanto transferiu esta responsabilidade para as câmaras. Se assim fosse, não estaríamos a discutir este assunto.-----*

*O que aconteceu é que o Governo Socialista não o fez, o primeiro Governo da Coligação também não o fez, e só em outubro passado é que o empréstimo BEI foi colocado a concurso, com data de término de 30 de junho de 2026.-----*

*Entretanto, fizemos o que nos competia. Em abril de 2023, quando recebemos as competências, fizemos levantamentos, fizemos o projeto, fizemos a revisão do projeto, lançamos o concurso. Tivemos concursos desertos, repetimos o concurso. Fizemos a candidatura ao PRR.-----*

*O contrato de financiamento do PRR para a Escola EB 2,3, tal como dizia na tarja, e a tarja está lá porque tem que estar, foi assinado no dia 23 de dezembro de 2024, dezoito meses e sete dias antes de terminar o prazo do PRR, em 30 de junho de 2026. Este é que é o problema.-----*

*Quando mandámos o contrato de empreitada ao Tribunal de Contas, já não tínhamos prazo para executar a obra nos dezoito meses, até 30 de junho de 2026. Este é, então, o problema crítico que temos em mão.-----*

*Foi uma luta contra o tempo, sendo que, antes de termos financiamento aprovado no PRR, antes de sair o concurso para o empréstimo BEI, a Câmara de Lamego fez o projeto, fez a revisão do projeto, fez os estudos geotécnicos, lançou os concursos, tem centenas de horas gastas em apreciação de projetos, na preparação de procedimentos concursais, na apreciação de propostas, na elaboração de candidaturas que importam em cerca de quatrocentos mil euros.-----*

*Portanto, há uma dívida do Governo em relação à Câmara de Lamego, quer o Tribunal de Contas entenda ou não. O Governo deve à Câmara de Lamego o dinheiro que esta já investiu neste processo. E deve também o dinheiro que vamos gastar na obra. Porque essa foi uma responsabilidade assumida pelo Governo e que vai cumprir. Vai cumprir de uma maneira ou de outra.-----*

*Portanto, não há por parte da Câmara, nenhuma falha de planeamento, muito pelo contrário. Por exemplo, em relação ao Centro de Saúde, no dia em que fui à CCDD - Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional assinar o acordo com o PRR, para a realização do Centro de Saúde, a obra já estava adjudicada.-----*

*É evidente que não podia enviar a obra ao Tribunal de Contas sem ter o contrato de financiamento aprovado, pois o Tribunal de Contas faria, exatamente, o que fez neste processo. Iria devolver o contrato argumentando que sem financiamento não podíamos fazer a obra.-----*

*Qual é o problema de assumir, e faço-o de uma forma consciente, que o montante desta obra não vai ser uma dívida da Câmara, vai ser uma dívida do Governo.-----*

*Quando o Governo nos transferiu a escola a precisar de obras e com o compromisso de as pagar, assumiu connosco uma responsabilidade, assumiu uma dívida. A letra da lei pode não dizer isso, mas todos compreendem o significado da expressão popular “atirar o barro à parede”.-----*

*Se não dissesse isto ao Tribunal de Contas, e assumo a minha responsabilidade independentemente do parecer dos serviços técnicos da autarquia, se não dissesse ao Tribunal de Contas para aprovar este empréstimo, porque este empréstimo é para pagar uma obra, que é uma responsabilidade do Estado perante o Município, e portanto é uma dívida deles para connosco, não estaria a cumprir bem a minha função.-----*

*O senhor deputado José Alexandre de Carvalho afirmou que temos tempo. Claro que temos. Temos o tempo todo!-----*

*Se as crianças estão numa escola onde chove, porque há salas que têm pelo menos três baldes para apanhar os pingos da chuva, se não têm condições de acessos, se não têm um equipamento desportivo decente, se não têm um recreio onde possam estar e se o Governo se comprometeu a dar ao Município o dinheiro necessário para fazer a correção dessas deficiências, só temos duas hipóteses, ou obrigamos o Governo a cumprir essa obrigação ou assumimos essa responsabilidade.-----*

*Porque todas as outras escolas do concelho, excluindo a de Cambres que tem uma condicionante diferente, estão reabilitadas.-----*

*Temos uma rede escolar que, relativamente aos concelhos vizinhos e outros concelhos da região não nos envergonha, porque cumpre muito bem o seu papel essencial que é ensinar e esse é o principal objetivo de todos estes investimentos. Portanto, não tenho qualquer problema em assumir que mandámos ao Tribunal de Conta um empréstimo da totalidade de um montante que o Governo deve ao Município de Lamego, dizendo que era uma dívida do Governo.-----*

*O Tribunal de Contas não teve esse entendimento, recomendou o ajustamento do valor do empréstimo e estamos a fazê-lo.-----*

*A questão é onde vamos buscar do dinheiro remanescente. Primeiro, a duração da empreitada é de 18 meses, se a empreitada arrançar no terreno em fevereiro, por exemplo, irá acabar em agosto de 2027. Até agosto de 2026, cumprindo o Governo a palavra de ter as candidaturas ao empréstimo do Banco Europeu de Investimento, aprovadas, teremos metade da obra realizada e não precisaríamos os mais de quatro a cinco milhões de euros, este montante era suficiente.-----*

*Mas vamos supor que o desenrolar da obra é muito bom, e que conseguimos executar mais até agosto do próximo ano, antes de termos o empréstimo BEI. De seguida vamos por à consideração da Assembleia Municipal um empréstimo de Tesouraria de dois milhões de euros.-----*

No ano passado contraímos esse empréstimo de Tesouraria e não precisámos de usar um único euro. Este ano se precisarmos, iremos usar esse empréstimo de Tesouraria, é bem possível que venhamos a necessitar.-----

Está a decorrer a construção do Centro de Saúde, a Habitação Social, espero que a Escola EB 2,3, um conjunto de obras de infraestruturas, o Museu de Lamego, um milhão e setecentos e cinquenta mil euros de pavimentações, para as quais também contraímos empréstimo. Portanto, se necessitarmos de gestão de tesouraria, iremos recorrer a esse empréstimo de dois milhões de euros, ao contrário do que fizemos neste ano que agora acaba, em 2025.-----

Temos duas soluções muito simples, a primeira era esperar, mas não esperamos.----- Não esperamos, porque se começámos a trabalhar neste processo desde o primeiro dia em que recebemos as competências, é para o levar até ao fim, sem mais interregnos, do que aqueles a que o Governo, e as instituições que dele dependem, já nos obrigam. Da nossa parte, este processo não pára.-----

Segundo, temos contratos assinados. Estes contratos têm condições e cláusulas de revisão de preços. Estamos, eventualmente, a pagar pelo tempo que está a decorrer e que o empreiteiro tem direito à revisão de preços.-----

Terceiro, costuma dizer-se, “candeia que vai à frente alumia duas vezes”. Seguimos sempre este princípio no aproveitamento de fundos comunitários.-----

Quando há uma oportunidade, somos os primeiros, pelo menos procurámos sê-lo, a identificá-la e a apresentar projetos e candidaturas. Fizemo-lo atempadamente, não tivemos resposta adequada da parte da Administração Central, primeiro PRR, agora o empréstimo BEI, mas não vamos parar, nem desistir até concretizar estas duas obras.

Para a Escola Secundária da Sé, não temos, nesta altura, solução. Mas pode ser que até à sessão da Assembleia Municipal de fevereiro, ou à de abril, surja alguma solução e que a apresentar para a vossa apreciação.-----

Neste momento, em relação à Escola EB/2,3, esta é a solução que temos, é uma solução que não põe em causa quaisquer outras responsabilidades do Município, por ser, como disse, temporária e ficar liquidada logo que o empréstimo BEI seja aprovado.-----

Portanto, não há qualquer receio ou não deve haver qualquer receio, por parte dos senhores deputados municipais em aprovar este empréstimo”.-----

O senhor **Presidente da Assembleia** informou que estavam trinta e sete membros presentes na sala.-----

**Deliberação:** Aprovada, por maioria, com vinte e sete votos a favor dos seguintes membros da Assembleia Municipal:-----

Do Grupo Municipal da Coligação “Todos Juntos por Lamego PPD/PSD.CDS-PP”, Fernando Jorge Pereira Lobão, Presidente da Assembleia, Manuel Monteiro Afonso, Maria Liliana dos Santos Monteiro Ribeiro, José Manuel Lourenço Correia, Edgar André Almeida Fernandes, Maria do Sameiro Morais Rodrigues Gregório, Carlos

Manuel Almeida Loureiro, Marco Aurélio Fonseca Oliveira, Teresa Maria Correia Pina Rodrigues, Joaquim Cardoso Vieira, Germano Correia Ribeiro, Wilson Miguel Lima Teixeira, Augusto Manuel Pereira da Conceição, Teresa Maria Fernandes Cardoso Fonseca, Mário Filipe de Almeida Faustino, Paulo Henrique Almeida Loureiro, André do Carmo Teixeira, Carlos Manuel Pereira Rodrigues, Arcílio Jorge de Sousa Lamelas e Sérgio Pedro da Rua Capela;-----

Do Grupo Municipal do Partido Socialista, Nuno Miguel Lázaro Gonçalves, Cláudia Cristina de Almeida Gomes Azevedo, Manuel Varanda Pinto Rodrigues e João Paulo Alves Seixas;-----

Do Grupo Municipal da Iniciativa Liberal, Gonçalo Costa Almeida e Hugo Alexandre Oliveira da Silva;-----

Do Presidente da Junta de Freguesia de Samodães, José Miguel Melo Pereira.-----

Com oito votos contra:-----

Dos membros do Grupo Municipal do Partido Socialista, António Manuel Marques Luís, Sofia Alexandra Correia Pereira, Nuno Romeu Cardoso Sequeira, Vasco Paulo Osório Seabra Paiva, Vítor Manuel Rodrigues Paulo, Vítor Nuno Gomes dos Santos e Marta Luísa da Costa Rodrigues dos Santos;-----

Com três abstenções:-----

Do Grupo Municipal do Partido Socialista, Sara Daniela Pereira Rodrigues e Bernardo Manuel Taveira Xavier;-----

Do Grupo Municipal do CHEGA, José Alexandre de Carvalho.-----

Ausentes os seguintes membros: Rosa Maria Pires Monteiro Moutinho e Leandro Baiorte Pinto.-----

**3.6.-ASSUNTO:** APRECIACÃO E VOTAÇÃO DA PROPOSTA DE CONTRATAÇÃO DE EMPRÉSTIMO DE CURTO PRAZO, ATÉ 2.000.000,00€ - APOIO À TESOURARIA (NOS TERMOS DO N.º 1 DO ARTIGO 50º DA LEI N.º 73/2013, DE 03 DE SETEMBRO) – EXECUÇÃO ORÇAMENTAL EXERCÍCIO 2026-----

Presente a proposta de deliberação da Câmara Municipal, que submete à apreciação da Assembleia Municipal a autorização para a abertura do procedimento de contratação de um empréstimo de curto prazo, a contrair durante o ano de 2026, destinado a ocorrer a dificuldades de tesouraria, no montante máximo de 2.000.000,00€ (dois milhões de euros).-----

Nos termos do n.º 5 do artigo 49.º da Lei n.º 73/2013, de 3 de setembro, deverá ser efetuada a consulta a, pelo menos, três instituições bancárias, devendo o procedimento ser acompanhado da respetiva demonstração da consulta, da informação sobre as condições praticadas quando esta tiver sido prestada, bem como de mapa demonstrativo da capacidade de endividamento do município.-----

O regime de crédito dos municípios encontra-se regulamentado nos artigos 49.º a 51.º da Lei n.º 73/2013, de 3 de setembro, que aprova o Regime Financeiro das Autarquias Locais e das Entidades Intermunicipais. Nos termos deste regime, os municípios

podem contrair empréstimos, incluindo aberturas de crédito, junto de instituições legalmente habilitadas à concessão de crédito.-----

De acordo com a lei, os empréstimos de curto prazo destinam-se exclusivamente a fazer face a dificuldades de tesouraria, enquanto os empréstimos de médio e longo prazo se destinam à realização de investimentos ou à aplicação dos mecanismos de recuperação financeira municipal.-----

O n.º 1 do artigo 50.º da Lei n.º 73/2013 consagra o financiamento bancário de curto prazo como instrumento adequado para responder a constrangimentos de tesouraria, estabelecendo ainda que estes empréstimos devem ser integralmente amortizados até ao final do exercício económico em que forem contratados.-----

Atenta esta disposição legal, os financiamentos de curto prazo não relevam para o stock da dívida municipal no final do ano, uma vez que devem estar totalmente amortizados nesse momento. O seu montante deve, assim, ser fixado tendo em consideração a sazonalidade da receita, os períodos de maior pressão sobre a tesouraria e os montantes exigíveis em cada momento, salvaguardando sempre a existência de meios suficientes para a liquidação integral do crédito dentro do exercício económico.-----

Por fim, e sem prejuízo do disposto no n.º 5 do artigo 49.º da Lei n.º 73/2013, a aprovação de empréstimos de curto prazo pode ser deliberada pela Assembleia Municipal na sessão anual de aprovação do orçamento, abrangendo todos os empréstimos desta natureza que o município venha a contrair durante o período de vigência do mesmo.-----

Usou da palavra o senhor **Presidente da Câmara** para apresentar o assunto:-----

*“Trata-se da contração de um empréstimo de curto prazo, para responder a necessidades de Tesouraria.-----*

*Necessidades como aquelas que se verificavam, por exemplo, até ontem, em tivemos uma transferência de um milhão e cem mil euros de PRR, relativa à Habitação Social, faturas essas que já estavam pagas e cujo pagamento já havia sido reclamado junto do Instituto da Habitação e da Reabilitação Urbana (IHRU) há vários meses.-----*

*Este empréstimo é para a eventualidade da entrada do financiamento previsto para alguma obra ou atividade do Município, não chegar atempadamente e a Tesouraria não conseguir suprir essas falhas ou atrasos.-----*

*Nesse sentido, trata-se de um empréstimo apenas para esse fim, que tem que ser reembolsado, obrigatoriamente, até 31 de dezembro do ano em curso, ou seja, para o exercício de 2026, até 31 de dezembro de 2026.-----*

*É uma prática habitual, é uma margem de flexibilidade para uma gestão rigorosa da nossa Tesouraria, e sobretudo, para o cumprimento de responsabilidades, para com os nossos fornecedores e empreiteiros, em prazos atempados e legais e só recorreremos à mobilização deste empréstimo, se for absolutamente necessário.-----*

*Nesse sentido, proponho a sua aprovação”.-----*

Tomou a palavra o membro **António Manuel Marques Luís** para fazer a seguinte intervenção:-----

*“A propósito dos ficheiros em excel, gostaria de lançar também um desafio ao senhor deputado José Manuel Correia. Peça a um jovem que construa uma folha de excel, para saber quantas vezes de abstém ou vota contra as propostas da Assembleia Municipal.-----*

*O senhor deputado tem que se habituar ao contraditório, existe o poder, existe a oposição, cada um tem a sua opinião, é um princípio fundamental do Estado de Direito e é para respeitar.-----*

*Estamos aqui, respeitamos a vossa posição, exigimos o mesmo respeito para com a nossa posição.-----*

*Dizer também ao senhor deputado José Manuel Correia que deve começar a ler todos os documentos e não apenas aqueles que lhe interessam. Nesse sentido, sugeria que lesse da informação n.º 7291, da Divisão de Finanças e Património, datada de 12 de novembro de 2025.-----*

*No ponto n.º 4 e n.º 5 da citada informação é referido o seguinte: “Por outro lado, é conhecida a situação financeira do Município, em que, é imperativo implementar de um plano de maximização de receita e contenção da despesa que resulte na diminuição abrupta da mesma, o que, tendencialmente, se tem verificado o contrário, a despesa aumentou e as dificuldades de tesouraria aumentam;-----*

*Em análise, a proposta de orçamento para 2026, vislumbra cenário idêntico, com uma agravante, que se pretende dar início e concluir projetos cofinanciados, obrigando um esforço de tesouraria muito grande, bem como, o pagamento da despesa corrente fixa e permanente, que ascende a 30 milhões de euros.-----*

*Portanto, anuncia-se um ano 2026 muito difícil no quadro financeiro. Adverte-se, uma vez mais, o Executivo, dos problemas financeiros estruturais do Município, com a despesa corrente a aumentar, nomeadamente o capítulo do Pessoal e Bens e Serviços sem para o qual tenha a compensação do lado da receita, não sendo por isso, sustentável para as finanças públicas do Município, pelo que, recomenda-se, urgentemente, que o órgão executivo e deliberativo encontrem entendimento sobre a estratégia financeira a seguir nos próximos anos, para garantir cumprimento atempado dos compromissos do Município e, muito importante, a sustentabilidade das finanças.-----*

*Ora, sobre esta matéria verifica-se que, mesmo corrigindo as dificuldades de Tesouraria de curto prazo, será necessário rever toda a despesa, com especial foco na despesa corrente, para não se verificarem desequilíbrios tesouraria estrutural”.-----*

*Aliás, muito semelhante é uma informação técnica prestada no ano passado, aquando do pedido de contração de um empréstimo semelhante.-----*

*O passivo exigível ao Município de Lamego em 2024, segundo os dados conhecidos, ocupa o 20.º lugar, entre 96 municípios. A Câmara Municipal de Lamego tem o 20.º maior passivo financeiro, num contexto dos municípios de média dimensão, que são 96.-----*

Nos municípios com maior volume de juros e outros encargos financeiros para de 2024, Lamego ocupa o 8.º lugar, em Municípios de média dimensão, entre 96.-----  
E se em 2024 os juros eram de um milhão e trinta e seis mil euros, em 2025 calcula-se que sejam um milhão e duzentos mil euros e está orçamentado para 2026 um milhão e quatrocentos mil euros.-----  
Sobre esta matéria, infelizmente, não ouvimos ninguém falar, nem ouvimos medidas para conter a despesa estrutural do Município, e é o próprio Departamento de Finanças e Património que afirma ser urgente tomar essas medidas.-----  
Ora bem, depois de ouvida a explicação do senhor Presidente da Câmara, referente à proposta de contratação de um novo empréstimo de curta duração, no valor de dois milhões de euros, importa explicar, de forma simples, aquilo que pensamos.-----  
Este empréstimo, não é uma medida excepcional, como a lei prevê, pelo contrário, repete-se todos os anos, no início de cada exercício.-----  
Isto leva a crer que o Município está ano após ano, a financiar a sua Tesouraria para através de empréstimos sucessivos, criando uma bola de neve financeira. Paga-se um empréstimo, contrata-se outro empréstimo.-----  
Com a atual gestão, esta prática repetida transformou uma solução temporária, que foi para isto que esse mecanismo financeiro foi criado, numa espécie de dívida eterna. Para o ano, virá, provavelmente uma nova proposta de empréstimo destinado a pagar este empréstimo que agora se contrai. Isto contraria totalmente o espírito do regime financeiro das autarquias.-----  
O artigo 50.º da Lei 73.º, de 2013 é claro, os empréstimos de curto prazo servem, apenas, para resolver dificuldades temporárias de Tesouraria. E devem ser pagos até ao final do ano.-----  
Se o Município precisa todos os anos do mesmo empréstimo, então o problema já não é temporário, o que existe é um desequilíbrio permanente na Tesouraria, que não se resolve e que apenas se adia, recorrendo-se a mais crédito.-----  
Isto não é boa gestão financeira, é dependência sistemática de endividamento. Se existisse um planeamento rigoroso com receitas bem previstas, fluxos de caixa atualizados e despesas devidamente calendarizadas, não seria preciso realizar, todos os anos, um empréstimo de dois milhões de euros no orçamento.-----  
Mas, pelo que lemos, a execução orçamental está perigosamente deslizando, há derrapagem nas despesas correntes e há reservas de liquidez financeira. Além disso, mesmo sendo um crédito de curto prazo, que não entra no stock de dívida final, tem custos de juros, custos de comissões e tem custos de encargos administrativos.-----  
Mais grave, transformar este tipo de empréstimos numa rotina anual revela falta de controlo e fragiliza a autarquia.-----  
O Município que só consegue funcionar, recorrendo continuamente ao crédito, fica vulnerável a qualquer imprevisto. Atrás dos fundos comunitários conforme o senhor

*Presidente da Câmara já explicou, quebras de receita, mudanças na Lei ou simples aumentos de taxas de juros.*-----

*Por tudo isto, vemo-nos obrigados a não considerar que esta seja uma boa prática de execução financeira do Município e votaremos contra.*-----

Tomou a palavra o membro **Hugo Alexandre Oliveira da Silva** para fazer a seguinte intervenção:-----

*“Este pedido de autorização para um empréstimo, levanta-nos sérias preocupações políticas e para a Iniciativa Liberal isto é uma linha vermelha.*-----

*O documento que nos é apresentado admite problemas financeiros estruturais, com o aumento da despesa corrente e um ano de 2026 muito difícil do ponto de vista financeiro. Mas, senhor Presidente, não vemos qualquer estratégia para atrair investimento e maximizar receitas.*-----

*Este Executivo mostra-nos que as dificuldades de Tesouraria não são um acidente, mas sim um sintoma de má gestão.*-----

*O Executivo pede autorização para endividamento, mas não apresenta um plano claro de contenção da despesa corrente, que continua a crescer, nomeadamente na área de Pessoal e Serviços.*-----

*Os lamecenses não precisam de empréstimos, precisam de prioridades bem definidas. Lamego não pode parar, era o seu lema, mas parece que Lamego está a patinar. E é por isso, que a Iniciativa Liberal não acompanha esta proposta”.*-----

Tomou a palavra o membro **José Alexandre de Carvalho** para fazer a seguinte intervenção:-----

*“Mais um empréstimo de dois milhões de euros. Empréstimos sobre empréstimos, a quantia do costume também.*-----

*De seguida virá a IV Alteração Orçamental e o Partido CHEGA, em nome dos lamecenses, tem três perguntas para o senhor Presidente da Câmara.*-----

*Nestes últimos quase cinco anos do seu mandato, quantos milhões já teve que pedir para empréstimos de curto prazo nesta Assembleia? Cerca de dez, vinte milhões?-----*

*Hoje dois milhões, e de quantos milhões irá, ainda, precisar para 2026? Peça já tudo senhor Presidente. Vão ser quantos? Quatro? Seis?-----*

*O que leva o Executivo a fazer, sistematicamente, orçamentos que se prevê que não vão ser cumpridos?-----*

*Não venha com a desculpa que são alterações das despesas fixas, a inflação, as dificuldades em arranjar empreiteiros, muitas obras a nível nacional, entre outras.*-----

*Haja mais respeito pela inteligência dos lamecenses. Vamos para vinte anos de governação autárquica, estes acidentes de Tesouraria há muito que não fazem sentido. Neste caso a votação do CHEGA será sempre a mesma, contra.*-----

*Para o Partido CHEGA, que fique claro, apenas aprovaremos empréstimos, que sejam direcionados para obras estruturais nas freguesias, e acima de tudo, que visem resolver diretamente os grandes problemas que o concelho enfrentará a curto e médio*

prazo, a população demasiado envelhecida, fixação dos jovens no concelho e natalidade.-----

Senhor Presidente, aprenda a dar passos de acordo com a “perna do concelho”. São empréstimo a curto prazo, certo, mas há sempre juros a pagar. Estes empréstimos só revelam uma estratégia orçamental débil do seu Executivo, não chega a desculpa dos tempos difíceis, da guerra da Ucrânia, da crise energética, entre outras.-----

Julgamos até que o endividamento do concelho já pouco importará para si. Este será o seu último mandato, e até se diz aí no burgo, que não fará o mandato completo. O que se espera que não aconteça. Os lamecenses votaram em si e para Presidente, não votaram em qualquer Vereador.-----

O CHEGA já não pode impedir que seja o Presidente do Pavilhão Multiusos, mas não deseja que venha também a ser conhecido como o primeiro Presidente desertor do concelho.-----

Terminando, o CHEGA tudo fará para que a viabilidade financeira do concelho não se agrave mais”.-----

Tomou a palavra o membro **José Manuel Lourenço Correia** para fazer a seguinte intervenção:-----

“Começo pelo fim e pelo que referiu o senhor deputado do CHEGA, José Alexandre de Carvalho.-----

Sim, estes empréstimos de Tesouraria e estas alterações modificativas são uma prática corrente de quem faz gere dinheiros públicos, seja do Partido Socialista, seja do Partido Social Democrata, é igual.-----

E porquê? Porque as coisas são dinâmicas e não tem a ver com a guerra. Tem a ver com a prática do dia-a-dia, com as decisões diárias. São verbas que não estão consignadas a projetos, são necessidades de curto prazo de Tesouraria. E, como o senhor Presidente da Câmara referiu, e muito bem, no ano passado o valor deste empréstimo não foi usado.-----

Portanto, não vejo onde esteja o problema, são questões pontuais, de gestão Tesouraria, que todos os governos municipais usam. Seria mau sinal que, durante um ano, não fosse preciso ajustar estas questões da Tesouraria e dos projetos.-----

É tudo tão dinâmico, que não é possível nenhuma Câmara Municipal fazer um planeamento perfeitamente rigoroso, em que conseguia prever, ao cêntimo, quanto vai custar uma obra, quanto vai custar um projeto, quanto vai custar uma viatura para o Município.-----

Portanto, sim, são questões de gestão normal, e neste caso concreto, não vejo problema de maior, porque os empréstimos de curto prazo são ser pagos até ao fim do ano e, como o senhor Presidente da Câmara referiu, o ano passado nem sequer foi usado. Não é por aí que vem o mal ao mundo.-----

A Coligação “Todos Juntos Por Lamego”, considera este empréstimo de dois milhões de euros de apoio à Tesouraria, uma situação perfeitamente normal, de gestão corrente do Município.-----

Em relação à intervenção do senhor deputado Marques Luís, também não estou completamente de acordo, como é lógico.-----

Não quero, de todo, interferir na votação do Grupo Municipal do Partido Socialista, era o que mais faltava! Não estou é desresponsabilizado, nem posso deixar de ter a minha apreciação política, de facto. E o que é facto, é que o Partido Socialista vota, sistematicamente, contra. É uma evidência, estou a ser factual. As Freguesias votaram a favor.-----

A questão que levantou sobre a informação da Divisão de Finanças e Património, também não é nada de novo. Já é uma questão antiga, mas vamos ver o que diz o Relatório de Contas em março.-----

Julgo que todos os lamecenses devem perceber bem isto. Lamego é um município que realiza, que investe, que concretiza quarenta ou cinquenta milhões de euros de investimento, porque é do que estamos a falar, de investimento, não é de despesas correntes.-----

Estamos a falar, essencialmente, de investimento. Um Município que concretiza quarenta ou cinquenta milhões de euros de investimento, tem que ter um passivo, como é evidente.-----

É o 26.º a nível nacional, e quanto é que estamos a investir? Quanto é que os outros municípios estão a investir?-----

Quando comprei a minha casa não a paguei a pronto, fui pagando, tive que fazer um empréstimo, é natural. Sei que a lógica do Município é diferente, mas o que nos pode tranquilizar é que este passivo é claramente decorrente, na sua maioria, de uma questão de investimento.-----

Ainda bem que estamos a investir e, por isso, não concordo com o senhor deputado Hugo Silva, quando diz que Lamego não precisa de empréstimos. Precisa sim! Lamego sem empréstimos, não tem futuro. Temos é que saber geri-los.-----

Não devemos ter medo de fazer empréstimos. Temos é que ter capacidade de os pagar.-----

Que se saiba, apesar da teoria do caos que vem de tempos idos, 2013, 2014, Lamego nunca deixou de honrar os seus compromissos, e esta hein?-----

Tomou a palavra o senhor **Presidente da Câmara** para referir, ainda, o seguinte:-----

“Gostaria de responder às questões suscitadas, de uma forma muito simples.-----

Relativamente ao empréstimo de curto prazo, que estamos a discutir, e respondendo à questão colocada pelo senhor deputado José Alexandre de Carvalho, dizer que é absolutamente irrelevante se aprovamos dois ou dez milhões de euros de empréstimos de curto prazo no mandato. Porquê? Porque não devemos nada de empréstimos de curto prazo.-----

*Em 2024 nem foi utilizado, nos anos anteriores não me lembro. É um instrumento de flexibilidade financeira que o Município necessita, ou de que pode necessitar, e é nesse sentido que é solicitado.-----*

*E em relação à Iniciativa Liberal, muito lamento dizer que, neste caso, as vossas linhas vermelhas estão colocadas no sítio errado, porque não é aqui que pode estar algum dos problemas que afetam o equilíbrio financeiro da autarquia.-----*

*Não me aflige a situação financeira da autarquia, no momento atual. Todos têm memória de situações vividas no passado em que foi necessário recorrer ao endividamento de forma intensa, para financiar obras e infraestruturas, das quais o Município precisava muito.-----*

*Hoje, felizmente, estamos numa situação um pouco inversa. Temos dinheiro, aprovado em fundos comunitários, mas não conseguimos executar os prazos que queríamos, porque, e não é uma desculpa, é a realidade, a atividade económica da área da construção não reage, em tempo adequado, àquilo que é necessidade de execução dos municípios e do Estado.-----*

*Portanto, precisamos de flexibilidade financeira para responder a várias situações, por exemplo, estamos a reabilitar o edifício da PSP, no âmbito de um contrato interadministrativo, que foi assinado neste Salão Nobre, por mim e pelo, então, Ministro da Administração Interna, que é hoje o líder do Partido Socialista. Ainda não recebemos um euro para financiar aquela obra, que está até subfinanciada.-----*

*Fizemos trabalhos, que decorreram de erros e omissões de projeto, que era da responsabilidade do Ministério da Administração Interna e temos uma 2.ª Fase que não foi incluída e que precisa de reforço.-----*

*Qual é a sugestão do Partido Socialista ou da Iniciativa Liberal? Suspendemos as obras na Divisão da PSP e deixamos a nossa polícia na rua ou continuamos as obras e suportamos o custo da empreitada até sermos reembolsados pelo Ministério da Administração Interna, mesmo que para isso tenhamos que recorrer à utilização do empréstimo de curto prazo?-----*

*Quanto ao equilíbrio financeiro estrutural do Município, ou à falta dele, aceitamos todas as sugestões da oposição. Digam-nos se devemos cortar na Educação, se não precisamos, por exemplo, de contratar sete cozinheiras, que estão no Mapa de Pessoal e não damos as refeições às crianças. Isso é uma solução? Claro que não é. Mas haverá outras áreas no setor da Educação onde possamos cortar? Surgiram. Cortamos na Cultura? Estamos a fazer obras no Museu de Lamego, também através de um protocolo com o Ministério da Cultura. Estamos a substituir-nos ao Estado, é verdade, mas devíamos perder a oportunidade de reabilitar o nosso Museu, um projeto que tem, seguramente, vinte anos e que tem vindo a ser executado aos bocadinhos? Devíamos perder essa oportunidade? Ou então devíamos cortar nas transferências para as Juntas de Freguesia, por exemplo, ou para os clubes e coletividades? Ou*

devemos suspender a pavimentação de estradas? Temos um concurso a meio. Adjudicámos em abril, mas as obras não andaram ao ritmo que era necessário.-----  
O adjudicatário tinha outras obras para fazer e a situação complicou-se, mas podemos ainda suspender. Pedimos um empréstimo de um milhão e setecentos e cinquenta mil euros para essa obra, que teve, de resto, o voto contra do Partido Socialista. Estamos abertos a soluções.-----  
Podemos cortar nos Serviços Urbanos, podemos deixar de fazer a manutenção dos jardins ou podemos alargar a recolha do lixo, pouparíamos muito dinheiro.-----  
Podemos cortar nos transportes públicos, onde gastamos dois milhões de euros, de um orçamento de trinta milhões de euros. Deixamos as crianças em casa? Não as levamos à escola? Reduzimos o Verdinho para apenas uma circulação de manhã e outra à tarde. É disso que estamos a falar? Ou então vamos cortar outra vez a iluminação pública à noite. Já o fiz uma vez, perante a imposição da Troika, podemos fazê-lo novamente, é isso que os senhores deputados querem?-----  
Podemos não fazer também a Habitação Social. A obra de Cambres, porque é num local que teve que ter fundações indiretas, através de estacaria, custa mais do que o valor que vamos receber do PRR. A Câmara vai suportar um diferencial.-----  
Vamos suspender a obra e vamos deixar de a fazer? Ou não a devíamos ter feito? Foi de resto aprovada em reunião de Câmara e nesta Assembleia Municipal.-----  
Portanto, senhores deputados, estamos a falar de um mero instrumento financeiro para utilização, em recurso, se houver problemas de Tesouraria. É disso que estamos a falar e que não merece esta discussão.-----  
Usar este assunto com o equilíbrio financeiro da autarquia e a definição clara das prioridades, onde estamos a gastar o dinheiro dos lamecenses, pode ser feito, mas não na discussão deste ponto, podemos deixá-lo para o seguinte, para as Grandes Opções do Plano e para o Orçamento.”-----  
Tomou a palavra o membro **António Manuel Marques Luís** para solicitar o seguinte esclarecimento:-----  
“O senhor referiu que não tinham usado o empréstimo de curto prazo deste ano, no valor de dois milhões de euros, mas depois também disse, se ouvi bem, que o terá usado para pagar milhão e cem mil euros no atraso de pagamentos do Instituto da Habitação e da Reabilitação Urbana (IHRU), agradecia que me esclarecesse, pois não consegui compreender.”-----  
Tomou a palavra o **Presidente da Câmara** para esclarecer o seguinte:-----  
“Não, o que eu disse foi que o empréstimo de curto prazo servia para situações de falta de liquidez na Tesouraria, para solver situações como aquela que poderia ter acontecido até ontem.-----  
Ontem recebemos um milhão e cem mil euros do PRR relativo a obras na Habitação Social, mas esse valor refere-se a autos de empreitada, que foram pagos ao longo de meses. Fizemo-lo, portanto, com recursos próprios de Tesouraria. Se não tivéssemos

recursos de Tesouraria e tivéssemos que pagar ao empreiteiro para pedir o reembolso ao Instituto da Habitação e da Reabilitação Urbana (IHRU), teríamos que recorrer, obviamente, ao empréstimo de curto prazo.-----

Acrescentei, na explicação seguinte, que o mesmo acontece, por exemplo, com as obras do edifício da PSP, que é uma obra integralmente paga através de um contrato interadministrativo celebrado com o Ministério da Administração Interna, que ainda não nos pagou um cêntimo.-----

Portanto, está o Município, com as suas receitas quotidianas, a suportar uma obra de investimento, que está ser feita na Divisão da PSP.-----

Se no próximo mês ou daqui a três meses não tivermos liquidez para pagar esses e outros autos de empreitada, teremos que recorrer ao empréstimo de curto prazo, sendo que, até ao final do ano temos que o reembolsar, ficando, digamos assim, essa dívida a zero a 31 de dezembro de 2026”.-----

Interveio, novamente, o membro **Gonçalo Costa Almeida** para fazer a seguinte intervenção:-----

“O senhor deputado José Manuel Correia referiu que pediu um empréstimo para fazer a sua casa, mas era o seu dinheiro, não era o dinheiro das pessoas de Lamego.-----

Neste caso concreto estamos a falar do dinheiro das pessoas de Lamego, gostaria de deixar isso bem claro.-----

O senhor Presidente da Câmara ressaltou que as linhas vermelhas estão mal colocadas, mas as palavras que os serviços técnicos escreveram naquele papel, estavam iguais às nossas. Concordam a despesa é demais, que temos que cortar. O senhor Presidente perguntou-nos onde deveríamos cortar, se na Educação, na Cultura ou nas obras.-----

A questão não é cortar em lado nenhum, a questão é gerir bem o dinheiro que temos. Estamos a pedir um empréstimo, porque estamos a gerir mal o dinheiro que temos.----

Pior, não estamos a atrair receita suficiente para estes imprevistos. Não estamos a deixar uma margem para os imprevistos que podem acontecer. E depois o que é que acontece? Pagam, novamente os lamecenses? Pagamos nós? Pagam os nossos filhos, e certamente vão pagar os nossos netos”.-----

Tomou a palavra o **Presidente da Câmara**, para repostar o seguinte:-----

“Só para dizer que é muito afirmar que se deve fazer acompanhar a receita da despesa. Gostaria de perguntar ao deputado Gonçalo Almeida se tem noção de qual foi a percentagem do aumento do salário mínimo de 2021 para 2025 ou qual foi o aumento, por exemplo, da 6.ª posição remuneratória de um Técnico Superior na Administração local.-----

E se lhe disser que o aumento foi de cerca de 25%, provavelmente ficará a pensar que não é fácil fazer a receita subir ao ritmo da despesa, quando a despesa e o seu crescimento não é controlado por nós. Não vamos despedir pessoas, nem o podemos fazer, temos que lhes pagar no fim do mês. A receita é, parcialmente, controlada por

*nós. Aprovámos as taxas dos impostos, com muitas críticas, porque cobrar impostos é pouco simpático, mas a verdade é que é necessário, porque são os lamecenses que pagam os serviços que são prestados pelo Município aos próprios, não há outra forma de o fazer.*-----

*Portanto, temos situações para nos confrontar, mas que iremos ultrapassar, de acordo com os critérios normais e inevitáveis, não apenas com do âmbito do confronto político, mas sobretudo, da gestão realista do dia-a-dia.*-----

*Estamos a olhar para a despesa, principalmente para a que não compressível, que não depende de nós com preocupação, é certo, e isso está traduzido nos documentos da Divisão de Finanças e Património.*-----

*Estamos a olhar para o investimento, como sendo imperativo para o nosso desenvolvimento e não vamos deixar de o fazer. Estamos a olhar para a receita com a prudência necessária, porque não temos nem recursos legais para aumentar impostos, nem receitas suplementares a que recorrer.*-----

*Portanto, estamos a fazer esta gestão, de uma forma muito tranquila, muito serena, dentro dos limiares que a lei nos permite e sem qualquer tipo de preocupação para os lamecenses, essa é a minha garantia*”-----

Intervio, novamente, o membro **Hugo Alexandre Oliveira da Silva** para dizer o seguinte:-----

*“Gostava de salientar o pormenor do senhor deputado da Coligação ter enfatizado o facto da Iniciativa Liberal criticar os empréstimos e não ter focado o seu discurso na forma de sustentar a finanças locais. O meu foco, o nosso foco é a sustentabilidade e o crescimento do Município.*-----

*Senhor Presidente da Câmara, se para sustentar a despesa corrente do Município precisamos de empréstimos consecutivos, é uma linha a ter em conta.*-----

*Não gosta da cor da linha vermelha? Poderia ter sugerido outra cor, concordo consigo! Mas a situação é de suma importância. Não estamos a falar de empréstimos para obras estruturantes e estruturais, estamos a falar de empréstimos para despesas do dia-a-dia, deixo o tema no escrutínio dos lamecenses*”-----

O senhor **Presidente da Assembleia** informou que estavam trinta e sete membros presentes no salão.-----

**Deliberação:** Aprovada, por maioria, com vinte e seis votos a favor dos seguintes membros da Assembleia Municipal:-----

Do Grupo Municipal da Coligação “Todos Juntos por Lamego PPD/PSD.CDS-PP”, Fernando Jorge Pereira Lobão, Presidente da Assembleia, Manuel Monteiro Afonso, Maria Liliana dos Santos Monteiro Ribeiro, José Manuel Lourenço Correia, Edgar André Almeida Fernandes, Maria do Sameiro Morais Rodrigues Gregório, Carlos Manuel Almeida Loureiro, Marco Aurélio Fonseca Oliveira, Teresa Maria Correia Pina Rodrigues, Joaquim Cardoso Vieira, Germano Correia Ribeiro, Wilson Miguel Lima Teixeira, Augusto Manuel Pereira da Conceição, Teresa Maria Fernandes Cardoso

Fonseca, Mário Filipe de Almeida Faustino, Paulo Henrique Almeida Loureiro, André do Carmo Teixeira, Carlos Manuel Pereira Rodrigues, Arcílio Jorge de Sousa Lamelas e Sérgio Pedro da Rua Capela;-----

Do Grupo Municipal do Partido Socialista, Nuno Miguel Lázaro Gonçalves, Cláudia Cristina de Almeida Gomes Azevedo, Manuel Varanda Pinto Rodrigues, Bernardo Manuel Taveira Xavier e João Paulo Alves Seixas;-----

Do Presidente da Junta de Freguesia de Samodães, José Miguel Melo Pereira.-----

Com onze votos contra:-----

Dos membros do Grupo Municipal do Partido Socialista, António Manuel Marques Luís, Sofia Alexandra Correia Pereira, Nuno Romeu Cardoso Sequeira, Sara Daniela Pereira Rodrigues, Vasco Paulo Osório Seabra Paiva, Vítor Manuel Rodrigues Paulo, Vítor Nuno Gomes dos Santos e Marta Luísa da Costa Rodrigues dos Santos;-----

Do Grupo Municipal da Iniciativa Liberal, Gonçalo Costa Almeida e Hugo Alexandre Oliveira da Silva;-----

Do Grupo Municipal do CHEGA, José Alexandre de Carvalho.-----

Ausentes os seguintes membros: Rosa Maria Pires Monteiro Moutinho e Leandro Baiorte Pinto.-----

### **3.7.-ASSUNTO: APRECIÇÃO E VOTAÇÃO DA IV ALTERAÇÃO MODIFICATIVA ORÇAMENTAL 2025**-----

Presente à sessão da Assembleia Municipal a proposta de deliberação da Câmara Municipal, tendo em consideração que da informação do CDFP n.º 987/25 constam os fundamentos que justificam a alteração modificativa ao Orçamento e às GOP 2025, e que compete à Assembleia Municipal, sob proposta da Câmara Municipal, nos termos da alínea a) do n.º 1 do artigo 25.º do Anexo I da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, proceder à respetiva aprovação. Nestes termos, é submetida à apreciação e votação da Assembleia Municipal, nos referidos termos, a IV alteração modificativa orçamental, no montante total de 14.770.000,00€.

Usou da palavra o senhor **Presidente da Câmara** para apresentar o assunto:-----

*“Julgo que proposta é auto-explicativa, trata-se de uma proposta de ajustamento orçamental, tendo em conta projetos que não tiveram execução ou que serão transferidos para o próximo ano económico, no sentido de dar mais realismo àquilo que é a execução orçamental e o orçamento que vai terminar o ano económico.*-----

*Apesar desta redução, estamos perante o maior orçamento do Município e a maior execução orçamental, como teremos ocasião de comprovar, quando em abril apresentarmos a esta Assembleia as contas do exercício de 2025.*-----

*Neste sentido, solicito a sua aprovação.”*-----

Interveio o membro **Nuno Romeu Cardoso Sequeira** para fazer a seguinte intervenção:-----

*“Esta alteração modificativa orçamental apresentada não pode ser analisada como um simples ajuste técnico. Ou seja, estamos perante uma alteração profunda ao*

Orçamento, aprovado no início do ano, que expõe fragilidades graves no planeamento, na execução, e até na credibilidade da gestão financeira do Município.-----

O Orçamento inicialmente aprovado para 2025, ascendia a cerca de setenta e dois milhões de euros, e agora, o Executivo propõe a sua redução para cinquenta e oito milhões de euros.-----

Trata-se de uma diminuição muito significativa, que importa, desde logo, sublinhar e também reforçar politicamente. Estamos a falar de uma redução na ordem dos cerca de quinze milhões de euros num único exercício orçamental, o que por si só, demonstra que o Orçamento inicial estava manifestamente inflacionado. É esta a grande síntese que podemos retirar desta proposta.-----

E também, já agora, conseqüentemente desligada da realidade financeira e operacional do Município.-----

O que temos é um Orçamento sucessivamente ajustado para tentar aproximar os números da execução real, sem nunca assumir a falha estrutural do planeamento que esteve na sua origem.-----

O problema começa, desde logo com o Orçamento inicial, construído com receitas, claramente sobreavaliadas e, não se esqueçam, que a seguir vamos discutir o Orçamento para 2026.-----

Estamos a falar de vendas de património que não se concretizaram, de fundos comunitários que não estavam garantidos e de operações de financiamento, que nunca chegaram a existir.-----

Estes orçamentos inflacionados não são apenas um erro técnico inocente. São uma opção política, que cria uma aparência de robustez financeira, que a execução acaba por desmentir, de forma inevitável.-----

Quando essa forma desadequada se torna impossível de esconder, recorre-se a sucessivas alterações orçamentais, ou modificações, e a verdadeiras engenharias financeiras para ajustar os números à realidade.-----

É, então, neste contexto que nos aparece este presente de Natal, que é a IV Alteração Modificativa. Não para melhorar a execução, não para corrigir o planeamento, mas essencialmente para camuflar uma baixa taxa de execução orçamental.-----

Trata-se de uma operação que poderemos chamar de “maquilhagem contabilística”, que procura reduzir artificialmente a distância entre o Orçamento e a execução, melhorando percentagens e indicadores, mas sem resolver o problema de fundo.-----

O problema não é a alteração em si, o problema é aquilo que a alteração nos revela.--

Importa, ainda, recordar o enquadramento legal aplicável, a Lei 63/2013, no seu artigo 56º, estabelece limites e regras claras em matérias de endividamento e de equilíbrio orçamental, impondo prudência, rigor e sustentabilidade na gestão financeira das autarquias.-----

Ou seja, orçamentos irrealistas, sistematicamente corrigidos a posteriori, colocam em causa estes princípios e fragilizam a transparência da gestão municipal.-----

*Esta alteração surge, aliás, numa fase final do ano, como todos sabemos, o que reforça a percepção de que o seu objetivo principal é ajustar formalmente o Orçamento, para evitar incumprimentos legais, para pagar receitas que nunca existiram e para melhorar artificialmente a taxa de execução. Não é, de facto, uma prática saudável, nem compatível com uma gestão responsável daquilo que são os contributos dos contribuintes.*-----

*O Partido Socialista não ignora que os orçamentos devem ser ajustados, mas defende que apenas devem ser concretizados quando a realidade assim o exige.*-----

*Ajustar não é corrigir erros estruturais, cometidos de forma reiterada. Um Orçamento bem gerido não precisa de cortes desta dimensão, a poucas semanas do final do exercício, do final deste ano. Precisa, sim, de realismo à partida, de acompanhamento rigoroso e de capacidade efetiva de execução.*-----

*Em suma, esta Alteração Modificativa, a quarta neste exercício, mas confirma três factos políticos incontornáveis:*-----

- 1. O Orçamento inicial estava inflacionado e não era exequível;*-----
- 2. A taxa de execução orçamental é baixa e revela incapacidade de concretizar aquilo que foi prometido;*-----
- 3. Esta alteração serve, essencialmente, para disfarçar a realidade, através de ajustes contabilísticos e não através de uma mudança responsável de forma de gerir o nosso Orçamento municipal.*-----

*Por razões de rigor financeiro, de responsabilidade política, o Partido Socialista não pode acompanhar esta proposta e por isso o nosso voto será contra.*”-----

Tomou a palavra o membro **José Manuel Lourenço Correia** para fazer a seguinte intervenção:-----

*“Percebo este discurso rebuscado e até pungente do senhor deputado Romeu Sequeira, mas temos que olhar para este assunto com alguma racionalidade, como é evidente, porque estamos a falar de temas importantes para os lamecenses.*-----

*Não sou perito nesta matéria, interessa-me mais esta perspetiva política de interpretação global. Os números é que são verdadeiramente importantes, os técnicos depois hão-de reparar nas vírgulas.*-----

*Admitindo que a execução possa ser baixa, parece-me que o senhor deputado Romeu Sequeira esteve desatento este tempo todo.*-----

*Realmente, o discurso político pode discordar, mas há evidências, há obras com investimentos significativos. No entanto, o facto de alguns concursos ficarem desertos, não se pode controlar. Não há trabalhadores para fazer as obras, mas não é só em Lamego que isso acontece, é em todo o país.*-----

*Esta vantagem do PRR trouxe uma desconjuntura do tecido laboral, nomeadamente, no que diz respeito às obras que são executadas. Portanto, os tempos, os concursos e os custos foram claramente alterados.*-----

Portanto, é muito natural que numa verba desta natureza, de muitos milhões, é natural, e o senhor Presidente da Câmara já o referiu, que algumas obras não tenham sido executadas.-----

Mas, vamos por partes. Esta Alteração é a quarta, porque a quantidade de trabalho e de dinheiro envolvido é muito maior, do que foi, por exemplo, no tempo do Partido Socialista. É perfeitamente perceptível o motivo pelo qual foi preciso fazer estas quatro Alterações Modificativas, foi necessário fazer um ajustamento e este ajustamento é uma realidade assumida.-----

A Alteração resulta de uma reprogramação física e financeira das obras com financiamento comunitário, de despesas inicialmente previstas, que não se executaram em 2025, já falámos em algumas e de receitas cobradas acima do previsto, nalguns itens.-----

Portanto, a lei não limita o número de Alterações Orçamentais, sendo estas uma competência normal do Executivo. Em termos simples, para todos entendermos, o Orçamento é ajustado para refletir o que realmente é executado em 2025, mantendo os projetos vivos nos anos seguintes.-----

É uma prática discutível? Admitamos. Há municípios que não a fazem? Desconheço. Esta Alteração não aumenta a despesa, não cria nova dívida, reduz o volume orçamental para alinhar com a execução real. Isto é uma gestão responsável.-----

Um Executivo frágil mantém números irrealistas, mas este, que não é frágil, tem a capacidade e hombridade de reconhecer que estes números precisam de ser corrigidos. E foi isso que foi feito. São procedimentos normais de quem gere situações difíceis.-----

Há também outro aspeto importante que se chama transparência orçamental. A oposição pode não gostar, mas este é um processo de transparência orçamental. Assume-se publicamente o que não se executou em 2025, ajusta-se o Orçamento e submete-se a alteração à Assembleia Municipal, reforçando a credibilidade política e financeira do Município.-----

O Partido Socialista ou não percebe como funciona um orçamento plurianual ou faz de conta que não percebe, por conveniência política, por isso é que vai votar contra”.-----

Interveio o membro **José Alexandre de Carvalho** para fazer a seguinte intervenção:--

“O senhor deputado Romeu Sequeira está admirado? Puxe pela máquina de calcular. Então vejamos, eram três milhões e quinhentos mil euros para a obra da Penajóia. O senhor Presidente da Câmara conseguiu um orçamento de três milhões e cem mil euros, quatrocentos mil euros de lucro. O dinheiro também não aquece nas mãos, disse logo que eram para a obra de Cambres, nada!-----

Some aí, Centros Cívicos para iniciar eram três, ponha aí mais uns milhões, depressa chegamos aos vinte milhões de euros. Os Centros Cívicos das Junta de Freguesia, que ainda não estão iniciados, como o de Valdigem, mais cento e quarenta mil euros de entrada... se calhar não haver nada para ninguém.-----

*Taxas de execução baixíssimas, a Escola EB 2/3, mais três anos, no fim do ano já devia estar iniciada, faltam aqui três milhões e meio de euros, já somou? Tenho dito”.*

Interveio o senhor **Presidente da Câmara** para esclarecer o seguinte:-----

*“Agradeço este exercício aritmético ao senhor deputado José Alexandre de Carvalho. De facto, disse que a proposta era auto-explicativa, admitindo que todos a tinham lido e feito as contas. Mas não o fizeram.-----*

*Eu ajudo. Se olharem para a rubrica 07010305 – Escolas, verão que, de um total de 8.135.851,75€, estamos a propor a diminuição de 7.790.000,00€. A diferença de 345.851,75€ corresponde aos tais projetos que o Município assumiu e pagou, e que é uma dívida que o Governo tem para connosco. O resto não foi, ainda, executado, será transferido para o próximo ano.-----*

*Portanto, como disse o senhor deputado José Manuel Correia, trata-se de uma mera operação de ajustamento financeiro do Orçamento a uma realidade física e orçamental, que não tem qualquer segredo, nem qualquer truque.-----*

*Há contudo uma questão, que o senhor deputado Romeu Sequeira referiu, relativamente a vendas de património. Já não estamos no tempo em que este edifício estava inscrito para vender em sucessivos orçamentos, porque era a única maneira de inflacionar o Orçamento e ter receita, que não existia, para equilibrar receita e despesa, já não estamos nesse tempo. Nem estamos no tempo, em que, o Executivo Socialista vendeu apartamentos T4 por sessenta mil euros, quando estamos atualmente a pagar mais de cem mil euros por apartamentos T1 e T2, construídos de raiz e com eficiência energética máxima.-----*

*São também estes erros que pagamos, mas que não cometemos.”-----*

O senhor **Presidente da Assembleia** informou que estavam trinta e sete membros presentes no salão.-----

**Deliberação:** Aprovada, por maioria, com vinte e seis votos a favor dos seguintes membros da Assembleia Municipal:-----

Do Grupo Municipal da Coligação “Todos Juntos por Lamego PPD/PSD.CDS-PP”, Fernando Jorge Pereira Lobão, Presidente da Assembleia, Manuel Monteiro Afonso, Maria Liliana dos Santos Monteiro Ribeiro, José Manuel Lourenço Correia, Edgar André Almeida Fernandes, Maria do Sameiro Morais Rodrigues Gregório, Carlos Manuel Almeida Loureiro, Marco Aurélio Fonseca Oliveira, Teresa Maria Correia Pina Rodrigues, Joaquim Cardoso Vieira, Germano Correia Ribeiro, Wilson Miguel Lima Teixeira, Augusto Manuel Pereira da Conceição, Teresa Maria Fernandes Cardoso Fonseca, Mário Filipe de Almeida Faustino, Paulo Henrique Almeida Loureiro, André do Carmo Teixeira, Carlos Manuel Pereira Rodrigues, Arcílio Jorge de Sousa Lamelas e Sérgio Pedro da Rua Capela;-----

Do Grupo Municipal do Partido Socialista, Nuno Miguel Lázaro Gonçalves, Cláudia Cristina de Almeida Gomes Azevedo, Manuel Varanda Pinto Rodrigues, Bernardo Manuel Taveira Xavier e João Paulo Alves Seixas;-----

Do Presidente da Junta de Freguesia de Samodães, José Miguel Melo Pereira.-----

Com nove votos contra:-----

Dos membros do Grupo Municipal do Partido Socialista, António Manuel Marques Luís, Sofia Alexandra Correia Pereira, Nuno Romeu Cardoso Sequeira, Sara Daniela Pereira Rodrigues, Vasco Paulo Osório Seabra Paiva, Vítor Manuel Rodrigues Paulo, Vítor Nuno Gomes dos Santos e Marta Luísa da Costa Rodrigues dos Santos;-----

Do Grupo Municipal do CHEGA, José Alexandre de Carvalho.-----

Com duas abstenções:-----

Do Grupo Municipal da Iniciativa Liberal, Gonçalo Costa Almeida e Hugo Alexandre Oliveira da Silva;-----

Ausentes os seguintes membros: Rosa Maria Pires Monteiro Moutinho e Leandro Baiorte Pinto.-----

### **3.8.-ASSUNTO: APRECIACÃO E VOTAÇÃO DAS GRANDES OPÇÕES DO PLANO E ORÇAMENTO PARA O ANO ECONÓMICO 2026-2030-----**

Presente à sessão da Assembleia Municipal a proposta de deliberação da Câmara Municipal, do seguinte teor:-----

“Considerando que:-----

1. Compete à Câmara Municipal elaborar e submeter à aprovação da Assembleia Municipal as Grandes Opções do Plano e Orçamento para 2026-2030;-----

2. O valor total do orçamento proposto é de 84,3 milhões de euros, repartidos pela receita corrente no montante de 35.300.000,00€ e de capital 49.000.000,00€;-----

3. O orçamento municipal da despesa, compreende a inscrição de despesas resultantes das GOP'S (Plano de atividades: 21.679.827,00€ e Plano plurianual de Investimento: 51.358.000,00€) e os encargos com pessoal e despesas com Assembleia Municipal sem inscrição em plano (11.262.173,00€), totalizando uma despesa corrente no montante de 32.950.000,00€ e de capital 51.350.000,00€;-----

4. Com a entrada em vigor da Lei n.º 12-A/2008, de 27 de fevereiro, o Mapa de Pessoal é aprovado conjuntamente com o orçamento, contendo a totalidade dos postos de trabalho necessários para cumprimento das atividades de natureza permanente ou temporária a desenvolver durante a execução do orçamento.-----

Nestes termos, tenho a honra de propor que a Câmara delibere:-----

1) Nos termos do disposto na alínea c) do n.º 1 do artigo 33º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, aprovar e submeter à Assembleia Municipal para que este órgão, nos termos do disposto na alínea a) do n.º 1 do artigo 25º da mesma Lei aprove o Orçamento para 2026-2030, enquadrado nas Opções do Plano para o quinquénio 2026-2030;-----

2) Nos termos do disposto na alínea ccc) do n.º 1 do artigo 33º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, propor à Assembleia Municipal para que este órgão, para os efeitos previstos na alínea c) do n.º 1 do artigo 6º da Lei n.º 8/2012, de 21 de fevereiro e respetiva alteração, e do artigo 12º do Decreto-Lei n.º 127/2012, de 21 de junho, emita

autorização prévia à assunção de compromissos plurianuais nos casos seguintes:-----

- a) Resultem de planos ou programas plurianuais legalmente aprovados;-----
- b) Resultem do previsto nas Grandes Opções do Plano;-----
- c) Os seus encargos não excedam o limite de 100.000,00€ em cada um dos anos económicos seguintes ao da sua contração e o prazo de execução de três anos.”-----

Tomou a palavra o senhor **Presidente da Câmara** para apresentar o assunto:-----

“O Plano de Atividades e Orçamento que apresentamos, está em linha com aquilo que é a estratégia definida pelo Executivo Municipal, dando seguimento aos projetos que temos em curso, preparando o Orçamento municipal para acolher novos projetos e iniciativas que decorrerão de financiamento comunitário a obter no próximo ano de 2026, dando consistência a um reforço permanente da capacidade do Município em responder às necessidades e anseios dos lamecenses, onde se inclui um conjunto de despesas correntes, suportadas, essencialmente, em custos de pessoal e fornecimento de bens e serviços de natureza corrente.-----

Temos, por isso, um Orçamento corrente de trinta e cinco milhões e trezentos mil euros, e com investimento, despesas de capital de quarenta e nove milhões de euros. É, de facto, de assinalar, e já foi referido, que não está, de forma nenhuma, escamoteado no orçamento o custo elevado com as despesas de pessoal, de onze milhões e duzentos mil euros, mas essa é, efetivamente, uma despesa não compressível. Não temos forma, senão de a acomodar e de encontrar a contrapartida de receita para fazer face a este custo elevado.-----

Também não deixaremos de responder àquilo que são projetos de investimento fundamentais para o concelho e ao aproveitamento dos fundos financeiros do PRR e do Portugal 2030, que teremos ao nosso dispor.-----

Alguns já estão em curso, outros serão lançados, nomeadamente no âmbito do PROVERE - Programa de Valorização Económica dos Recursos Endógenos, que deverá ser aprovado até abril, bem como uma alteração ao quadro de investimentos plurianuais suportados por financiamento do Portugal 2030.-----

Nesse sentido, este Orçamento, sendo ambicioso, é perfeitamente cumprível, se todas as condições subjacentes, nomeadamente uma resposta atempada quer das entidades intermédias, que fazem a aprovação de fundos comunitários, quer do Governo no que respeita ao financiamento BEI para as escolas sejam cumpridas. Daqui a um ano, podemos estar a discutir a mesma situação, em relação às escolas, mas aí serei mais duro na apreciação que fiz do incumprimento da palavra, por parte do Governo Socialista e do atraso do atual Governo na disponibilização da linha BEI. Ou termos, relativamente a alguns concursos importantes que vamos lançar, situações de concursos desertos, o que obviamente atrasará a execução orçamental, que estamos a prever.-----

Em todo o caso, repito, não há falta de planeamento. Foi referida a obra da Penajóia, que é uma obra exemplar a esse nível. Fizemos o projeto, fizemos a candidatura a

*fundos comunitários, lançámos o concurso de empreitada, adjudicámos a uma empresa, mas não conseguimos assinar o contrato, porque essa empresa não conseguiu fazer a caução, a garantia bancária a que legalmente estava obrigada, o concurso tinha um concorrente único, não havia um segundo concorrente para adjudicar, e tivemos que revogar a decisão de contratar.*-----

*Houve um atraso neste processo e um incumprimento de expectativas? Houve, claramente. Houve responsabilidade da Câmara? Absolutamente, nenhuma.*-----

*Essa é a nossa forma de atuar em todos os processos, com celeridade, com clareza e com transparência.*-----

*Senhores deputados municipais, este é o Orçamento que serve os interesses de Lamego e dos lamecenses, peço que seja aprovado.*-----

Tomou a palavra o membro **Nuno Romeu Cardoso Sequeira** para proferir o seguinte:

*“As Grandes Opções do Plano e Orçamento para este período, constituem os documentos políticos mais relevantes de qualquer ciclo autárquico, e é aqui que se deveria encontrar uma visão clara para o concelho, sustentada num diagnóstico rigoroso da realidade local, com prioridades estratégicas bem definidas e opções financeiras credíveis e executáveis.*-----

*Apesar disso, o que nos é apresentado, são extensos documentos, com múltiplas intenções declaradas, mas frágeis no seu essencial. Falta-lhes aquilo que deveria ser o seu ponto de partida, um diagnóstico sério, estruturado e assumido da situação do concelho de Lamego.*-----

*Sem diagnóstico não é possível haver estratégia e sem estratégia estas Grandes Opções do Plano tornam-se uma enumeração de medidas dispersas, sem hierarquia, sem visão, sem metas claras e sem ligação direta aos problemas da população.*-----

*Não encontramos, nestes documentos, uma análise consistente da perda continuada da população, do envelhecimento acentuado, da estagnação económica, da dificuldade em atrair investimento, que tanto precisamos, da fragilidade do comércio local que tanto se falou, logo no início desta Assembleia. Não são pequenas estratégias natalícias, embora importantes, que vão resolver esse problema das carências da mobilidade, da crise da habitação ou das limitações de alguns serviços públicos.*-----

*Um plano responsável deveria começar sempre por identificar esses desafios e só depois definir prioridades e soluções. Aqui, esse exercício não foi claramente feito, nem sequer existiu um esboço.*-----

*Do ponto de vista financeiro, as reservas são igualmente sérias, ainda há pouco discutimos a IV Alteração Modificativa do Orçamento, nessa discussão ficou claro que o Município partiu do tal orçamento inicial de setenta milhões de euros e que, confrontado com uma execução muito aquém do previsto, independentemente daquilo que são as justificações apresentadas pelo senhor Presidente da Câmara, teve que se proceder a uma redução significativa.*-----

*Perante isto, é legítimo concluir que, no próximo ano, iremos, muito provavelmente, assistir à repetição deste espetáculo, deste mesmo padrão de gestão, deste guião.-----  
Ou seja, orçamentos inflacionados à partida, que é o que vai acontecer certamente, seguidos de sucessivos ajustamentos ao longo do exercício, embora o senhor deputado José Manuel Correia diga que é normal, não é bem assim.-----  
É possível ter um ajustamento mais adequado, sempre com o objetivo de acomodar uma baixa taxa de execução.-----  
Esta prática fragiliza a credibilidade do planeamento plurianual e transforma o Orçamento num exercício formal desligado da capacidade real de execução do Município.-----  
Um Orçamento responsável não é aquele que impressiona pelo valor global, como se dizia há pouco, não é isso que importa. Aquilo que é, de facto, importante é ser exequível, transparente e coerente com os meios que este Município tem disponíveis.  
A pedido do senhor Presidente da Câmara e no exercício do direito de oposição, o Partido Socialista, ao contrário do que foi referido, apresentou oficialmente um contributo formal para as Grandes Opções do Plano e Orçamento.-----  
Este contributo não teve como objetivo substituir o papel do Executivo que lidera este Município, mas sim, cumprir a função democrática que nos cabe, enquanto oposição responsável, contribuindo para a qualidade do debate e para a melhoria das decisões públicas. Porque é isso que fazemos, é uma discussão.-----  
Este contributo começou, precisamente, onde este documento do Executivo falha, no tal diagnóstico. Um diagnóstico claro das necessidades do concelho.-----  
Identificámos vários problemas estruturais, que são hoje evidentes, para quem vive no neste concelho e também para quem trabalha nele ou para quem cá estuda.-----  
Já se falou no ensino superior. Falamos da perda da população e de jovens qualificados, do envelhecimento da população activa, da estagnação económica e da reduzida capacidade de atrair investimento, da perda de competitividade face a alguns concelhos vizinhos, das fragilidades urbanas habitacionais e das dificuldades dos serviços públicos, nomeadamente na mobilidade e também na resposta social.-----  
A partir deste diagnóstico, o Partido Socialista apresentou três grandes eixos estratégicos.-----  
Um primeiro eixo, orientado para um concelho mais moderno, atrativo, centrado na requalificação urbana, na regeneração de bairros e até das próprias aldeias, na mobilidade e na digitalização dos serviços municipais.-----  
Um segundo eixo, dedicado à competitividade e sustentabilidade, defendendo uma política ativa do desenvolvimento económico, com o apoio às empresas, com a atração do investimento, e também numa simplificação administrativa, que é necessária.-----  
E um terceiro eixo, centrado num concelho solidário e funcional, com propostas concretas na área da saúde, educação, ação social, habitação e até na mobilidade*

*interfreguesias, que são tão importantes.*-----

*Para além disso, o Partido Socialista defende princípios orçamentais basilares, rigor na construção do Orçamento, evitando a tal inflação a que temos assistido, porque acaba por ser uma forma artificial de obter receita, na transparência, na informação e na execução e na sustentabilidade financeira, que é o mote.*-----

*Aliás, sobre este último tema, o senhor Presidente da Câmara teve oportunidade de fazer um trabalho na Associação de Nacional de Municípios.*-----

*A sustentabilidade financeira é, de facto, o mote que está na agenda do dia. Mas para tal também é preciso dar o exemplo, fazer um acompanhamento credível, criar metas que são mensuráveis e compatíveis com a capacidade real do Município.*-----

*Este contributo foi apresentado no quadro de direito de oposição, como a lei prevê e como a democracia também assim o exige. No entanto, não encontramos qualquer reflexo existencial destas preocupações e destes contributos nos documentos agora apresentados.*-----

*Isto revela uma abordagem fechada, pouco dialogante e pouco receptiva ao contributo institucional da oposição por parte do Executivo.*-----

*Em síntese, o que hoje discutimos, são documentos que não partem de um diagnóstico atual, que repetem práticas orçamentais, já demonstradamente falhadas e que desvalorizam o papel da oposição no processo democrático.*-----

*Lamego precisa de uma visão estratégica, de planeamento realista e de rigor na gestão dos recursos públicos. Precisa de um plano para o futuro e não da repetição de métodos, que já provaram não funcionar.*-----

*Para terminar, por estas razões e em coerência com a posição que temos vindo a assumir, vamos votar contra e assim votaremos, sempre que for necessário.*-----

*O Partido Socialista, como é óbvio, não pode acompanhar esta proposta e, como tal, votará contra.”*-----

Tomou a palavra o membro **José Alexandre de Carvalho** para fazer a seguinte intervenção:-----

*“Relativamente ao Orçamento que hoje debatemos, o CHEGA manifesta, desde já a sua posição, votará contra.*-----

*Mas o concelho merece honestidade, merece imparcialidade e um documento destes merece muito mais que interesse partidário.*-----

*Enquanto lamecense de 1955 sinto o dever de fazer uma avaliação séria da situação do concelho.*-----

*No famoso 25 de abril de 1975, Lamego apresentava um índice de desenvolvimento comparável ou até superior ao de Vila Real e muito próximo do de Viseu.*-----

*Porém, nas décadas seguintes, estes avançaram com visão e políticas estratégicas, enquanto Lamego ficou para trás. Entre 1989 e 2021 decorreram governação Municipal, dezasseis de governo do PS, dezasseis do PSD com ou sem Coligação.*-----

*É verdade que ambos os partidos com maioria são os responsáveis pelo declínio*

*progressivo do concelho. Trinta e dois anos, os lamecenses sabem-no bem.-----*

*Quando V. Exa. assumiu funções, Lamego já se encontrava substancialmente, atrasado, relativamente aos municípios vizinhos. Mas o ritmo deste declínio abrandou com os seus executivos. É também justo reconhecê-lo e o CHEGA não se furtará à honestidade.-----*

*Assim, não sendo imparciais e sendo desonestos para com o concelho, é fácil argumentar quanto ao Orçamento apresentado.-----*

*Pode então afirmar-se, que se trata, essencialmente, de uma repetição, uma fotocópia de 2024, uma réplica de 2023. Um Orçamento assente, exclusivamente, em fundos do PRR, Portugal 2030, falta-lhe uma visão estratégica própria.-----*

*Mas, sejamos justos, a oposição, até à data, também não apresentou ideias estruturantes à altura dos desafios do concelho.-----*

*O CHEGA, por respeito a Lamego tem então de reconhecer, então as obras como o Centro de Saúde, os Centros Cívicos, a criação de melhores condições para a PSP, e tantas outras que o senhor Presidente da Câmara enumera, podem ser postas em causa?-----*

*Não basta criticar, é necessário construir.-----*

*É evidente que o Orçamento apresenta problemas, despesas desalinhas, taxas de execução baixas, endividamento elevado, mas permanece dentro das margens de segurança.-----*

*E, sendo honestos, a sustentabilidade financeira do Município não está ainda comprometida. Há, de facto, luz ao fundo do túnel. Mas o verdadeiro problema reside nas três grandes questões estruturais dos tempos atuais, que ameaçam de imediato o concelho.-----*

*Primeiro problema, o declínio progressivo do número dos nossos seniores, mas temos sempre o dever e a obrigação de contribuir no máximo possível para o seu bem-estar. Segundo problema estrutural do concelho, os jovens partem e não regressam. E não existe solução imediata, sejamos realistas e honestos. Nesta matéria o CHEGA nunca enganará os jovens. Prioritário sim, uma estratégia integrada, em que todos os grupos políticos, contribuam com soluções eficazes e sem jogos partidários.-----*

*Terceiro, o mais preocupante, o índice de natalidade. Permita-me, senhor Presidente da Câmara, a ousadia, sejamos um dos pioneiros na resolução deste problema. Vamos investir fortemente no terceiro nascimento das famílias. Como? Cria-se uma comissão técnica com carácter de urgência para rever o artigo 14º do Enxoval Bebê. Altere-se o modo de participação.-----*

*É possível incentivar fortemente este terceiro nascimento, sem sequer aumentar despesas, caso contrário, o concelho de Lamego enfrentará um declínio irreversível e até posso citar a primeira campa a ser ocupada, provavelmente será a Escola Básica de Cambres.-----*

*Senhor Presidente, reanalizando este Orçamento à luz destas prioridades e com a*

*imparcialidade e honestidade que devemos ao concelho e sem partidarismo, chamo a atenção, pois tenho indicações minha Concelhia para votar contra, mas a minha honestidade, a minha imparcialidade para com o concelho justifica a minha reversão e a reversão do voto do meu partido, então o CHEGA votará a favor do Orçamento”.*-----

Tomou a palavra o membro **Gonçalo Costa Almeida** para referir o seguinte:-----

*“Chegamos ao tema principal da agenda desta sessão, ao Orçamento de oitenta e quatro milhões de euros, o maior orçamento de sempre.*-----

*À primeira vista parece uma festa, números grandes de obra, mas é uma ilusão de óptica. Quase 50% deste valor são fundos comunitários, estamos a viver uma riqueza momentânea, promovida pelo PRR.*-----

*A minha pergunta é, e em 2030, quando a bazuca acabar, quem paga a manutenção de tudo isto? Criaram um monstro de despesa para 2026, que não vamos conseguir suportar no futuro.*-----

*Mas o erro deste Orçamento não é só financeiro, é ético. Vocês focam-se obsessivamente, na materialidade. É muito betão, muita obra física, muita inauguração. Não me entendam mal, a obra é muito importante, claro que é. Mas pergunto, de que vale a obra se as pessoas continuarem a ir embora? De que serve ter passeios novos se não houver pessoas para andarem neles? De que serve ter edifícios renovados, se não houver gente para os utilizar? Este orçamento ignora, por completo, o imaterial, o desenvolvimento económico.*-----

*O que fixa efetivamente as pessoas, especialmente os jovens, não é o betão e a obra, são as oportunidades. Oportunidades de emprego qualificado, uma economia vibrante, e, para isso, o Orçamento tem “zero” ambição.*-----

*Passo a citar uma frase do Relatório Orçamental que afirma: “São valores que nos permitem manter bem definidas as prioridades do Executivo para os próximos quatro anos, que, na verdade, representam a continuação de muito trabalho já desenvolvido nas áreas da: Educação, Saúde, Habitação, Mobilidade, Ambiente e Cultura.”*-----

*Pergunto, onde está a Economia? Sem uma economia forte como é que as pessoas têm dinheiro para ir ao teatro? Sem uma economia forte, como é que empresas têm dinheiro para apostar em políticas internas de proteção ambiental? Sem uma economia forte, empregos estáveis, onde é que as pessoas vão ter dinheiro para pagar uma nova habitação? Onde é que vamos arrecadar dinheiro para a Saúde, para a Educação, para a Mobilidade?*-----

*Com um orçamento tão elevado, o maior de sempre, era hora de baixar os impostos aos lamecenses. Era a hora ideal!*-----

*Mas, na última sessão da Assembleia ficou notório que não há vontade nenhuma de baixar impostos municipais. A vossa visão é estatista. A Câmara fica com o dinheiro todo para distribuir em solidariedade e fazer obra.*-----

*A nossa visão é diferente, deixar o dinheiro nos bolsos das pessoas e das empresas, que estas sabem gerar riqueza para fixar as pessoas na terra delas.*-----

*Este Orçamento representa um “Estado Gordo”, um “Estado Vogal Gordo” viciado em fundos europeus, focado em betão e sem respeito pelos contribuintes.-----  
Lamego merece contas certas, transparências e prosperidade real, não a crédito”.-----  
Tomou a palavra o membro **Sofia Alexandra Correia Pereira** para proferir o seguinte:  
“De manhã fiquei a saber que o PSD e o CDS de Lamego consideram que os lamecenses não são portugueses. Esta Assembleia Municipal e os órgãos municipais não têm que se preocupar com o país, Portugal, só com o “país de Lamego”. Achei estranho, mas ainda assim levo em boa nota.-----  
A propósito deste Orçamento, é importante compreendermos que o Orçamento é uma decisão política, é uma alocação de recursos, é uma escolha sobre as políticas públicas, que queremos financiar, sobre as prioridades que queremos assumir, as obras em que queremos investir e sobretudo sobre as carências que queremos resolver. Estas são as escolhas que deveriam nortear a apresentação política de um documento, que é tão definidor da vida de Lamego e dos lamecenses, como é o caso deste.-----  
Contudo, este Orçamento, a única coisa que este Orçamento nos deixa para 2026 são poucas certezas, muitas dúvidas e nenhum eixo orientador.-----  
Poucas certezas, porque a estrutura do documento é densa, é difícil de escrutinar, não sei se propositadamente, é construída de forma a diluir as responsabilidades políticas neste documento.-----  
Muitas dúvidas, porque não se encontram sinais claros de política pública estruturada. Temos um documento com formulações administrativas, alguma corretas, outras que são difusas, mas completamente vazio de opções políticas concretas.-----  
E terceiro, nenhum eixo orientador, porque as áreas onde o Município se distingue verdadeiramente, aquilo que faz a diferença entre a gestão e entre as lideranças, surgem com uma expressão mínima ou, em alguns casos, mesmo inexistente.-----  
Começamos pelo que mais diz à comunidade, que são as políticas de promoção e de coesão social. A Ação Social não é um adorno, senhor Presidente da Câmara, não é uma rúbrica lateral, é um termómetro moral de uma autarquia e das funções primordiais de um órgão como este.-----  
Em 2026, a Ação Social não só tem uma expressão reduzida, como perde peso, passa de 2.7% para 2.1% no total da despesa e reduz, também, o seu valor nominal.-----  
Abstêm-se, de forma consciente, de calibrar uma política municipal, que reforce o apoio social aos mais vulneráveis, aos mais idosos, a quem tem baixos rendimentos, pensões reduzidas.-----  
E permitam-me também dizer a Cultura. A Cultura, no nosso entendimento, é uma política pública compreensível quando existe um programa regular. Quando há criação de público, o acesso continuado, de identidade colectiva, a vida quotidiana de uma comunidade, que é disto que se trata.-----  
Mas, neste Orçamento, o que existe é uma despesa cultural sem que tenha uma*

*política cultural identificável. Não conseguimos, através destes documentos, saber quanto é que vale uma oferta cultural regular, estruturada e que seja continuada neste Município. Não há um eixo de programação. Não há um plano de criação de públicos, não há um desenho que ligue a Cultura, por exemplo, à Juventude, à Educação ao Turismo, à Economia Local. Portanto, aqui só há rubricas, não há política pública, que é o que se espera de um Orçamento municipal.*-----

*Por outro lado, o Turismo é provavelmente um dos piores destaques deste Orçamento, se falássemos em termos de ranking.*-----

*Em 2026, a rubrica Turismo tem zero euros consignados. Num concelho situado no coração do Douro, com quase mil anos de história, não existe uma verba destinada a esta ação estratégica de municipal de Turismo. Isto não é apenas bizarro, é perfeitamente elucidativo de um Município que não se vê a si próprio como um agente ativo do seu próprio desenvolvimento.*-----

*É um Município que se limita a existir dentro da sua rotina administrativa, sem se comprometer com nenhuma ambição para este território, para este concelho.*-----

*Por fim, falar do cumprimento do PRR. Grande parte deste Orçamento, desta fatia de investimento estão ancorados cerca de vinte e cinco milhões de euros, aprovados no âmbito do PRR, para projetos do Executivo.*-----

*A política de habitação, por exemplo, a reabilitação de escolas depende fortemente deste financiamento. Ora, o PRR, relembro, termina em 2026. Relembro também que Lamego regista, neste momento, uma taxa de pagamento de cerca de 25%, muito abaixo da média nacional. Podemos todos comprovar, são dados públicos.*-----

*Esta situação indica que a maturidade dos grandes projetos é, neste momento, muito reduzida neste Município. Temos cerca de vinte milhões de euros para executar em doze meses.*-----

*Por outro lado, o que este Orçamento nos dá com clareza, é mesmo outra coisa. Em 2026, o senhor Presidente de Câmara irá a assinar contratos de adjudicação, haverá procedimentos, concursos de empreitadas.*-----

*Em grande medida, betão que é pago por fundos que não são do Município, fundos que resultam da janela de oportunidades externas. Não desvalorizamos a capacidade de executar, pelo contrário. Isto é parte da governação que tem que ser escrupulosamente cumprida em 2026.*-----

*Mas, gostava de lembrar que, liderar uma autarquia exige muito mais do que executar empreitadas, pelo menos assim deveria ser.*-----

*Portanto, senhor Presidente da Câmara, para terminar, deixo-lhe algumas simples perguntas: como é que explica que este Orçamento de 2026 não tenha um euro consignado à política municipal de turismo? Considera que, segundo informação pública da entidade gestora do PRR, apenas cerca de 25% do programa está a ser pago? Pode garantir a esta Assembleia que os 75%, que ainda faltam executar, serão integralmente realizados até ao final de 2026? E se não puder garantir, que plano de*

*contingência existe para não perder o financiamento europeu já aprovado? Qual é a forma clara identificável de adoção orçamental destinada à programação cultural regular e continuada para 2026? Óbvio será, fora as festividades pontuais, eventos pontuais e manutenção de equipamentos.*-----

*Por que razão a verba da ação social é tão reduzida em absoluto e também em peso relativo, num concelho do interior, onde a vulnerabilidade social não diminui?*-----

*Pedia-lhe, ainda, que, nas explicações que der, não venha dizer que uma rubrica tem verba alocada noutra rubrica, porque, de facto, dessa forma, não será fácil fazer um verdadeiro exercício de escrutínio. Dessa forma não há maneira de verificar as escolhas visíveis. Dessa forma não é possível fazer uma verificação idónea, que esclareça não só os grupos presentes, mas também e sobretudo os lamecenses*".-----

Interveio o membro **Marta Luísa da Costa Rodrigues dos Santos** para fazer a seguinte intervenção:-----

*“Relativamente ao Relatório Orçamental e em particular no que concerne à Juventude, importa dizer algo de forma muito clara, muda o ano, muda o mandato, mas aquilo que podia e deveria melhorar, continua exatamente igual.*-----

*Mais uma vez, tal como no ano transato, a Juventude surge diluída no mesmo capítulo com o Desporto, as Atividades Cívicas e Religiosas, com a dotação global de dois milhões e oitocentos mil euros, sem que seja possível perceber, quanto é a verba, destinada a políticas de Juventude.*-----

*É aqui que se impõe a primeira pergunta, onde estão, neste Orçamento, as políticas públicas concretas para a Juventude do concelho de Lamego?*-----

*Aquilo que devia ser uma oportunidade e uma prioridade estratégica para inverter tendências demográficas e sociais, é, mais uma vez, delegado para segundo plano.*----

*O documento apresentado enumera intenções de participação, de mobilização, de crescimento integrado, de capacitação e envolvimento comunitário, mas faltam medidas concretas, com objetivos claros e que tenham impacto.*-----

*Um texto que fala em mobilização de jovens, focada no crescimento ou em potenciar a voz da juventude, corre o risco de ser apenas um texto oco, que serve para preencher espaço num documento que deveria refletir uma verdadeira preocupação política.*-----

*Não precisamos de quadros bem escritos, nem de conceitos genéricos, precisamos de opções políticas, concretas, ambiciosas e corajosas.*-----

*Onde fica, afinal, a Juventude neste Orçamento? Onde estão as medidas atrativas para fixar os jovens no concelho? Onde estão as respostas concretas para quem quer estudar, trabalhar, empreender e construir família em Lamego? Não fica e não estão.--*

*Assim, não será difícil tirarmos as respetivas conclusões. Os jovens lamecenses não são uma prioridade para este Executivo. A continuação da delegação das políticas de Juventude para um plano secundário no Orçamento de 2026, não pode ser uma opção.*-----

*Não podemos permitir que os nossos jovens continuem a ser esquecidos e é*

*necessário um compromisso firme com futuro. Investir na Juventude é investir no futuro de todos e no futuro deste Município”.*-----

Tomou a palavra o membro **José Manuel Lourenço Correia** para fazer a seguinte intervenção:-----

*“A minha intervenção prende-se, essencialmente, com a perspetiva da Coligação sobre o Plano e Orçamento para 2026, mas não posso deixar de comentar algumas afirmações proferidas, nomeadamente pelo senhor deputado Romeu Sequeira.*-----

*Estava a lembrar-me do Mapa de Pessoal e do ROSM.*-----

*São hábitos do Partido Socialista, o senhor deputado apresentou diagnósticos fantásticos, só falta o livro branco, também podíamos falar dele.*-----

*Meus senhores, o diagnóstico está feito. O envelhecimento, a estagnação, o comércio local, tudo isto está feito, todos conhecemos essa realidade. Ninguém melhor do que o Executivo para conhecer a realidade.*-----

*O senhor deputado referiu que depois do diagnóstico, o Partido Socialista fez um programa e apresentou propostas. Muito bem! Mas o povo não quis. O povo não quis as propostas do PS, não votou!*-----

*As eleições não foram, claramente, a favor do Partido Socialista, por alguma razão assim terá sido. Pensem nisso, porque realmente as eleições não correram bem.*-----

*Está o senhor deputado Romeu Sequeira a dizer que aqui não há número de votos, que isto não se conta por números. Pois não, conta-se por uma postura responsável e é disso que estamos a falar. É uma postura de responsabilidade, de construção.*-----

*Usando o argumento do senhor deputado José Alexandre de Carvalho, não basta criticar e votar contra, é preciso construir e o Partido Socialista não sabe o que é isso. Agora embirrou e vai estar assim quatro anos a votar contra, porque acha que é o papel do Partido, votar contra. Construir para o Partido Socialista é votar contra, que seja!*-----

*O Plano e o Orçamento que hoje discutimos, não é mais um documento administrativo, é um Plano e Orçamento de maturidade e de ambição. Estamos perante um Orçamento com uma escala financeira nunca antes vista no concelho, na ordem dos oitenta quatro milhões e trezentos mil euros, um plano com prioridades claras e, sobretudo, um conjunto de decisões orientadas para resolver os problemas concretos das pessoas. Repito, para resolver os problemas concretos das pessoas e para promover o desenvolvimento do Município.*-----

*Este não é um Orçamento de sobrevivência, é um Orçamento de transformação e de responsabilidade de quem já deu provas que sabe fazer.*-----

*Este Orçamento de 2026 deve ser enquadrado num percurso, num caminho que já vem de 2017, que é aqui que se percebe este Orçamento. Importa perceber que começou em 2017, não vale a pena ir mais atrás. Em 2017, o Partido Socialista ganhou as eleições, depois seguiu-se a vitória da Coligação “Somos Lamego”.*-----

O Plano e Orçamento de 2017, apresentado pelo PS, era um documento centrado na gestão corrente, com intervenções, essencialmente, limitadas, como requalificações pontuais de arruamentos, pequenas obras em edifícios municipais, conservação de equipamentos, apoio ao associativismo e programa cultural.-----

Houve, ainda, algumas obras do PEDU - Plano Estratégico de Desenvolvimento Urbano, que o atual Presidente da Câmara deixou financiadas, mas que apenas à última da hora foram retiradas da gaveta e executadas à pressa e que foi preciso corrigir. Basta citar o Parque da Cidade e a Passagem Desnivelada do Parque de Nossa Senhora dos Remédios.-----

Para o futuro o que é que o Partido Socialista deixou? Quatro coisas: zero estudos, zero projetos, zero candidaturas, e algumas ideias, nomeadamente um túnel de ligação da A24, a partir da Rotunda Fernando Amaral, a remodelação de um edifício junto à mesma rotunda, para o alegado interface dos transportes públicos, cujo conceito nunca se percebeu e a requalificação do cais de Cambres, não sei se já era o Parque de Diversões.-----

Foi também um tempo de muito ruído. Muitas queixas, muitas denúncias e acusações, que, como sabemos, não faziam sentido, e que os lamecenses nunca valorizaram. Mas que o PS ainda hoje mantém, como não soubesse apreender em política.-----

Tudo isto para ver se conseguem ganhar na secretaria, como se viessem trazer a luz às trevas que existem em Lamego. É uma coisa nunca vista!-----

Mas, 2017 era o tempo do “poucoquinho”. Reparem, mesmo com os constrangimentos do ajustamento financeiro, que existia na altura, sobravam, à data, três milhões e duzentos mil euros, que poderiam ter sido aproveitados para fazer ou para suportar um investimento europeu, na casa dos doze milhões de euros. Não foram capazes de o fazer.-----

Politicamente foi insuficiente e, por isso, o Partido Socialista perdeu as eleições, mesmo estando no seu primeiro mandato e num contexto nacional favorável do Governo do PS, diga-se de António Costa, um verdadeiro caso de estudo!-----

Nenhuma obra estruturante, nenhuma visão de médio e longo prazo, muita inabilidade política visível em duas eleições que perderam e que, de resto, se mantem. Já agora, ganharam em 2017 e todos sabemos porque ganharam. Mas há um momento de viragem que acontece em 2021.-----

Em 2021, com o início do mandato de Francisco Lopes, o contexto muda, mas não muda por magia. O que encontramos, como disse, foi a ausência de projetos, a inexistência de candidaturas, zero planeamentos, necessidade de corrigir decisões tomadas à pressa e incapacidade de saber fazer.-----

O Plano e Orçamento de 2021 tinha só uma alternativa, ser um plano de prudência, de preparação e de construção de bases.-----

Foi preciso estudar, projetar, candidatar, organizar e começar a realizar.-----

Intervenções estruturantes começaram a ganhar corpo, mas foi preciso estudar,

projetar, candidatar, organizar e começar a construir.-----  
Refiro-me à Requalificação da Escola EB 2,3 de Lamego e da Escola Secundária da Sé, a Residência Universitária, o novo Polo da ESTGL na zona superior do Mercado Municipal, a atribuição de Bolsas de Estudo a todos os alunos do ensino superior, o Parque da Saúde, tratado de forma séria e realista, a aprovação de novas áreas de responsabilidade urbana, a construção de mais de 120 fogos habitacionais, o arranjo da zona exterior do Bairro de Nazes, a Requalificação do Museu de Lamego, a Reabilitação da Av. das Acácias, da Calçada da Guerra com ligação à CEL na Urbanização de São Vicente e a Requalificação do edifício da PSP.-----  
Tudo isto começou a ser pensado, depois do Eng.º Francisco Lopes ganhar as eleições, porque não havia nada. O Executivo anterior, como alguém referiu, deixou zero, “bola”.-----  
Falta, ainda, referir um aspeto importante, as freguesias. Durante o mandato de 2017-2021 foram apenas quinze mil euros para as freguesias. Depois de 2021, de forma geral, foram realizadas obras de melhoria de arruamentos, muros e pavimentações em todas as freguesias num padrão de cooperação e valorização como não se via há muitos anos.-----  
Somando todos os apoios às freguesias, ao longo do mandato, incluindo protocolos de transferências de competências e obras diretas, o investimento global, e não se esqueçam dos quinze mil euros, foi superior a dez milhões de euros. Dez milhões de euros para as freguesias!-----  
Este percurso culmina num Orçamento recorde de setenta e dois mil e cem mil euros em 2025, com mais 45% de investimento face a 2024.-----  
Um caminho em crescendo, um caminho claro e cumulativo de planeamento, de projetos, de candidaturas de financiamento e de execução. Nada disto acontece por acaso, aconteceu porque quem sabe, faz acontecer.-----  
Foi exatamente este caminho que a população valorizou nas últimas eleições e foi neste projeto que os lamecenses confiaram e nós também confiamos nos lamecenses, como é evidente, e não em nenhum outro, apesar da semântica da oposição.-----  
Portanto, o que é que se passa no Orçamento de 2026? O Plano e Orçamento 2026, têm naturalmente esta continuidade e é o corolário deste trabalho.-----  
O Plano e Orçamento de 2026 tem uma dimensão global, que do lado da receita, ascende a oitenta e quatro milhões e trezentos mil euros. Deste total, trinta e cinco milhões e trezentos mil euros correspondem a receita corrente e quarenta e nove milhões de euros a receitas de capital. O que quer dizer, essencialmente, investimento. Quarenta e nove milhões de euros são investimento.-----  
Do lado da despesa, mais de cinquenta e um milhões de euros são despesas de capital relacionada com o investimento, o que representa mais de 60% do orçamento total.-----  
Não há muitos municípios, a nível nacional, que tenham este rácio, em que a

capacidade de investimento seja de 60%, em oposição aos 40% de funcionamento. Isto é sinal de ambição e de capacidade de execução e de realização. É verdade! Mesmo com recurso a PRR e fundos comunitários. Isto é sinal de um forte ciclo de investimento e não são números inflacionados. Não, são números sustentados em receitas de capital e financiamento externo, sabendo que que estes cinquenta milhões de euros de investimento, naturalmente, terão a quota-parte do nosso Município.-----

E quais são as principais áreas de intervenção? Na Saúde, temos nove milhões e setecentos mil euros, e naturalmente, temos o Parque da Saúde para acabar, será acabado a tempo e horas. A Habitação tem doze milhões e quatrocentos mil euros, e onde se incluiu o grosso da construção dos 120 fogos a custos controlados, no Urbanismo e Reabilitação têm destinados dezassete milhões de euros e destacam-se intervenções no espaço público, na rede viária municipal, na requalificação dos edifícios e equipamentos, na ligação da ESTGL ao Mercado e múltiplas obras nas freguesias. As freguesias estão sempre lembradas, traduzindo uma política urbana distribuída por todo o concelho.-----

A Cultura e o Património têm sete milhões e trezentos mil euros. A aposta na reabilitação do património identificado, na qualificação dos equipamentos culturais, na programação regular, na valorização das tradições locais e intervenções distribuídas pelas freguesias também, assumindo a cultura como factor de identidade, coesão territorial e de desenvolvimento.-----

Juventude, Desporto e Associativismo. Neste eixo, o plano reforça o apoio à juventude, à prática desportiva, ao movimento associativo, garantindo um investimento em equipamentos, atividades regulares e uma distribuição equilibrada dos apoios a todo o concelho e incluindo as freguesias.-----

Uma nota importante que queria deixar, para todos percebermos. É verdade que muitas destas obras já estavam no Plano e Orçamento de 2025. Isto é um corolário e uma continuidade, o que é que é novo aqui? É que passam a estar plenamente financiadas e em execução efetiva. Ou seja, o Plano e Orçamento 2026 concentra um maior esforço financeiro do Município em alguns grandes investimentos estruturantes, muitos deles já iniciados em anos anteriores, mas que entram agora numa fase decisiva de execução.-----

E não, não é betão! Isso é um mito urbano que se tenta colar a quem é capaz de realizar. Não estamos a falar de betão, estamos a falar de pessoas. Esse betão serve as pessoas e sem esse betão as pessoas não têm serviços e não têm estruturas onde possam desenvolver a sua vida diária, onde possam acolher a sua família, onde possam ter trabalho. Se não fosse betão, poderia ser madeira, é mais ecológico e ambientalista.-----

Deixemos o betão, estamos a falar de pessoas, e de pessoas que precisam de estruturas para poderem viver e ter qualidade de vida.-----

Estamos a falar de projetos com um impacto real nas pessoas, na saúde, na

habitação, na educação, na cidade e nas freguesias e no desenvolvimento económico. É betão ao serviço das pessoas? É. Há algum mal nisso?-----

Temos investimentos que são respostas estruturadas, competentes, modernas, de atualização e de desenvolvimento futuro e, sem este betão, depois também não há outras respostas necessárias.-----

Ou seja, este Plano e Orçamento decorre diretamente do programa eleitoral sufragado nas urnas. Foi este projeto político que os lamecenses escolheram. É este plano que vamos trabalhar. É este o mandato democrático em vigor. É a lei da democracia.-----

Este plano foi a votos, este programa eleitoral foi a votos e ganhou. Portanto, é este plano que vamos cumprir.-----

À oposição, o que se exige é respeito pela decisão dos eleitores, contributos positivos, propostas concretas e enquadradas neste plano. E não é preciso grandes diagnósticos nem livros brancos, sabemos o que é preciso!-----

O que não é preciso, o que não se exige e nem se compreende bem é votar, sistematicamente contra, parece que voltamos ao tempo antigo em que o Partido Socialista chumbava tudo por sistema, sei do que estou a falar.-----

Antes do mandato de 2017, no primeiro tri-mandato do Eng.º Francisco Lopes, o Partido Socialista, por sistema, votava contra e regressaram ao mesmo padrão, regressaram ao antigamente, são saudosistas!-----

Fazer oposição de bloqueio também não faz sentido. Confundir a crítica com “o deita abaixo” permanente e fazer acusações pessoais também é dispensável. Optam por fazer uma radicalização do discurso e até uma certa “calimerização”.-----

Lembram-se da personagem animada Calimero? É a matriz do Partido Socialista. Passam a vida a queixar-se de que ninguém os informa, de que ninguém lhes diz nada, de que não têm os documentos todos, de que o processo não é bem assim. Chumbam as propostas porque faltam algumas vírgulas, porque não os convidaram para o Magusto. É uma atitude que não se percebe.-----

Este Plano e Orçamento tem visão, tem escala, tem prioridades e tem o que o Partido Socialista não sabe fazer, a estrutura financeira e organizativa necessária para fazer.--

Saber fazer, ter capacidade de execução, marca uma rutura clara com o passado e consolida um caminho iniciado em 2021. É isso que está em causa e é isso que os lamecenses perceberam e percebem.-----

Meus senhores e minhas senhoras, caros deputados da Assembleia Municipal, caros lamecenses, agora é tempo de construir, agora é tempo de dar respostas positivas, é tempo de contribuir. É tempo de dar resposta a Lamego. E isso que importa.-----

É isso que esperam de nós, não de chicana política, não de argumentos facebookianos ou de requerimento em catadupa. Há quem governe por decreto e também há quem queira governar por requerimento.-----

Uma nota final, para que se saiba, e julgo não errar, nunca a Coligação “Todos Juntos Por Lamego”, votou contra o Plano e Orçamento e nunca votou contra o Relatório e

*Contas. Nunca*.-----

Usou, novamente, a palavra o membro **Nuno Romeu Cardoso Sequeira** para proferir o seguinte:-----

*“Quería dizer ao senhor deputado José Manuel Correia que estive cerca de vinte minutos, a falar de história, mas devemos falar sobre o Orçamento e não do passado. Não falei no passado, só falei na construção do futuro. -----*

*Há pouco, o senhor deputado José Manuel Correia equivocou-se, porque quando falei no direito de oposição, não foi sobre as propostas que foram a eleições, estive desatento, foi no direito de oposição, que foi solicitado pelo senhor Presidente da Câmara, em cima da hora, é certo. Mas o Partido Socialista, de uma forma responsável, deu o seu contributo e apresentou essa proposta, tendo em conta aquilo que é o diagnóstico.-----*

*Fui deixando passando, mas agora foi demais. Quando o senhor deputado referiu que o Partido Socialista esteve sempre contra, recordo que o senhor, entre o ciclo de 2017 e 2021 integrava na bancada do PSD, e o que é que fazia? Votava sempre contra. Isso faz parte da democracia.-----*

*Nunca vim a este âmbito fazer uma crítica sobre disso. Votar contra, faz parte da democracia, desde que seja um voto construtivo.-----*

*Todos temos o nosso valor e todos temos oportunidades para debater aquilo que é o mais importante para Lamego. E, por isso, fica este registo”.-----*

Interveio, novamente, o membro **José Manuel Lourenço Correia** para contrapor o seguinte:-----

*“É imperativo repor a verdade. Em 2017, para quem não se lembra, o Partido Socialista ganhou as eleições e, na oposição, surgiram dois grupos, o grupo do Partido Social Democrata e o grupo da Coligação “Todos Juntos Por Lamego”, que incluía o CDS e alguns elementos que tinham filiação política diferente ou que nem sequer tinham filiação.-----*

*O que afirmei foi que, na Coligação “Todos Juntos Por Lamego”, não disse no PSD, e desafio-os a procurarem os dados para me contrariar, nunca votamos contra. Nestes assuntos estruturantes, nunca votamos contra.”-----*

Usou da palavra o membro **António Manuel Marques Luís** para fazer a seguinte intervenção:-----

*“Lidei muitos com o senhor deputado José Manuel Correia por força das funções que ambos exercíamos no Hospital de Lamego. Hoje, realmente, reconheço-lhe outras facetas muito interessantes. Nesse sentido, gostaria de lhe fazer duas questões.-----*

*Entre 2017 e 2021 que facto é que aconteceu nas nossas vidas, que nunca havia acontecido antes e que impediu que este país funcionasse durante dois anos? Foi a pandemia de Covid-19. Sabe as implicações que isso teve na economia e nos organismos públicos, não sabe? Sabe, mas omitiu.-----*

*Não são desculpas, são realidades factuais, pois todos sabemos que o PIB decresceu*

6% a 7% nesse ano.-----  
 Aconselhava-o também a ler o *Anuário Financeiro dos Municípios Portugueses*, no qual consta um gráfico muito interessante. Vá ver qual era o endividamento do Município de Lamego em 2017, vá lá ver! Depois diga-me se, com aquele limite de endividamento, seria possível realizar grandes obras, com a agravante da existência da referida pandemia.-----

O senhor deputado José Manuel Correia quer falar, novamente, do Parque de Saúde de Lamego? Garante que aquele edifício que está a ser construído, que está no tocosco em dezembro de 2025, estará integralmente pronto em julho de 2026? Se assim for ficamos todos muito felizes”.-----

Intervio, novamente, o membro **José Manuel Lourenço Correia** para responder o seguinte:-----

“É interessante este debate vivo, a hora é tardia, mas é interessante!-----  
 Apesar do Covid-19, no programa de assistência financeira, no primeiro Relatório e Contas de 2017-2018, ficou claro que estava tudo pago, sobravam três milhões e duzentos mil euros para o Partido Socialista poder investir e tirar contrapartida do investimento público europeu, assim o soubesse fazer, não soube!-----  
 Não percebi muito bem a questão do senhor deputado Marques Luís relativamente à interferência do Covid-19 neste assunto.-----

O Governo daquela altura era, nosso entendimento, um Governo de uma nota só: não peçam nada, que não tenho nada. Não sabiam era fazer. Ter...tinham, mas não souberam fazer mais”.-----

Tomou a palavra o senhor **Presidente da Câmara** para analisar as questões suscitadas:-----

“Fazendo um breve comentário às questões que foram levantadas, gostaria de dizer ao senhor deputado José Alexandre de Carvalho que estou disponível para avaliar o artigo 14º do Programa Enxoval Bebé. Programa que, de resto, escrevi pela minha mão. Já foi alterado, também por minha sugestão, eventualmente com o erro de termos deixado cair a obrigatoriedade do Enxoval Bebé ser gasto em aquisições em empresas locais, mas por uma questão de simplificação administrativa, entendemos que era adequado.-----

Devo dizer que já avaliámos e vimos os estudos internacionais relativos ao apoio significativo ao 3.º filho ou mais, mas ficámos com muitas dúvidas, relativamente à aplicabilidade do mesmo à situação concreta no Município de Lamego. É uma situação que estamos disponíveis para avaliar.-----

Quero também dizer que agradeço muito as suas sugestões e as suas críticas francas e até bem humoradas, mas há uma questão em que nunca estaremos de acordo. Dizer que Lamego está atrasado em relação aos municípios vizinhos, desafio-o a identificar os municípios e a justificar, de uma forma clara, ou aceitar, de uma forma clara, que as capitais de distrito a norte e a sul são alavancadas por investimento

*público, por estruturas administrativas, por instituições de ensino, por captação de investimento mais fácil, numa situação absolutamente desigual, com a qual nunca podemos concorrer nem atualmente, nem no nosso passado recente.-----*

*Mas também lhe digo uma coisa, convém olharmos muito bem para esses indicadores de desenvolvimento das capitais de distrito, porque aquilo que nos afeta, a demografia e a debilidade económica do tecido empresarial local, também já as afeta e os últimos censos demonstram isso mesmo.-----*

*Portanto, tempos negros se avizinham sobre todo o interior do país e não apenas sobre os concelhos mais pequenos, se nada fizermos para contrariar esta tendência. Da nossa parte, estamos a tentar fazê-lo.-----*

*Queria também dizer ao senhor deputado Gonçalo Almeida que o betão é o betão. Os passeios novos, que estamos a fazer, são sempre necessários. Tanto são para as crianças que estão a aprender a andar, como para os idosos, que são os últimos a abandonar. Podem sair os jovens, podem sair os mais adultos, por motivos pessoais ou laborais, mas os nossos idosos dificilmente vão para algum lado, e, nesse sentido, precisam sempre de condições de conforto nos espaços públicos que utilizam.-----*

*Este é só um pequeno exemplo para dizer que não devemos diabolizar a obra e o betão, porque ele é necessário.-----*

*É necessário para o quotidiano das pessoas e é necessário para alavancar as atividades económicas que ainda temos e aquelas que conseguiremos captar.-----*

*Relativamente à intervenção da senhora deputada Sofia Pereira, gostaria de dizer que, em relação ao Turismo, poder-lhe-ia responder que o município do Douro que têm a maior oferta hoteleira, que tem maior número de turistas, que tem uma situação geográfica patrimonial e histórica que nos dá a garantia de ser um elemento de referência nos percursos de visitaçao em qualquer área, desde o Turismo Fluvial ao Turismo Religioso, não precisa de dinheiro. Para tal, teria que seguir as propostas da Iniciativa Liberal, de deixar que, quem beneficia da atividade a promova, mas não é verdade que seja assim.-----*

*O Plano de Atividades e Orçamento prevê, como é evidente, um conjunto de verbas para suportar não apenas os nossos destinos turísticos visitáveis, que são da responsabilidade do Município, como também o nosso plano de eventos e atividades destinadas a quem nos visita e à população local, obviamente. E ainda a promoção externa do Município de Lamego e do Douro, seja isoladamente, seja articuladamente com a Comunidade Intermunicipal, em feiras e eventos a nível nacional e internacional.-----*

*Relativamente ao PRR, há um risco sério de não cumprirmos, na área da habitação, a conclusão da totalidade das casas que estamos a construir. É um risco que é partilhado por muitos outros municípios de norte a sul do país. Essa situação será monitorizada a seu tempo e decidido o plano de contingência a que se refere no momento próprio.-----*

Relativamente à programação cultural continuada, temos uma candidatura aprovada no âmbito DGArtes que nos disponibiliza uma verba de cerca de quatrocentos mil euros/ano, para financiamento da programação cultural do Teatro Ribeiro Conceição e que corresponde, apenas, a uma parte da programação cultural que desenvolvemos ao longo do ano.-----

Em relação à verba da Ação Social, ela acompanha as transferências que foram feitas pelo Governo e, como tal, é natural que o dinheiro disponível no Fundo Social Municipal e no Fundo da Descentralização, aumentando as despesas de investimento, reduza proporcionalmente as despesas correntes. Portanto, em termos percentuais a verba para a Ação Social desceu de 2,7%, para 2,1%, mas isso não significa menor investimento em políticas de Ação Social.-----

Relativamente às políticas de Juventude, a senhora deputada Marta Santos afirmou que é um texto oco, que não estão cá opções concretas e corajosas. Foi o espaço que deixei livre para as propostas do Partido Socialista, no âmbito do direito de oposição.--

O senhor deputado Marques Luís introduziu a questão da pandemia de Covid-19. Pergunto-lhe e a Troika, que vigorou no nosso país entre 2011 e 2015? Implicou o corte abrupto de transferências para os municípios, o corte para o financiamento e a explosão das taxas de juro. O que dizer disso e dessa situação a que o Partido Socialista conduziu o País.-----

Concluindo e como também foi dito nas intervenções dos senhores deputados da oposição, este Orçamento e este Plano de Atividades e Grandes Opções do Plano, consignam, de facto, opções políticas da maioria e assumimo-las com toda a frontalidade e com toda a convicção, de que são, como disse na intervenção inicial o Orçamento que serve Lamego e os lamecenses.”-----

Interveio o membro **José Alexandre de Carvalho** para dizer o seguinte:-----

“Ou expliquei mal ou o senhor Presidente da Câmara não percebeu.-----

O que afirmei foi que, quando V. Exa assumiu funções, depois daquele desastre dos tinta e dois anos, em que os dois partidos da maioria são culpados, porque comparo sempre Lamego ao 25 de abril de 1975 e, nessa altura, entre Lamego e Vila Real nem havia diferença nenhuma e relativamente a Viseu muito menos. Aquelas rotundas de Viseu já lá estavam nessa altura.-----

O que eu disse, senhor Presidente, é que Lamego já se encontrava substancialmente atrasado, relativamente aos municípios vizinhos e o ritmo desse declínio abrandou com os seus executivos. Não posso dizer mais”.-----

O senhor **Presidente da Assembleia** informou que estavam trinta e seis membros presentes na sala.-----

**Deliberação:** Aprovada, por maioria, com vinte e seis votos a favor dos seguintes membros da Assembleia Municipal:-----

Do Grupo Municipal da Coligação “Todos Juntos por Lamego PPD/PSD.CDS-PP”, Fernando Jorge Pereira Lobão, Presidente da Assembleia, Manuel Monteiro Afonso,

Maria Liliana dos Santos Monteiro Ribeiro, José Manuel Lourenço Correia, Edgar André Almeida Fernandes, Maria do Sameiro Morais Rodrigues Gregório, Carlos Manuel Almeida Loureiro, Marco Aurélio Fonseca Oliveira, Teresa Maria Correia Pina Rodrigues, Germano Correia Ribeiro, Wilson Miguel Lima Teixeira, Augusto Manuel Pereira da Conceição, Teresa Maria Fernandes Cardoso Fonseca, Mário Filipe de Almeida Faustino, Paulo Henrique Almeida Loureiro, André do Carmo Teixeira, Carlos Manuel Pereira Rodrigues, Arcílio Jorge de Sousa Lamelas e Sérgio Pedro da Rua Capela;-----

Do Grupo Municipal do Partido Socialista, Nuno Miguel Lázaro Gonçalves, Cláudia Cristina de Almeida Gomes Azevedo, Manuel Varanda Pinto Rodrigues, Bernardo Manuel Taveira Xavier e João Paulo Alves Seixas;-----

Do Grupo Municipal do CHEGA, José Alexandre de Carvalho.-----

Do Presidente da Junta de Freguesia de Samodães, José Miguel Melo Pereira.-----

Com dez votos contra:-----

Dos membros do Grupo Municipal do Partido Socialista, António Manuel Marques Luís, Sofia Alexandra Correia Pereira, Nuno Romeu Cardoso Sequeira, Sara Daniela Pereira Rodrigues, Vasco Paulo Osório Seabra Paiva, Vítor Manuel Rodrigues Paulo, Vítor Nuno Gomes dos Santos e Marta Luísa da Costa Rodrigues dos Santos;-----

Do Grupo Municipal da Iniciativa Liberal, Gonçalo Costa Almeida e Hugo Alexandre Oliveira da Silva;-----

Ausentes os seguintes membros: Rosa Maria Pires Monteiro Moutinho, Leandro Baiorte Pinto e Joaquim Cardoso Vieira.-----

### **3.9.-ASSUNTO:** APRECIÇÃO E VOTAÇÃO DA PROPOSTA DE TAXA DE ATUALIZAÇÃO TARIFÁRIA (TRANSPORTES) PARA 2026-----

Presente à sessão da Assembleia Municipal a proposta de deliberação da Câmara Municipal, tendo em conta que a Autoridade da Mobilidade e dos Transportes (AMT), nos termos legais e regulamentares, divulgou a taxa de atualização tarifária (TAT) no âmbito da atualização tarifária regular do transporte público coletivo de passageiros, a vigorar a partir de 1 de janeiro de 2026.-----

A TAT de 2026 é calculada com base na taxa de variação média do Índice de Preços no Consumidor, exceto habitação, relativa aos doze meses compreendidos entre outubro de 2024 e setembro de 2025, ou zero quando esta taxa for negativa, tendo a aplicação dos critérios legais, com base nos dados publicitados pelo Instituto Nacional de Estatística, conduzido a um valor de 2,28 %.-----

Nos termos dos artigos 3.º e 7.º da Portaria n.º 298/2018, de 19 de novembro, compete ao Município de Lamego, enquanto Autoridade de Transportes Municipais, a fixação da taxa de atualização tarifária a vigorar nos serviços de transporte sob a sua jurisdição, bem como a verificação da conformidade das atualizações propostas pelos operadores, cabendo à Assembleia Municipal a fixação da referida taxa e a respetiva comunicação à Autoridade da Mobilidade e dos Transportes.-----

Face ao exposto, é submetida à apreciação da Assembleia Municipal a aprovação da fixação do valor de 2,28 % para a taxa de atualização tarifária, no âmbito da atualização tarifária regular do transporte público coletivo de passageiros, a vigorar a partir de 1 de janeiro de 2026.-----

Tomou a palavra o senhor **Presidente da Câmara** para apresentar este assunto:-----

*“Estamos a propor uma atualização tarifária do custo dos bilhetes e passes na rede de transportes municipais. Esta proposta contraria, de alguma forma, aquilo que tem sido a política do Executivo, de reduzir os custos dos transportes, de modo a potenciar a utilização do transporte público ao invés do transporte individual, concedendo, nos termos da regulamentação em vigor, passes gratuitos aos menores de 23 anos, mas também aos maiores de 65 anos.-----*

*Acontece porém que, na área geográfica do concelho, coexistem várias redes de transporte. A rede de transporte municipal, operada pela empresa Vale do Ave, por adjudicação do Município, mas também outras operadoras, que são contratadas pelas comunidades intermunicipais, nomeadamente a Comunidade Intermunicipal do Douro, a Comunidade Intermunicipal de Viseu Dão Lafões e a do Tâmega e Sousa.-----*

*Há uma discrepância muito grande de preços entre a rede municipal e as redes intermunicipais. Esta diferença irá acentuar-se se não fizermos à atualização tarifária. Quer isto dizer que, por exemplo, uma pessoa que vai de Lamego para Magueija ou de Lamego para a Penajóia, pode apanhar duas redes distintas em cada percurso, com preços distintos, sendo que a rede municipal é substancialmente mais barata do que as redes intermunicipais.-----*

*Nesse sentido, o ano passado foi deliberado na Comunidade Intermunicipal do Douro, que todos os municípios harmonizariam a atualização tarifária de acordo com o valor que fosse definido pelo IMT - Instituto da Mobilidade e dos Transportes. É essa a proposta que estamos a apresentar, sem prejuízo de continuarmos a considerar a necessidade de robustecer a oferta de transportes públicos a nível municipal, dentro do nosso concelho, de assegurar a ligação à Régua, à estação de caminhos-de-ferro, de reforçar as ligações do concelho ao Aeroporto Francisco Sá Carneiro, aquele que serve os fluxos quotidianos da população e dos turistas.-----*

*Relativamente à rede municipal, temos procurado aumentar a frequência das carreiras, muito especialmente com o alargamento da rede do Verdinho e disponibilizar transporte a pedido, o que neste, momento, só acontece no Lugar das Dornas.-----*

*No entanto, devido à redução do número de alunos ou à inexistência de alunos nalguns aglomerados rurais, muito proximamente poderá ser necessária uma solução de transporte a pedido, e que obrigará a uma escassez maior de transportes.-----*

*Foi também uma das áreas que abordei no Congresso da Associação Nacional de Municípios.-----*

*Acreditamos mesmo que uma rede eficiente de transportes públicos liga as pessoas a oportunidades, a primeira das quais a escola, como é evidente e, nesse sentido, sendo imperativo este aumento, o mesmo não afeta estes princípios que referi, de tendermos à gratuitidade e à maior qualidade possível na rede de transportes municipal”.-----*

Tomou a palavra o membro **Sara Daniela Pereira Rodrigues** para fazer a seguinte intervenção:-----

*“Esta proposta chega-nos sem o mínimo indispensável para uma decisão responsável. Não há estudo técnico, não há análise económica, não há avaliação daquilo que será o impacto na carteira dos lamecenses.-----*

*A Autoridade da Mobilidade e dos Transportes define um teto máximo para o aumento das tarifas de 2,28%. Contudo, este Executivo, onde refere “teto”, certamente deve ler “obrigatoriedade”.-----*

*Senhor Presidente, talvez seja melhor lembrá-lo que o teto não é uma obrigação é, como a própria palavra indica, apenas um limite legal.-----*

*Ou então, na verdade, aquilo que estão conscientemente a fazer é aumentar as tarifas até ao valor máximo, fazendo-o de forma automática, sem critério, sem fundamentação e sem qualquer explicação válida aos lamecenses.-----*

*A pergunta é simples, porque é que se escolhe aumentar as tarifas? Qual é o critério político e social que justifica essa decisão? Num concelho onde a mobilidade é um dos grandes problemas estruturais, não faria mais sentido tratá-la como uma verdadeira prioridade e avaliar se há margem, no limite, até em contra partida, para baixar estas mesmas tarifas em vez de optarem por aumentá-las, sem qualquer justificação.”-----*

Tomou a palavra o senhor **Presidente da Câmara** para responder o seguinte:-----

*“A mobilidade não é um problema exclusivo em Lamego, é um problema em todo o país, sobretudo no interior.-----*

*Em Lamego está muito bem resolvido e continuará a sê-lo, por força do investimento que temos feito, cerca de dois milhões de euros, em várias modalidades de transporte público, a principal das quais na rede concessionada, mas também, em transportes protocolados com as Juntas de Freguesia.-----*

*Como referi, esta é uma decisão Intermunicipal e, nesse sentido, estamos a seguir as regras. Haverá, seguramente, deputados municipais do meu partido a fazer perguntas similares aos meus colegas em câmaras socialistas, mas essa foi a decisão que tomámos e é uma decisão que, em termos de impacto financeiro de muitas famílias, está ajustada a nível nacional, e, como tal, afeta de forma igual todos aqueles que entenderem que esta atualização tarifária é para seguir”.-----*

O senhor **Presidente da Assembleia** informou que estavam trinta e cinco membros presentes na sala.-----

**Deliberação:** Aprovada, por maioria, com vinte e oito votos a favor dos seguintes membros da Assembleia Municipal:-----

Do Grupo Municipal da Coligação “Todos Juntos por Lamego PPD/PSD.CDS-PP”, Fernando Jorge Pereira Lobão, Presidente da Assembleia, Manuel Monteiro Afonso, Maria Liliana dos Santos Monteiro Ribeiro, José Manuel Lourenço Correia, Edgar André Almeida Fernandes, Maria do Sameiro Morais Rodrigues Gregório, Carlos Manuel Almeida Loureiro, Marco Aurélio Fonseca Oliveira, Teresa Maria Correia Pina Rodrigues, Germano Correia Ribeiro, Wilson Miguel Lima Teixeira, Augusto Manuel Pereira da Conceição, Teresa Maria Fernandes Cardoso Fonseca, Mário Filipe de Almeida Faustino, Paulo Henrique Almeida Loureiro, André do Carmo Teixeira, Carlos Manuel Pereira Rodrigues, Arcílio Jorge de Sousa Lamelas;-----

Do Grupo Municipal do Partido Socialista, Nuno Miguel Lázaro Gonçalves, Cláudia Cristina de Almeida Gomes Azevedo, Manuel Varanda Pinto Rodrigues, Bernardo Manuel Taveira Xavier, João Paulo Alves Seixas e Sérgio Pedro da Rua Capela;-----

Do Grupo Municipal da Iniciativa Liberal, Gonçalo Costa Almeida e Hugo Alexandre Oliveira da Silva;-----

Do Grupo Municipal do CHEGA, José Alexandre de Carvalho.-----

Do Presidente da Junta de Freguesia de Samodães, José Miguel Melo Pereira.-----

Com sete votos contra, dos membros do Grupo Municipal do Partido Socialista, António Manuel Marques Luís, Nuno Romeu Cardoso Sequeira, Sara Daniela Pereira Rodrigues, Vasco Paulo Osório Seabra Paiva, Vítor Manuel Rodrigues Paulo, Vítor Nuno Gomes dos Santos e Marta Luísa da Costa Rodrigues dos Santos;-----

Ausentes os seguintes membros: Sofia Alexandra Correia Pereira, Rosa Maria Pires Monteiro Moutinho, Leandro Baiorte Pinto e Joaquim Cardoso Vieira.-----

### **3.10.-ASSUNTO:** APRECIACÃO E VOTAÇÃO DA DECLARAÇÃO DE INTERESSE MUNICIPAL – HABITAÇÃO COM TURISMO/AGROTURISMO – QUINTA DO TORRÃO-----

Presente à sessão da Assembleia Municipal a proposta da Câmara Municipal para que, de acordo com a informação n.º 2468, de 03/09/2025, e com o parecer do Chefe da D.O.U., de 11/11/2025, a Assembleia Municipal delibere reconhecer como de Interesse Público Municipal o projeto de Agroturismo da Quinta do Torrão.-----

Interveio o membro **Nuno Romeu Cardoso Sequeira** para apresentar um **Ponto Prévio**:-----

*“Gostaria apenas dizer que o Partido Socialista, apesar de ser sempre a favor do investimento no concelho, no caso específico da proposta que nos é apresentada, e depois de uma análise aos documentos que foram disponibilizados, concluíram que a mesma não tem a fundamentação necessária, em termos de objetivo, para que possamos fazer uma discussão.-----*

*Por isso, não verificando uma fundamentação mínima e necessária, o Partido Socialista não irá participar nesta discussão.-----*

*Não nos vamos ausentar mas, tendo em conta este pressuposto, não temos capacidade de discussão da proposta e dar um contributo relativamente à mesma”.-----*

Tomou a palavra o senhor **Presidente da Câmara** para explicar o assunto:-----  
*“A proposta é muito clara, trata-se de um investimento turístico a realizar no Torrão, naquele pequeno promontório, que fica entre as duas pontes e as duas estradas nacionais. É um local conhecido de todos. Todos sabemos o estado de ruína em que se encontra aquele edificado.-----*  
*A solicitação é simples, é que o Município faça uma Declaração de Interesse Municipal à reabilitação daquele equipamento, daquele edificado, para uma unidade turística.-----*  
*Não entendi, até hoje, o equívoco que se gerou na reunião de Câmara, e que pelos vistos que se transfere para a Assembleia Municipal.-----*  
*Estou completamente à disposição dos deputados do Partido Socialista para esclarecer o que pretenderem sobre esta proposta.-----*  
*Só não poderei responder a uma pergunta que foi colocada em reunião de Câmara, primeiro porque não sei a resposta, segundo porque a considero irrelevante e que era saber qual a finalidade da Declaração de Interesse Municipal. Se era para obter fundos comunitários ou se era para outro fim.-----*  
*A Declaração de Interesse Municipal significa que, o conjunto de pessoas aqui reunidas, os deputados municipais entendem que, um investimento turístico, naquele exato local, tem interesse para o Município, porque vai recuperar um espaço degradado, porque vai criar emprego, vai reter turistas, que eventualmente circularão do eixo Régua – Pinhão e que virão para o nosso concelho, porque vai receber alguns alunos que se vão formar na nossa Escola de Hotelaria.-----*  
*Enfim, por outras razões, que poderia ainda enumerar, este é um equipamento de interesse municipal e assim deve ser comprovado por esta Assembleia”.-----*  
 Tomou a palavra o membro **Carlos Manuel Almeida Loureiro** para fazer a seguinte intervenção:-----  
*“Em doze anos que faço parte desta Assembleia Municipal, hoje estou incrédulo.-----*  
*O Partido Socialista reclama sistematicamente que não fixamos jovens, que temos que atrair investimento privado e agora abstém-se num assunto que tem uma tremenda importância para o concelho, que é fixar mão-de-obra altamente qualificada. Vemos, agora, o Partido Socialista a fugir à discussão de um ponto tão importante.-----*  
*O senhor Presidente da Câmara disse, e muito bem, que temos um cartão de visitas horrível. Quando se passa naquela ponte sobre o Rio Douro, deparamo-nos com aquelas ruínas. Ao ver tal cenário, muitas pessoas devem pensar que vivemos num país de terceiro mundo.-----*  
*Realmente o Partido Socialista está cada vez mais surpreendente com atitudes como esta. Fugir a uma discussão tão importante, só porque o senhor Presidente da Câmara não conseguiu responder se esta Declaração de Interesse Municipal é para obtenção de fundos comunitários.-----*

*É a primeira vez que vejo uma atitude como esta. Peço desculpa pela expressão que vou utilizar, mas o PS parece o “dono da bola”, a bola é minha, não jogo, não marco golos, coloco a bola debaixo do braço e vou-me embora”.*-----

Tomou a palavra o senhor **Presidente da União de Freguesias de Parada do Bispo e Valdigem** para fazer uma intervenção sobre este assunto:-----

*“Cumprimento todos os presentes e todas as pessoas que assistem a esta sessão através das redes sociais.*-----

*Começo a ficar um bocadinho perturbado, mas entendo o que é que vocês querem dizer quando se referem à oposição do PS.*-----

*Já disse várias vezes que o Partido Socialista é um partido que obedece a determinados critérios, determinadas regras, mas onde cada um pensa pela sua cabeça.*-----

*Incomoda-me um bocadinho essa generalização. Deve ser um problema meu, naturalmente. O PS é constituído por pessoas que têm a sua própria opinião e onde cada um pensa por si.*-----

*Portanto, porque somos o partido plural, cada um entende aquilo que deve entender e não há uma norma de obrigação de voto, ou qualquer coisa do género. Isto não acontece e, às vezes, as palavras são um bocado complicadas.*-----

*No entanto, fico contente com aquilo que o senhor Presidente da Câmara disse, mas atenção, só um preciosismo, estamos a falar de Valdigem, o lugar em apreço é território de Valdigem.*-----

*De facto, quando passamos a Ponte da Régua em direção ao concelho de Lamego, é uma vergonha e é uma diferença terrível, se fizermos o inverso. Se entramos na cidade do Peso da Régua, estamos a entrar num sítio, onde as coisas fazem sentido em 2025.*-----

*Entramos ao contrário, e com o devido respeito, parece que estamos em entrar nas gravuras rupestres de Foz Côa.*-----

*Portanto, fico contente que essa paisagem se altere. Oxalá seja o princípio de muitas mudanças positivas.*-----

*Como Presidente da União de Freguesias de Parada do Bispo e Valdigem, naturalmente, vou votar a favor e sou do Partido Socialista”.*-----

Interveio o membro **José Manuel Lourenço Correia** para dizer o seguinte:-----

*“É só para esclarecer um assunto, pois provavelmente não percebi bem. Quando o senhor deputado Romeu Sequeira referiu que não participava na discussão, parto do princípio que participa na votação, certo? Caso contrário terá que sair da sala, digo eu.”*-----

Tomou, novamente a palavra o senhor **Presidente da Câmara** para dizer o seguinte:

*“Concordo com o que foi dito, quer pelo deputado Carlos Loureiro quer pelo Presidente da União de Freguesias de Parada do Bispo Valdigem.*-----

Quero dizer, no entanto, que temos ali um problema sério, que decorre, do facto daquele espaço estar rodeado de estradas nacionais, que não têm um investimento adequado. A saída da Ponte da Régua para Lamego é, de facto, vergonhosa. Quem contorna no sentido do Pinhão, pela Estrada Nacional 222, vai encontrar uma balança desativada e um quiosque onde se vendem jornais, que são propriedade do Estado, e que a Câmara de Lamego não consegue gerir, quanto mais não fosse para demolir, e tirar dali aquela nódoa paisagística.-----

Não conseguimos gerir porque para transferir património do Estado pedem-nos um projeto, um plano plurianual de investimentos e um estudo de viabilidade económico-financeira.-----

É tão complexo transferir um quiosque, que a Brigada de Trânsito usava para pesar camiões, como transferir um monumento nacional para fazer um hotel de luxo. É o absurdo da gestão do património do Estado, que nos prejudica.-----

A acrescer a isso, temos o calvário que é aprovação de um projeto turístico.-----

Estamos a falar de um projeto simples e passo a ler: "Trata-se da construção de uma unidade de agro-turismo com 32 quartos, com restaurante, com um Wine Bar, Spa, prova de vinhos e loja de vinhos associada a uma propriedade agrícola de 8,5 hectares, com produção vinícola em produção integrada.-----

Trata-se da preservação e valorização de património edificado da agricultura duriense, da melhoria de infraestruturas existentes e reabilitação urbana, da criação de 18 a 21 postos de trabalho em parceria com a Escola de Hotelaria e Turismo do Douro, de um compromisso com prática de sustentabilidade e eficiência energética."-----

O requerente requer apenas que seja considerado que a reabilitação da Quinta do Torrão, com a sua inserção funcional e paisagística no território, represente não só uma mais-valia económica, mas também um exemplo de reanimação do interior e de reconciliação entre tradição agrícola e inovação turística.-----

Não percebo que tipo de oposição pode haver a um projeto desta natureza, num local que todos conhecemos bem e que reconhecemos que necessita, há muitos anos, de investimento.-----

Devo dizer que acompanho este projeto desde o tempo em que esta quinta era de outro proprietário, que também tentou desenvolver um projeto turístico, mas também não foi avante. Agora terá que ir, não podemos perder as oportunidades.-----

Estivemos a discutir o orçamento, a falar do apoio às atividades económicas, do Gabinete de Apoio aos investidores e ao Turismo, que o senhor deputado Romeu Sequeira tanto defende e que agora questiona o motivo do requerente pedir uma declaração de interesse municipal, prevenindo que se o motivo não for conhecido nem sequer participam na votação.-----

Não precisam de participar! Faremos o que nos compete fazer. Já aconteceu no mandato anterior. Durante todo o mandato, o Partido Socialista contra os incentivos à

*renovação de atividades económicas no concelho, inviabilizando o processo, mesmo quando era necessário obter uma maioria qualificada de dois terços.*-----

*Inviabilizaram muitas vezes os incentivos no valor de quatro ou cinco mil euros de redução de taxas. Mas as taxas pagam-se no momento em que se vai investir. E portanto, nessa altura, qualquer redução ajuda a quem vai dispor do seu dinheiro ou vai endividar-se junto da banca para reabilitar ou ampliar as suas instalações industriais, agrícolas, turísticas, o que for.*-----

*Entendo que estamos a discutir um não assunto e desafio o Partido Socialista a rever a sua posição e a votar favoravelmente esta Declaração de Interesse Municipal*".-----

Interveio o senhor **Presidente da Assembleia Municipal** para esclarecer o seguinte:

*“A Mesa já analisou esta questão no âmbito do Regimento e passo a explicar.*-----

*Estando na sala, qualquer um dos presentes, que não queira exercer o voto, tal é considerado como abstenção. Portanto, se pretendem fazer um não voto terão que sair da sala, caso contrário, os votos serão considerados como abstenção.*-----

Tomou, ainda, a palavra o membro **Carlos Manuel Almeida Loureiro** para fazer a seguinte intervenção:-----

*“Agradeço aos senhores Presidentes de Junta eleitos pelo Partido Socialista, pelo terem tido a coragem de ficar e de apostar num investimento no vosso concelho e nas vossas Freguesias, sobretudo ao Presidente da União de Freguesias de Parada do Bispo e Valdigem, muito obrigado por isso.”*-----

Retomou a palavra o senhor **Presidente da Assembleia Municipal** para verificar se, após a saída de alguns deputados haveria quórum para se poder realizara a votação.--

Feita a contagem, informou que estavam vinte e oito membros presentes na sala e procedeu-se à votação.-----

**Deliberação:** Aprovada, por unanimidade, com vinte e oito votos a favor dos seguintes membros da Assembleia Municipal:-----

Do Grupo Municipal da Coligação “Todos Juntos por Lamego PPD/PSD.CDS-PP”, Fernando Jorge Pereira Lobão, Presidente da Assembleia, Manuel Monteiro Afonso, Maria Liliana dos Santos Monteiro Ribeiro, José Manuel Lourenço Correia, Edgar André Almeida Fernandes, Maria do Sameiro Morais Rodrigues Gregório, Carlos Manuel Almeida Loureiro, Marco Aurélio Fonseca Oliveira, Teresa Maria Correia Pina Rodrigues, Germano Correia Ribeiro, Wilson Miguel Lima Teixeira, Augusto Manuel Pereira da Conceição, Teresa Maria Fernandes Cardoso Fonseca, Mário Filipe de Almeida Faustino, Paulo Henrique Almeida Loureiro, André do Carmo Teixeira, Carlos Manuel Pereira Rodrigues, Arcílio Jorge de Sousa Lamelas;-----

Do Grupo Municipal do Partido Socialista, Nuno Miguel Lázaro Gonçalves, Cláudia Cristina de Almeida Gomes Azevedo, Manuel Varanda Pinto Rodrigues, Bernardo Manuel Taveira Xavier, João Paulo Alves Seixas e Sérgio Pedro da Rua Capela;-----

Do Grupo Municipal da Iniciativa Liberal, Gonçalo Costa Almeida e Hugo Alexandre Oliveira da Silva;-----

Do Grupo Municipal do CHEGA, José Alexandre de Carvalho.-----

Do Presidente da Junta de Freguesia de Samodães, José Miguel Melo Pereira.-----

Ausentes os seguintes membros: António Manuel Marques Luís, Sofia Alexandra Correia Pereira, Nuno Romeu Cardoso Sequeira, Sara Daniela Pereira Rodrigues, Vasco Paulo Osório Seabra Paiva, Vítor Manuel Rodrigues Paulo, Vítor Nuno Gomes dos Santos e Marta Luísa da Costa Rodrigues dos Santos, Rosa Maria Pires Monteiro Moutinho, Leandro Baiorte Pinto e Joaquim Cardoso Vieira.-----

#### **NOTAS FINAIS**-----

Usou da palavra o senhor **Presidente da Câmara** para dizer o seguinte:-----

*“Senhor Presidente, senhores Secretários, senhores Vereadores, senhores funcionários, público aqui presente e todos os lamecenses que nos acompanham através das redes sociais. Queria desejar a todos os Votos de Boas Festas e que o novo ano nos traga, neste espaço em que nos encontramos e neste órgão de fiscalização da atividade do Município, discussões francas e profícuas sobre o nosso futuro coletivo.-----*

*Desejar também, a título pessoal, que cada um de vós e todos os lamecenses tenham saúde e prosperidade e que mantenham sempre intacto o amor à sua terra, Lamego. Boas Festas para todos!”-----*

Tomou a palavra o senhor **Presidente da Assembleia Municipal** para afirmar o seguinte:-----

*“Antes de encerrar, permitam-me também uma breve nota final.-----*

*Quero agradecer a todos a flexibilidade e o sentido institucional que revelaram hoje, foram absolutamente fundamentais para conseguirmos levar a bom porto uma ordem de trabalhos, particularmente extensa, apesar dos constrangimentos que se verificaram no arranque da sessão. -----*

*Agradeço as sugestões dos líderes de bancada, o trabalho conjunto, para a melhoria do funcionamento e previsível melhoria do impacto desta Assembleia.-----*

*Agradeço aos serviços do Município pelo apoio na realização desta sessão. E uma palavra muito especial para todos aqueles que nos acompanham através da transmissão da sessão.-----*

*Agradeço a oportunidade que me é dada, enquanto Presidente da Assembleia Municipal, de me dirigir a todos, como representante desta Assembleia e, acima de tudo, de todos os lamecenses para vos desejar um Santo e Feliz Natal e um Próspero Ano Novo!-----*

*Declaro encerrada a sessão desta Assembleia Municipal, muito obrigado a todos e boa noite.”-----*

#### **ASSUNTO: 2.º PERÍODO DE INTERVENÇÃO DO PÚBLICO**-----

Dirigindo-se ao público presente, o senhor **Presidente da Assembleia Municipal**, perguntou se alguém pretendia usar da palavra, nos termos e para os desideratos legais, não se tendo verificado qualquer intervenção.-----

**3.15- ASSUNTO: MINUTA**-----

Proposta do senhor Presidente da Assembleia Municipal para aprovação, em minuta, dos assuntos deliberados na presente sessão.-----

**Deliberação:** Aprovada por unanimidade.-----

**3.16- ASSUNTO: TERMO**-----

O senhor Presidente da Assembleia Municipal declarou encerrada a sessão às vinte horas da qual foi lavrada esta ata, que vai ser assinada por si e pela Técnica Superior, Susana Cristina Rodrigues Lopes Carneiro, que a redigiu.-----

O Presidente da Assembleia Municipal,

A Técnica Superior,